PROTOCOLO GERAL

65323.011635/2021-78

INEXIGIBILIDADE

Nr: 03/2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4° BATALÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/ 1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

HOSPITAL DO RIM – ACRE LTDA.

Volume I

OBJETO Credenciamento de OCS por inexigibilidade de licitação referente ao edital 001/2018

ANEXOS

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
1 = 12ª RM		17	
2 -		18	
3		19	
4		20	
5		21	
6		22	
7		23	
8		24	
9		25	
10		26	
11		27	
12		28	
13		29	
14		30	
15		31	
16		32	

CONTRATAÇÕES DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE E PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Sequência de atos necessária e insuscetível de alteração ou supressão, que deve ser observada na instrução de cada processo de contratação direta, com base nos artigos indicados da Lei nº 8.666/93.

Processo nº: 65323.011655/2021-78

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	OBS.
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e arts. 38 a 14 da Portaria Normativa/MD nº 1.243, de 21.09.06)?	sim	
2. Consta a solicitação/requisição dos serviços necessários à OM para prestar os serviços médico-hospitalares ou complementar os serviços especializados de suas organizações militares de saúde, elaborada pelo agente ou setor competente (art. 20, Decreto 92.512, de 1986)? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU.	sim	
3. A autoridade competente justificou a necessidade do objeto da contratação direta e reconheceu a inexigibilidade de licitação (art. 26, *caput*, Lei nº 8.666/93 e art. 28, *caput*, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?	sim	
3.1 A justificativa contempla a caracterização da situação de inexigibilidade de licitação (art. 25, Lei 8.666/93), com os elementos necessários à sua configuração (art. 26, *caput*, e parágrafo 1º, I, Lei nº 8.666/93)? (3ª) *"embora não esteja previsto nos incisos do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, o credenciamento tem sido admitido pela doutrina e pela jurisprudência como hipótese de inexigibilidade inserida no caput do referido dispositivo legal, porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, não havendo, portanto, relação de exclusão"*; 4ª) *"na hipótese de opção pelo credenciamento dos [...]que formarão a rede de suprimento de gêneros para as organizações militares distribuídos na Amazônia Ocidental, deve ser observado que, para a regularidade da contratação direta, é indispensável a garantia da igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração, pelo preço por ela definido"*; e 5ª) *"é possível à Administração realizar a contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, desde que haja a demonstração inequívoca de que suas necessidades somente poderão ser atendidas dessa forma, cabendo a devida observância das exigências do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, principalmente no que concerne à justificativa de preços"*. *Acórdão nº 351/2010-Plenário)*	sim	
4. Há Projeto Básico (arts. 6º, IX, 7º, § 2º, I, e § 9º, Lei 8.666/93)?	sim	
4.1. Foram definidos todos os preços para as contratações pretendidas?	sim	
5. Consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?	sim	

6. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?	sim	
7. Foi designada Comissão de Credenciamento?	sim	
8. Juntada minuta de credenciamento de OCS ou PSA com os respectivos anexos (art. 40 da Lei nº 8.666/93)? 8.1 Constituem anexos do edital: (a) termo de referência; (b) termo de contrato.	sim	
9. Foi feita análise pelo setor técnico competente, se necessário (Diretoria de Saúde ou órgão/setor que tenha por ela recebido delegação para análise do edital de credenciamento) dos respectivos Comandos Militares?	sim	
10. Consta manifestação da Advocacia-Geral da União aprovando as respectivas minutas (art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)?	sim	
11. Existe versão final do edital de credenciamento, contendo as alterações sugeridas pela assessoria técnica e jurídica, ou a justificativa para que não tenham sido promovidas?	sim	
13. Para cada interessado no credenciamento foi aberto novo processo administrativo nos termos do art. 3º e seguintes da Portaria Normativa-MD 1243/06, apensados aos autos principais de credenciamento (art. 15, combinado com art. 66 Portaria Normativa/MD 1243/06), incluído NUP (Portaria Normativa-MD 1068/05), onde juntados: 13.1 documentos do interessado no credenciado requisitados no edital de credenciamento; 13.2 relatório circunstanciado e objetivo da Comissão de Credenciamento quanto documentação apresentada, inclusive versando sobre a visita técnica, se for o caso, concluindo pela habilitação ou não do interessado; 13.3 aprovação pelo Gestor sobre o credenciamento; 13.4 dotação orçamentária; 13.5 contrato firmado pelas partes; (posterior a emissão do parecer técnico segue anexo a minuta já aprovada pela a AGU)	sim	

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

TERMO DE ABERTURA

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Rio Branco, Estado do Acre, no Quartel do Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva (Cmdo Fron AC/4º BIS), em cumprimento ao determinado pelo **DIEx Requisitório nº 835/ FuSEx/PMGuRBO/Cmdo Fron AC/4º BIS, de 16 de agosto de 2021**, autorizado pelo Senhor Ordenador de Despesas do C Fron AC/4º BIS, faço abertura dos trabalhos atinentes ao processo de inexigibilidade de licitação para credenciamento do HOSPITAL DO RIM – ACRE LTDA, inscrito no **CNPJ nº 24.884.762/0001-46**, com o número único de processo **65323.011635/2021-78**, do que para constar lavrei o presente termo.

DANIEL RODRIGUES BERNARDES – 1º Ten
Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do Cmdo Fron Acre/ 4º BIS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

FL: 04

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A presente inexigibilidade de licitação refere-se à contratação de serviços de saúde na área de **médica, hospitalar e ambulatorial,** para o período de 12 (doze) meses. Conforme a **DIEx nº nº835/ FuSEx/PMGuRBO/Cmdo Fron AC/4º BIS, de 16 de agosto de 2021;** que tem como empresa interessada a **OCS** do **HOSPITAL DO RIM – ACRE LTDA;** inscrito no **CNPJ nº. 24.884.762/0001-66,** faz-se necessário a aquisição dos serviços supramencionados para atender às necessidades de serviço médico, hospitalar e ambulatorial na Sede do Batalhão e nos destacamentos dos municípios de Plácido de Castro, Epitaciolândia, Assis Brasil e Santa Rosa do Purus.

Os serviços a serem contratados não são prestados pelo Posto Médico da Guarnição de Rio Branco-AC, seja por falta de profissional competente da área, seja por falta de instalações com equipamentos adequados e específicos. Portanto, justifica-se o credenciamento para suprir as necessidades dos usuários do Fundo de Saúde do Exército.

O art. 50, inciso IV, alínea "e", da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares) estabelece que "São direitos dos militares: e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem como o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários;"

De acordo com o Decreto nº92.512, de 2 de abril da 1986, temos o que segue *in verbis:*

> *"Art.20. Os Ministérios Militares, através de seus órgãos competentes, poderão celebrar convênios ou contratos com entidades públicas, com pessoas jurídicas de direito privado ou com particulares, respectivamente, para:*
>
> *I = prestar assistência médico-hospitalar aos seus beneficiários nas localidades onde não existam organizações de saúde das Forças Armadas;*
> *II = complementar os serviços especializados de suas organizações militares de saúde;*
> *III = outros fins, a critério dos respectivos Ministérios."*

Conforme o que prevê o Art.11 da Portaria nº 653 (IG 30-32), de 30 de agosto de 2005, *in verbis:*

"Art. 11. São benefícios concedidos aos beneficiários do FUSEx:

I – assistência médico-hospitalar em OMS ou por intermédio de encaminhamento para OCS ou PSA, por solicitação de médico militar ou PSA credenciado, de acordo com IR específicas;"

Conforme o que prevê o Art. 35 da Portaria nº 878 (IG 30-16), de 28 de novembro de 2006, *in verbis*:

"Art. 35. O Exército, visando complementar ou ampliar os serviços já existentes nas OMS, para prestação de assistência médico-hospitalar poderá celebrar convênios ou contratos com entidades públicas e privadas, OCS e PSA, sob a forma de prestação de serviços, respectivamente, para:

I – prestar assistência médico-hospitalar aos seus beneficiários nas localidades onde não existam OMS do Exército;
II – complementar os serviços especializados de suas OMS; e
III – outros fins, a critério do Comandante do Exército."

Por força do disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, em regra as contratações da Administração Pública são precedidas de licitação, na forma da Lei 8.666/93. Mas, em certos casos o procedimento licitatório é dispensado.

O art. 25, caput, da lei 8.666/93, estabelece que "É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...)". O art. 26, parágrafo único II e III, da mesma Lei, determina que o processo de dispensa, de inexigibilidade ou retardamento, seja instruído, no que couber, com elementos relativos a "razão da escolha do fornecedor ou executante" e "justificativa do preço".

As inexigibilidades serão usadas quando houver inviabilidade de competição, nas quais os valores de referência são tabelados. As OCS/PSA são convidados, via Edital de Credenciamento, publicado no DOU e em jornal local, a se credenciarem junto à UG/FUSEx, sendo esse convite válido até 12 meses da data de publicação no DOU e na imprensa local. Aqui não se fala em disputa de preços e, portanto, não há o que licitar.

Por fim, a presente contratação por inexigibilidade de licitação é justificada em razão da inviabilidade de competição devido à ausência de exclusividade entre os credenciáveis, uma vez que, todos os particulares que atenderem ao chamado de credenciamento e preencherem os requisitos serão aproveitados pela Administração.

Rio Branco, AC, 12 de março de 2022.

DANIEL RODRIGUES BERNARDES - Asp
Chefe da Seção de Aquisição, Licitações e Contratos do Cmdo Fron AC/4º BIS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

CMDO FRON ACRE / 4º BIS
FL: 06
SAI C

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Conforme art. 7º, § 2º, III, art. 14, e o caput do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993 e art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, declaro haver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes dos serviços a serem executadas pela Organização Civil de Saúde do **HOSPITAL DO RIM – ACRE LTDA**, inscrito no **CNPJ nº 24.884.762/0001-66**, no exercício financeiro em curso; que nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento; que será utilizado recurso próprio para a despesa; e que essa contratação não trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa.

UG/GESTAO FAVORECIDA: 160002/00001 – CMDO FRON ACRE/4ºBIS.
Fonte: 0100000000.
Programa de Trabalho: 088960 e 088962.
Elemento de Despesa: 339036 e 339039.
PI: D8SAFCTPRSA, D8SAFCTOCSA, D8SAECBPRSA e D8SAECBOCSA.
UG EMITENTE: 160505 – DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL – GESTOR.

UG/GESTAO FAVORECIDA: 167002/00001 – CMDO FRON ACRE/4BIS.
Fonte: 0100000000.
Programa de Trabalho: 089046 e 089047.
Elemento de Despesa: 339036 e 339039.
PI: D8SACIVOCSA, D8SAFUSOCSA e D8SAFUSINRE.
UG EMITENTE: 167505 – DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL – GESTOR

Rio Branco, AC, 13 de março de 2022.

FELIPE JOSÉ FERREIRA DE GÓES - Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron ACRE / 4º BIS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira / 1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

DIEx nº 835 -FUSEX/PMGuRBO/Cmdo Fron ACRE/4º BIS
EB: 65323.011635/2021-78

Rio Branco-AC, 16 de agosto de 2021.

Do Chefe do PMGuRBO
Ao Fisc Adm C Fron AC/4º BIS
Assunto: declaração de inexigibilidade de licitação.
Anexos: - cópias de documentos entregues pela OCS;
- cópias de documentos produzidos pela Comissão Especial de Credenciamento.

Nos termos do contido no Art. 13 da Portaria Ministerial nº 305, de 24 Mai 95- Instruções Gerais para realização de Licitações no Comando do Exército (IG 12-02), solicito a V Sª providências junto ao Ordenador de Despesas (OD), no sentido de que seja declarada a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para a contratação de serviços médicos, hospitalares, ambulatorial e laboratoriais e demais especialidades médicas, junto à Organização Civil de Saúde (OCS) **HOSPITAL DO RIM – ACRE LTDA**, inscrito no CNPJ nº 24.884.762/0001-66, para o período de 12 meses, conforme o Edital de Credenciamento nº 1/2018, desta Unidade Gestora.

MARIO CESAR FURTADO JORIS – Ten Cel
Chefe do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco

PARECER DO FISCAL ADMINISTRATIVO

1. O referido serviço necessita ser contratado.

2. Os serviços específicos requisitados serão prestados pela Organização Civil de Saúde (OCS), **HOSPITAL DO RIM – ACRE LTDA**, inscrito no CNPJ nº **24.884.762/0001-66**, tendo como base a Lista Referencial de Custos dos Serviços de Saúde do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco para a remuneração dos procedimentos médicos, consultas, serviços hospitalares, materiais e medicamentos. A estimativa de contratação é baseada nos valores encaminhados e auditados no Sistema de Registro dos Encaminhamentos (SIRE) nos últimos 5 (cinco) anos para OCS com serviços análogos, com acréscimo de 20% (vinte por cento) a esse valor em virtude de atualizações de valores anuais e do aumento da procura pelo serviço, em aproximadamente o valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, devendo os mesmos serem contratados mediante

Inexigibilidade de Licitação a ser declarada e publicada na forma dos Arts' 25 e 26 da Lei 8.666/93.

3. A ratificação desta contratação deve ser promovida pelo Comandante do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, conforme DIEx nº 287-AAJurd/Cmdo - CIRCULAR, do CHEM da 12ª RM, e a publicação pelo Ordenador de Despesas do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva.

4. Isso posto, sou de parecer favorável à declaração requisitada.

ROBERTO MARTINS FERNANDES - Capitão
Fisc Adm Cmdo Fron ACRE/4º BIS

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

1. Aprovo a declaração pleiteada e determino a abertura do Processo Administrativo correspondente.

2. A Seção de Aquisições e Comissão Permanente de Licitação do C Fron AC / 4º BIS os procedimentos cabíveis de acordo com as normas em vigor.

3. Para fins do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, empregar os recursos do Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0170270037 - 0170270013-1510000000, Programa de Trabalho Resumido 171497 - 171498 - 171499 - 171500, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SACIVOCSA - D8SAFUSOCSA - D8SAFCTOCSA - D8SAECBOCSA; para atender despesas com a prestação de serviços médicos, hospitalares, ambulatorial e laboratoriais e demais especialidades médicas, no período de 12 meses.

Quartel em Rio Branco-AC, 16 de agosto de 2021.

FELIPE JOSÉ FERREIRA DE GÓES - Major
Ordenador de Despesas Cmdo Fron ACRE/4º BIS

COMANDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 09
SALO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

PROJETO BÁSICO

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2018

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA O CMDO FRON ACRE/4º BIS

ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS

-INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a prestação de serviços na área de assistência médica, hospitalar, ambulatorial, odontológica, laboratorial, de imagem e de reabilitação pelo período de 12 (doze) meses para o Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Rio Branco, AC, pretende adquirir os serviços na área de assistência médica, hospitalar, ambulatorial, odontológica, laboratorial, de imagem e de reabilitação, conforme os preceitos da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com suas alterações, Portaria Ministerial nº 305, de 24 de maio de 1995 – IG 12-02 (Instruções Gerais para Realização de Licitação no Ministério do Exército), subordinado às condições e exigências estabelecidas no respectivo Edital e seus Anexos, **para atender as necessidades contínuas de serviços de saúde dos usuários do Fundo de Saúde do Exército (FuSEx), do Sistema de Atendimento Médico aos Militares do Exército e seus Dependentes (SAMMED), Ex-Combatentes (Ex-Cmb) e Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército (PASS)** vinculados a esta Organização Militar.

2. OBJETO

2.1. Credenciamento de Organizações Civis de Saúde (OCS) com sede no Estado do Acre, com finalidade de conferir à Administração, a comprovação de que a empresa possui as condições necessárias, conforme os preceitos estabelecidos no Artigo 27 da Lei no 8.666/93, para o credenciamento por inexigibilidade de licitação objetivando a prestação de serviços na área de assistência médica, hospitalar, ambulatorial, odontológica, laboratorial e de imagem e de reabilitação aos beneficiários:

2.1.1. do Fundo de Saúde do Exército (FuSEx), seus dependentes e pensionistas;

2.1.2. do Sistema de Atendimento Médico aos Militares do Exército e seus Dependentes (SAMMED);

2.1.3. Ex-Combatentes (Ex-Cmb) do Exército Brasileiro, seus dependentes e pensionistas; e

2.1.4. do sistema de Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército (PASS), seus dependentes e pensionistas, encaminhados pelo Posto Médico de Guarnição de Rio Branco.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, por intermédio do FuSEx/Posto Médico de Guarnição de Rio Branco (FuSEx/P Med Gu RBO), no desempenho de sua atividade-fim, necessita credenciar Organizações Civis de Saúde (OCS) com a finalidade de atender usuários dos Sistemas SAMMED/FuSEx/PASS/Ex-Cmb em serviços de saúde não disponíveis, por ausência de profissionais de saúde ou equipamentos nas instalações do P Med Gu RBO, ou em situações em que houver saturação da capacidade de atendimento interno. Entre as áreas onde há necessidade de complementação. O credenciamento de prestadores de serviços de saúde em áreas diversas e com mais de um prestador em cada área se faz necessário, haja vista a necessidade permanente de atender demandas decorrentes do dia-a-dia, como consultas, exames complementares para diagnósticos, bem como atender solicitações urgentes ou emergenciais.

3.2. A Guarnição de Rio Branco vem observando um crescente aumento no número de usuários do Sistema. Entretanto, o efetivo profissional do P Med Gu RBO é inferior à demanda crescente de atendimento médico, especificamente quanto aos especialistas da área da medicina. Nesse sentido, a formalização de credenciamentos possibilita a este Posto Médico suprir as demandas existentes, tanto de especialidades não disponíveis quanto aquelas em que o número de profissionais não consegue fazer frente ao atendimento da demanda (demanda reprimida).

3.3. Outro aspecto relevante diz respeito à economia e comodidade aos usuários, uma vez que a impossibilidade de contratação dessas OCS/PSA obrigaria o Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, por intermédio do P Med Gu RBO, a valer-se da cadeia de evacuação para o atendimento das necessidades. Tal medida, além dos transtornos de ordem pessoal, causaria gastos adicionais ao sistema e ao usuário (despesas com deslocamento e estadia), bem como, tornaria necessário a disponibilização de um aporte estrutural e de pessoal para o planejamento e execução dos deslocamentos.

3.4. O credenciamento é inexigível, fundamento no Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93, em razão da impossibilidade de existir competição entre eventuais interessados, devido à padronização dos preços a serem pagos às Organizações Civis de Saúde (OCS) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA), e a contratação ocorrer de forma indireta, ou seja, o beneficiário, quando encaminhado, poderá escolher a OCS/PSA que melhor lhe convier, dentre as organizações ou profissionais de saúde civis previamente credenciados, na especialidade indicada para o seu atendimento.

3.5. A Portaria nº 048-DGP, de 28 de fevereiro de 2008, do Departamento Geral do Pessoal (DGP), que aprova as Instruções Reguladoras do Sistema de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar aos Beneficiários do FuSEx, fixa uma rotina a fim de proporcionar uma melhor dinâmica de trabalho para os órgãos de apoio e de execução do FuSEx, destacando a utilização de tabelas para remuneração dos serviços.

3.6. A Portaria nº 048-DGP, de 28 de fevereiro de 2008, no seu Art. 72, faz a referência à utilização de tabelas, a saber:

> *"Art. 72- Os atos indenizáveis realizados em OCS e PSA, em princípio, são os constantes dos contratos e convênios, estabelecidos com base em tabelas autorizadas pelo DGP. (grifo nosso)*
> *§ 1º Para os atos indenizáveis não constantes em contratos ou convênios, serão tomados em conta os valores negociados com a OCS ou com o PSA, pela UG FUSEx, o qual deverá buscar a adoção de valores de despesa, em princípio, baseados nas tabelas autorizadas pelo DGP. (grifo nosso)."*

4. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO E VALORES

4.1. Os serviços serão prestados na cidade de Rio Branco - Acre.

4.2. Os serviços objeto deste credenciamento tem a finalidade de viabilizar o tratamento clínico, cirúrgico e ambulatorial nas especialidades de **Nefrologia, Clínica Médica, Infectologia, Psicologia, Fisioterapia e Nutrição.**

4.3. As Especialidades Médicas poderão homologar o pedido de cadastramento, entretanto, esses pedidos ficarão condicionados ao parecer do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco (P Med Gu RBO), que será realizado pela Comissão de Credenciamento do P Med Gu RBO / FUSEx.

4.4. Os preços, objeto deste credenciamento, são:

4.4.1. Medicina:

4.4.1.1. Consulta – R$ 190, 00 (cento e noventa reais);

4.4.1.2. Consultas médicas eletivas ou em pronto atendimento das especialidades de Neurologista, Dermatologista, NeuroPediatra, CardioPediatra, Proctologista, Mastologista, Cirurgião Vascular, Angiologista, Endocrinologista, Pneumologista, Urologista e Psiquiatria será de R$ 120,00 (cento e vinte reais);

4.4.2. Para honorários de procedimentos médicos, classificados nos capítulos 1, 2 e 3 da tabela CBHPM, será adotada a tabela CBHPM, ano 2012, e o valor de UCO de R$ 13,57.

4.4.3. Para o serviço de apoio ao diagnóstico e tratamento (SADT), classificados no capítulo 4 da tabela CBHPM, será adotada a tabela CBHPM, ano 2012, e o valor de UCO de R$ 13,57.

4.4.4. Os serviços das Clínicas de Reabilitação serão remunerados com base na autorização do Escalão Superior (DGP): a consulta de Fisioterapia será de R$ 31,20 (trinta e um reais e vinte centavos); a consulta/sessão de Fonoaudiologia será R$ 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos); a consulta/sessão de Psicologia será R$ R$ 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos); a consulta Nutrição será de R$ 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos). Os valores das sessões de Fisioterapia Convencional, Pilates, Hidroterapia e RPG serão respectivamente: R$ 31,20 (trinta e um reais e vinte centavos), R$ 24,' 96 (vinte e quatro reais e noventa e seis centavos), R$ 46,80 (quarenta e seis reais e oitenta centavos), R$ 56,16 (cinquenta e seis reais e dezesseis centavos

4.5. Os procedimentos cirúrgicos eletivos necessitarão, obrigatoriamente, autorização prévia do setor de auditoria de contas médicas do P Med Gu RBO, não havendo possibilidade de acréscimo de procedimentos e de materiais não previamente liberados pela contratante.

4.6. Os pacientes com indicação de tratamentos não disponibilizados nas dependências da contratada, serão encaminhados exclusivamente pelo contratante, para OCS ou PSA contratados pelo FuSEx, sendo vedado à OCS/PSA encaminhar para ela mesma. Devendo solicitar ao paciente retorno ao médico militar para que o mesmo verifique necessidade de encaminhamento.

5. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS

5.1. O Edital de Credenciamento deverá conter os aspectos sobre as condições para participação e habilitação do credenciamento.

6. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão na área de assistência médica, hospitalar e ambulatorial nas especialidades de **Nefrologia, Clínica Médica, Infectologia, Psicologia, Fisioterapia e Nutrição.**

7. LOCALIDADE EXECUÇÃO

7.1. Os serviços serão prestados aos beneficiários nas instalações dos credenciados, em localizações a serem especificadas nas propostas de credenciamento, exceto os casos em que o paciente estiver baixado nas instalações do P Med Gu RBO.

8. CUSTO ESTIMADO DOS SERVIÇOS

8.1. O custo foi estimado com base nos preços praticados no mercado de Rio Branco-AC, de acordo com as especificações dos serviços constantes neste projeto. No planejamento da contratação estima-se que no decorrer de 12 (doze) meses, serão gastos aproximadamente com a contratação desta OCS, um valor máximo global anual de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**. A estimativa desse valor foi baseada nos valores Encaminhados e Auditados, no Sistema de Registro dos Encaminhamentos (SIRE) nos últimos cinco anos para OCS com serviços análogos, com acréscimo de 20% (vinte por cento) em virtude das atualizações anuais de valores e do aumento da procura pelo serviço.

8.2. Por tratar-se de prestação de serviços contínuos, de forma complementar e sem possibilidade de fixação de demanda, será estabelecido um valor estimativo para cada credenciamento, determinado com base em valores de credenciamentos de anos anteriores entre o Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva e prestadores de serviços de mesma área a ser credenciada.

8.3. O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante consulta ao SIPEO – Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária.

8.4. Baseado em informações do CADBEN, o P Med Gu RBO possui um público-alvo na ordem de **6.000 (seis mil) usuários**, somente daqueles que estão vinculados ao Exército, tanto beneficiários do FuSEX, como Servidores Civis vinculados ao Exército, como também aos conscritos (Soldados do Efetivo Variável)), que incorporam anualmente no Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva, no 7º Batalhão de Engenharia de Construção e no 61º Batalhão de Infantaria de Selva (Cruzeiro do Sul - AC).

8.5. Por tratar-se de demanda estimativa, a Credenciada não poderá exigi-la como pagamento mínimo de serviços prestados.

8.6. Outro fator importante a ser considerado é a faixa etária dos usuários da Guarnição de Rio Branco. Por ser uma capital com uma densidade populacional inferior ao das grandes cidades brasileiras, a Cidade de Rio Branco é um forte atrativo àqueles militares que chegam ao final da carreira e decidem fixar residência na Capital Acreana. Neste sentido, a população a ser atendida, vem envelhecendo, aumentando gradativamente a procura por serviços de saúde e, consequentemente, os custos dos atendimentos.

8.7. Diante do exposto, o P Med Gu RBO, necessita contratar/credenciar profissionais e organizações civis de saúde, que disponham de serviços de saúde complementares para melhor atender à família militar.

8.8. Deve-se pautar, também, o fato de, atualmente, a medicina estar amparada na tecnologia, em que se baseiam os serviços de apoio em saúde, tais quais terapias e exames complementares. Verifica-se a necessidade de intervenções com utilização de determinados equipamentos ou técnicas que o Posto não dispõe, justificando-se a formalização de credenciamento que possibilite a disponibilização de equipamentos e técnicas em saúde, mais modernas e avançadas.

9. DEVERES DO CONTRATADO

9.1. São deveres do contratado(a):

9.1.1. Receber da CREDENCIANTE o pagamento pela prestação dos serviços, objeto deste Termo de Credenciamento, nos prazos e condições estabelecidas no mesmo;

9.1.2. Requerer a CREDENCIANTE a rescisão deste Termo de Credenciamento

caso esta descumpra qualquer uma das cláusulas estabelecidas no mesmo ou venha a ocorrer, qualquer das situações previstas nos incisos XIV e XVII do art. 78, da Lei Nr 8.666/93;

9.1.13. Ter as cláusulas econômico-financeiras revistas no caso de modificação unilateral do Termo de Credenciamento;

9.1.14. Ser indenizada pelo que já tiver executado, no caso de revogação do Termo de Credenciamento.

9.1.15. Nos casos de rescisão unilateral do Termo de Credenciamento, será assegurado à CREDENCIADA, o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do Art. 78, parágrafo único da Lei Nr 8.666/93.

10. DEVERES DA CONTRÂTANTE

10.1. São deveres do Cmdo Fron ACRE/ 4º BIS

10.1.1. Ter o serviço prestado, objeto deste Termo de Credenciamento, dentro dos prazos e nas demais condições estabelecidas no presente instrumento e em seus anexos;

10.1.2. Exigir da CREDENCIADA a responsabilidade pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento;

10.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou procedimento executado em desacordo com o Termo de Credenciamento;

10.1.4. Retenção dos créditos decorrentes do Termo de Credenciamento até o limite dos prejuízos causados à Administração;

10.1.5. Anular o Termo de Credenciamento em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros;

10.1.6. Modificar unilateralmente o Termo de Credenciamento para melhor adequá-lo às finalidades de interesse público;

10.1.7. Rescindir, unilateralmente, o Termo de Credenciamento nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei Nr 8.666/93;

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução parcial do Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE poderá, garantida a prévia defesa e a seu critério, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções, além das penalidades previstas na Lei Nr 8.666/93, as seguintes sanções:

11.1.1. Advertência, devidamente anotada nos registros cadastrais de ocorrência do Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF;

11.1.2. Multa de 1% (um por cento) sobre a média dos 03 (três) últimos meses do faturamento da CREDENCIADA, nos casos de recusa de atendimento aos pacientes citados na Cláusula Décima Primeira e nos casos de atraso na entrega de exames, salvo por motivo de força maior devidamente justificado. A CREDENCIADA será notificada para recolher no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ou, a critério do Comandante do CREDENCIANTE, tais valores de multas, os quais poderão ser descontados nos pagamentos devidos à CREDENCIADA. A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Termo de Credenciamento e/ou aplique outras sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Nr 8.666/93.

11.2. Rescisão do contrato, conforme estabelecido nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Nr 8.666/93.

11.3. A recusa injusta da CREDENCIADA em atender o paciente encaminhado regularmente pelo CREDENCIANTE, caracteriza o descumprimento parcial da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aludidas no artigo 87 da Lei Nr 8.666/93.

11.4. A CREDENCIADA será considerada inadimplente, independentemente de

interpelação judicial e mediante comunicação da CREDENCIANTE, entre outras, nas seguintes hipóteses:

11.5.1. Inobservância das recomendações técnicas ou administrativas dadas pela CREDENCIANTE;

11.5.2. Atraso na entrega de resultado de exames por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sem justificativa aceita pelo CREDENCIANTE;

11.5.3. Interrupção dos serviços por mais de 05 (cinco) dias consecutivos, sem justificativa, ou 10 (dez) dias não consecutivos, sem justificativa aceita pela CREDENCIANTE e devidamente comprovada;

11.5.4. Atraso de 07 (sete) dias no atendimento das determinações da CREDENCIANTE, em caso de reincidência;

11.5.5. Descumprimento de quaisquer outras Cláusulas ou condições deste Termo de Credenciamento, que venha a prejudicar a execução do mesmo.

11.5.6. Em caso de rescisão por inadimplemento, ficará a CREDENCIADA obrigada ao pagamento de multa equivalente a 1,0% (um por cento) sobre a média dos 03 (três) últimos meses do faturamento da CREDENCIADA, independente do pagamento de multas moratórias eventualmente já efetuadas ou descontadas.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

12.1.1. A execução dos serviços serão acompanhados e fiscalizados por um, ou mais, representante da Administração do Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva, designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

12.1.2. O Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva designara em Boletim Interno um Fiscal de Contrato (Credenciamento) no momento da assinatura do mesmo, nos termos do Artigo 67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Rio Branco, AC, 16 de agosto de 2021.

MARIO CESAR FURTADO JORIS - Ten Cel
Chefe do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Aprovo o Projeto Básico de acordo com o Art.7º, §2º, I da Lei no 8666/93, pois se faz necessário a aquisição dos serviços supramencionados acima para atender às necessidades de saúde da Sede do Batalhão, dos Destacamentos dos Municípios de Plácido de Castro, Epitaciolândia, Assis Brasil e Santa Rosa do Purus. Os serviços a serem contratados não são prestados pelo Posto Médico de Guarnição de Rio Branco-AC, seja por falta de profissional especialista, seja por falta de instalações com equipamentos adequados e específicos. Portanto, justifica-se a realização de credenciamento de Organizações Civis de Saúde (OCS), a fim de suprir as necessidades dos usuários beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (FuSEx), do Sistema de Atendimento Médico aos Militares do Exército e seus Dependentes (SAMMED) e

Ex-Combatentes (Ex-Cmb) seus dependentes e pensionistas e dos servidores civis beneficiários da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército (PASS), em relação à prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, odontológica, laboratorial, de imagem e de reabilitação. A assistência médico-hospitalar é um direito do militar conforme o Art. 50, inciso IV, alínea e), da Lei no 6.880/80 (Estatuto dos Militares).

Rio Branco, AC, 16 de agosto de 2021.

FELIPE JOSÉ FERREIRA DE GOES - Major
Ordenador de Despesas Cmdo Fron ACRE 4ª BIS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS

Declaro que a contratação de serviços médicos, ambulatoriais e hospitalares visa atender as necessidades dos usuários do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco e são consideradas de natureza contínua. Tal fato, pode ser observado nos Relatórios de Guias Auditadas, do Sistema de Registro de Encaminhamentos dos últimos cinco anos desta UG-FuSEx.

Rio Branco, AC, 16 de agosto de 2021.

Kelly da S. Melo
2º TEN OD TBUC/OMAX/LO
CRO/AC 5559

KEILY DA SILVA MELO – 2º TEN
Respondendo pela Chefia da Seção FUSEx/Posto Médico da Guarnição de Rio Branco



SISTEMA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DGP

CONSULTA CPF/CNPJ - GERENCIAL

Nome: LABATE E ROCHA LTDA CNPJ: 08702695000165

Executante	Mapa	Posto	Nome	CNPJ	Data	Di/Auto	AjC/ApAdm	Psg	Bag	Moto	Total
Cmdo Fron Acre/4º BIS	5		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	27/01/2016		1.995,09				1.995,09
Cmdo Fron Acre/4º BIS	51		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	06/04/2016		2.403,29				2.403,29
Cmdo Fron Acre/4º BIS	2		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	25/01/2016		3.391,81				3.391,81
Cmdo Fron Acre/4º BIS	44		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	04/04/2016		9.809,16				9.809,16
Cmdo Fron Acre/4º BIS	47		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	05/04/2016		144,00				144,00
Bag: ,00	Auto: ,00	Psg: ,00	AjC: ,00	Diária: ,00	ApAdm: 17.743,35		Moto: ,00		Total: 17.743,35		

Voltar



SISTEMA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DGP

CONSULTA CPF/CNPJ - GERENCIAL

Nome: **LABATE E ROCHA LTDA** CNPJ: **08702695000165**

Executante	Matrícula	Posto	Nome	CNPJ	Data	Di/Auto	AjC/ApAdm	Psg	Bag	Moto	Total
Cmdo Flori Acre/4ª BIS	288		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	04/10/2017		4.917,49				4.917,49

Bag: ,00	Auto: ,00	Psg: ,00	AjC: ,00	Diária: ,00	ApAdm: 4.917,49	Moto: ,00	Total: 4.917,49

Retornar

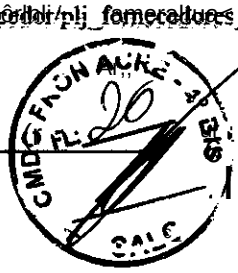


CONSULTA CPF/CNPJ - GERENCIAL

Nome: **LABATE E ROCHA LTDA** CNPJ: **08702695000165**

Executante	Mapp	Resto	Nome	CNPJ	Data	Di/Auto	AjC/ApAdm	Psg	Bag	Moto	Total
Cmdo Fron Acre/4º BIS	9		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	19/12/2008		2.536,08				2.536,08
Cmdo Fron Acre/4º BIS	15		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	08/03/2013		2.542,02				2.542,02
Cmdo Fron Acre/4º BIS	171		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	06/12/2013		2.615,28				2.615,28
Cmdo Fron Acre/4º BIS	338		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	12/11/2018		3.077,08				3.077,08
Cmdo Fron Acre/4º BIS	356		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	10/12/2018		6.454,16				6.454,16
Cmdo Fron Acre/4º BIS	4		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	29/01/2019		5.555,71				5.555,71
Cmdo Fron Acre/4º BIS	6		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	05/02/2019		7.104,33				7.104,33
Cmdo Fron Acre/4º BIS	10		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	01/03/2019		4.954,19				4.954,19
Cmdo Fron Acre/4º BIS	131		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	13/06/2019		553,12				553,12
Cmdo Fron Acre/4º BIS	245		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	13/09/2019		9.060,14				9.060,14
Cmdo Fron Acre/4º BIS	312		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	22/10/2019		3.509,08				3.509,08
Cmdo Fron Acre/4º BIS	358		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	11/12/2019		82,00				82,00
Bag: ,00	Auto: ,00	Psg: ,00	AjC: ,00	Diária: ,00	ApAdm: 48.043,19		Moto: ,00	Total: 48.043,19			

Retornar



SISTEMA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DGP

CONSULTA CPF/CNPJ - GERENCIAL

Nome: LABATE E ROCHA LTDA CNPJ: 08702695000165

Executante	Mapa	Posto	Nome	CNPJ	Data	Di/Auto	AjC/ApAdm	Psg	Bag	Moto	Total
Cmdo Fron Acre/4º BIS	6		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	04/02/2019		6.854,16				6.854,16
Cmdo Fron Acre/4º BIS	12		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	12/03/2019		4.414,36				4.414,36
Cmdo Fron Acre/4º BIS	27		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	01/04/2019		2.857,81				2.857,81
Cmdo Fron Acre/40 BIS	143		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	05/06/2019		3.273,02				3.273,02
Cmdo Fron Acre/40 BIS	203		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	10/07/2019		3.963,70				3.963,70
Cmdo Fron Acre/4º BIS	88587		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	27/12/2019		3.427,08				3.427,08
Cmdo Fron Acre/4º BIS	2		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	09/01/2019		14.051,17				14.051,17
Cmdo Fron Acre/4º BIS	16		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	21/03/2019		5.678,16				5.678,16
Cmdo Fron Acre/40 BIS	28		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	03/04/2019		2.412,11				2.412,11
Cmdo Fron Acre/4º BIS	88564		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	03/09/2019		5.257,88				5.257,88
Cmdo Fron Acre/40 BIS	88577		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	04/11/2019		553,75				553,75
Cmdo Fron Acre/4º BIS	88586		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	02/12/2019		7.794,86				7.794,86
Bag: ,00	Auto: ,00	Psg: ,00	AjC: ,00	Diária: ,00	ApAdm: 60.328,06		Moto: ,00	Total: 60.328,06			

SISTEMA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DGP

AMENTO

CONSULTA CPF/CNPJ - GERENCIAL

Nome: LABATE E ROCHA LTDA CNPJ: 08702695000165

Executante	Mapa	Posto	Nome	CNPJ	Data	DI/Auto	AjC/ApAdm	Psg	Bag	Moto	Total
Cmdo Fron Acre/4º BIS	117		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	04/03/2020		1.956,06				1.956,06
Cmdo Fron Acre/4º BIS	124		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	18/03/2020		328,00				328,00
Cmdo Fron Acre/4º BIS	134		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	13/05/2020		9.172,42				9.172,42
Cmdo Fron Acre/4º BIS	147		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	02/07/2020		380,00				380,00
Cmdo Fron Acre/4º BIS	316		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	04/09/2020		95,00				95,00
Cmdo Fron Acre/4º BIS	102		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	27/01/2020		4.240,26				4.240,26
Cmdo Fron Acre/4º BIS	116		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	04/03/2020		6.902,43				6.902,43
Cmdo Fron Acre/4º BIS	120		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	16/03/2020		9.711,20				9.711,20
Cmdo Fron Acre/4º BIS	125		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	01/04/2020		9.013,28				9.013,28
Cmdo Fron Acre/4º BIS	129		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	22/04/2020		5.256,50				5.256,50
Cmdo Fron Acre/4º BIS	133		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	12/05/2020		7.315,87				7.315,87
Cmdo Fron Acre/4º BIS	137		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	01/06/2020		13.154,65				13.154,65
Cmdo Fron Acre/4º BIS	145		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	01/07/2020		1.624,90				1.624,90
Cmdo Fron Acre/4º BIS	152		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	15/07/2020		2.801,12				2.801,12
Cmdo Fron Acre/4º BIS	315		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	03/09/2020		5.809,32				5.809,32
Cmdo Fron Acre/4º BIS	118		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	05/03/2020		328,00				328,00
Cmdo Fron Acre/4º BIS	121		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	17/03/2020		348,90				348,90
Cmdo Fron Acre/4º BIS	138		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	01/06/2020		279,90				279,90
Cmdo Fron Acre/4º BIS	146		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	02/07/2020		95,00				95,00
Cmdo Fron Acre/4º BIS	153		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	15/07/2020		353,00				353,00
Cmdo Fron Acre/4º BIS	103		LABATE E ROCHA LTDA	08702695000165	26/08/2020		1.744,68				1.744,68

Bag: ,00	Auto: ,00	Psg: ,00	AjC: ,00	Diária: ,00	ApAdm: 55.114,48	Moto: ,00	Total: 55.114,48

Retornar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

CARTA-PROPOSTA

Razão Social: HOSPITAL DO RIM- ACRE LTDA	CNPJ:24884762000 1-66
Endereço: AV. NAÇÕES UNIDAS, 1080, RIO BRANCO- AC	Telefone/fax: 32274165
Área de Atuação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES	Especialidade: NEFROLOGIA
Representante Legal: ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALA	CPF: [redacted]

O interessado acima identificado vem requerer à Comissão Especial de Credenciamento do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva a respectiva habilitação para contratação, declarando total concordância com as condições estabelecidas no Edital de Convocação nº 01/2018 da Comissão Especial de Credenciamento (CEC), e em seus anexos, inclusive com os valores e instruções constantes na Lista Referencial de Procedimentos Médico-hospitalares e Ambulatoriais do SAMMED/FuSEx do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco para credenciamentos, republicados no DOU nr 58, Seção 3, Pag 14, de 26/03/2021. Para tanto, foram devidamente anexadas as documentações exigidas, bem como passamos a prestar as informações a seguir:

1) Relação do Corpo Clínico:	
Nome	**Nr Registro Conselho**
JARINNE LANDIN NASSERALA	CRM 1212/AC
IANNA LIMA SIMÃO	CRM 1917/AC
ALDO DAMIAN CHAMBI GARRIDO	CRM 1566/AC
RAISSA FRANÇA RIBEIRO	CRM 1418 / AC
JOAQUINA ADALTIVA NEPOMUCENO DE OLIVEIRA	CRP 20107366/AC
THAIS ALMEIDA LIMA	CRN 10049/AC
EDUARDO SALES DE BRITO	CREFITO 111656/AC

2) Relação de Especialidades:
NEFROLOGIA
CLINICA MÉDICA
INFECTOLOGIA
NUTRIÇÃO
PSICOLOGIA
FISIOTERAPIA

3) Relação de Serviços: (Obs.: esta relação pode ser colocada de forma anexa à carta proposta)
EM ANEXO

4) Relação de Equipamentos Técnicos
EM ANEXO

5) Dias e Horários de Atendimento:
AMBULATÓRIO: 08:00 ÀS 18:00H
INTERNAÇÃO: 24H

6) Dados Bancários:		
Banco:756	Agência:5038	Conta-Corrente:10654

7) Endereço eletrônico para recebimento de informações (E-mail):
Faturamento.crac@gmail.com / faturamento@clinicadorimacre.com / faturamento@hospitaldorimacre.com.br

8) Telefones para:
Diretoria:(68) 99202-0107
Recebimento de informações contratuais:(68) 99222-3863
Recebimento de informações técnicas/pagamento/encaminhamento/procedimentos: (68)3227-4165
Atendimento ao cliente por setor: (68) 2102-5747 / 21020937
Marcação: 21020937/ 99208-1979

As documentações inerentes à habilitação encontram-se anexas rigorosamente na seguinte ordem:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA	
1.1	Carta Proposta devidamente preenchida
1.2	Cédula de identidade do(s) representante(s) legal (is).
1.3	Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual.
1.4	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrada no Órgão competente, e no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, se for o caso, procurações que outorguem poderes a terceiros.
1.5	Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
1.6	Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
1.7	Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
1.8	Em caso de cooperativas, conforme o art. 19, § 3º, da IN SLTI/MPOG nº 2/2008: 1.8.1. Inscrição do ato constitutivo deve estar acompanhada de prova dos responsáveis legais; 1.8.2. Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual se houver; 1.8.3. Ata de Fundação; 1.8.4. Caso tenha o Estatuto Social, encaminhar com a Ata da Assembleia; 1.8.5. Regimento dos Fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou; 1.8.6. Editais de Convocação das 03 (três) últimas assembleias extraordinárias; e 1.8.7. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

2. REGULARIDADE FISCAL	
2,1	Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) para as firmas individuais.
2.2	Certidão Conjunta quanto à Dívida Ativa da União e Receita Federal – poderá constar no SICAF.
2.3	Certidão Negativa de Débito INSS (prova de regularidade relativa à segurid. social) – poderá constar no SICAF.
2.4	Certidão de Regularidade Fiscal (prova de regularidade relativa ao FGTS) – poderá constar no SICAF.
2.5	Certidão Negativa de Débito Trabalhista – poderá constar no SICAF – poderá constar no SICAF.
2.6	Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual – poderá constar no SICAF
2.7	Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal. – poderá constar no SICAF.

3. DECLARAÇÃO	
3.1	Declaração nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal
3.2	Declaração de Concordância com as Condições da Edital
3.2	Declaração de Sustentabilidade Ambiental

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	
4.1	Registro ou inscrição da entidade ou prestador de serviço no Conselho de Classe respectivo.
4.2	Atestado de capacidade técnica (Carta Referência) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o interessado prestou, a contento, serviço pertinente e compatível em características com o objeto deste Edital de Credenciamento.
4.3	Diploma de Graduação.
4.4	O responsável técnico deverá comprovar experiência na área pretendida, mediante apresentação da

	declaração de Responsabilidade Técnica perante o Conselho de Classe Profissional.
4.5	Alvará de localização de funcionamento válido.
4.6	Alvará de autorização sanitária válido.
4.7	4.7.1. Alvará de autorização e/ou Alvará de localização de funcionamento vencido(s): 4.7.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária. 4.7.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias): 4.7.2.1. Documento a ser apresentado alvará de autorização sanitária válido. 4.7.3. Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa: 4.7.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária. 4.7.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial: 4.7.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

Rio Branco-AC, 26 de julho de 2021

Alessandro Mendonça Nasserala - 265035 SSP/AC
Diretor Administrativo - Hospital do Rim

ANEXO I - À CARTA PROPOSTA - HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA.

RELAÇÃO DE SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

a) Consulta

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VALOR (R$)
1.01.01.01-2	Clinica Médica	95,00
1.01.01.03-9	Consulta em pronto socorro -Clinica Médica	95,00
1.01.01.01-2	Infectologia	150,00
1.01.01.01-2	Gastroenterologia	150,00
1.01.01.01-2	Nefrologia	190,00
	Consulta Médica Especializada em Hospital (paciente internado) e em Pronto Socorro (Avaliação/Parecer Especializado)	250,00
1.01.02.01-9	Visita Hospitalar - Enfermaria	51,45
	Visita Hospitalar - Apartamento	102,20

b) Procedimentos

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VALOR (R$)	
		Sem Anestesia	Com Anestesia
3.09.09.03-1	Hemodiálise crônica (por sessão)	350,50	350,50
3.10.08.11-9	Diálise peritoneal automática por mês (agudo ou crônico)	1.570,39	1.570,39
3.09.13.01-2	Implante de cateter venoso central por punção, para NPB, QT, Hemodepuração ou para infusão de soro/drogas	271,87	508,13
3.09.13.12-8	Retirada cirúrgica de cateter de longa permanência para NPB, QT ou para Hemodepuração	271,87	271,87
3.09.13.14-4	Confecção de fístula AV para hemodiálise	330,64	491,16
3.09.13.15-2	Retirada/desativação de fístula AV para hemodiálise	330,64	491,16
3.10.08.07-0	Instalação de cateter Tenckhoff	209,13	369,65
3.10.08.09-7	Retirada de cateter Tenckhoff	209,13	369,65

* Valores conforme Edital de Credenciamento nº 01/2018 - CFAC/4º BIS - Tabela CBHPM 2012 - UCO R$ 13,57 - FILME R$ 21,70 - Medicamentos: Brasíndice - Material: Simpro

c) Multiprofissionais

FISIOTERAPIA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VALOR (R$)
	Fisioterapia Ambulatorial - Consulta/Avaliação Inicial / SESSÃO	R$ 31,20
	Fisioterapia em Hospital – Paciente Internado (Respiratória e/ou Motoria) - Enfermaria /Apto (até 2 motoras e 2 respiratórias)) - UTI Adulto (até 3 motoras e 3 respiratórias)) - UTI Pediátrica/ UTI Neonatal (até 3 motoras e 3 respiratórias))	R$ 31,20
	Fisioterapia em Domicílio – SESSÃO	R$ 60,00

FONOAUDIOLOGIA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VALOR (R$)
	Fonoaudiologia Ambulatorial – Consulta / Avaliação Inicial / SESSÃO	R$ 62,40
	Fonoaudiologia em Hospital – Paciente Internado - Enfermaria / Apto - UTI Adulto - UTI Pediátrica/ UTI Neonatal	R$ 62,40
	Fonoaudiologia em Domicílio – SESSÃO	R$ 90,00

PSICOLOGIA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VALOR (R$)
2.01.04.21-9	Psicoterapia Individual Ambulatorial - Consulta / Avaliação Inicial / SESSÃO	R$ 62,40
	Psicoterapia Individual em Hospital – Paciente Internado - Enfermaria / Apto - UTI Adulto - UTI Pediátrica/ UTI Neonatal	R$ 62,40
	Psicoterapia Individual em Domicílio – Avaliação Inicial / SESSÃO	R$ 90,00

NUTRIÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VALOR (R$)
	Nutrição Consulta Ambulatorial	R$ 62,40
	Nutrição Consulta Hospitalar	R$ 62,40
	Nutrição Consulta Domiciliar	R$ 90,00

* Valores conforme Edital de Credenciamento nº 01/2018 - CFAO/4º BIS - Tabela CBHPM 2012

Rio Branco-AC, 26 de julho de 2021

Alessandro Mendonça Nasserala - 265035 SSP/AC
Diretor Administrativo - Hospital do Rim

FL:

Hospital

FISIOTERAPIA EM HOSPITAL - PACIENTE INTERNADO (RESPIRATÓRIA OU MOTORA)	R$	31.20
FONODIOLOGIA EM HOSPITAL- PACIENTE INTERNADO	R$	62,40
PSICOLOGIA INDIVIDUAL EM HOSPITAL - PACIENTE INTERNADO	R$	62,40
NUTRIÇÃO CONSULTA HOSPITALAR	R$	62.40
AR COMPRIMIDO (H)	R$	20.60
GÁS CARBÔNICO (H)	R$	46.85
NEBULIZAÇÃO (H)	R$	18,39
ÓXIDO NITROSO/ PROTÓXIDO DE AZOTO (H)	R$	79,53
OXIGÊNIO (H)	R$	37.64
NITROGÊNIO (H)	R$	39,71
APARTAMENTO STANDARD	R$	329.03
ENFERMARIA	R$	185.83
HOSPITAL DIA (SEM PERNOITE) APARTAMENTO	R$	191,58
HOSPITAL DIA (SEM PERNOITE) ENFERMARIA	R$	136,89
DIÁRIA DE ISOLAMENTO	acrésc. De 30%	
OBSERVAÇÃO EM P.A ATÉ 6H	R$	74.45
CURATIVO GRANDE (INCLUSO MAT E MED)	R$	34.35
CURATIVO MÉDIO (INCLUSO MAT E MED)	R$	34.35
CURATIVO PEQUENO (INCLUSO MAT E MED)	R$	34.35
DIÁRIA DE ACOMPANHANTE - APARTAMENTO	R$	30,59
DIÁRIA DE ACOMPANHANTE - ENFERMARIA	R$	30,59
ALIMENTAÇÃO P/ ACOMPANHANTE (MENOR DE 18 MAIOR DE 60 ANOS)	R$	16,24
GASOMETRIA	R$	82,94
REMOÇÃO AMBULANCIA (IDA E VOLTA)	R$	159,31
INTENSIFICADOR DE IMAGEM - USO	R$	443.26
ELETROCAUTERIO MONOPOLAR - USO	R$	48.09
BOMBA DE INFUSÃO -DIA	R$	45.84
CAPNÓGRAFO - USO	R$	80,17
DESFIBRILADOR - USO	R$	30,92
SERRA ELÉTRICA - USO	R$	22,90
MONITOR CARDIACO - USO	R$	97,13
OXIMETRO - DIA	R$	51.53
RESPIRADOR DE VOLUME - USO	R$	107,42
RESPIRADOR DE PRESSÃO - USO	R$	107,42
TAXA DE VÍDEO	R$	950.00

PORTE 0- PEQUENA CIRURGIA	R$	101.34
PORTE 1- PEQUENA CIRURGIA	R$	197,00
PORTE 2 -MÉDIA CIRURGIA	R$	223.34
PORTE 3 -MÉDIA CIRURGIA	R$	298,37
PORTE 4 -GRANDE CIRURGIA	R$	372,39
PORTE 5 -GRANDE CIRURGIA	R$	439.24
PORTE 6 -ESPECIAL	R$	558,37
PORTE 7 -ESPECIAL	R$	701.30

ENTERAIS E PARENTERAIS	Brasindice, sem taxa e na ausencia deste o simpro
ENTERAIS E PARENTERAIS não constantes nas tabelas	Orçamentos

NÃO DISPOMOS	R$ -

CBHPM 2012

MEDICAMENTO	BRASINDICE - PMC
MEDICAMENTO RESTRITO	BRASINDICE PF+20%

CBHPM EDIÇÃO 2012

Relação de Equipamento		
Equipamento / Patrimônio	Fornecedor	Quantidade
Aparelho de vent. Pulmonar	Magnamed	1
Aparelho médico de ultrassom	Ge healthcare	1
Aparelho móvel de raio-x	Ge healthcare	1
Aparelho Ultrasson	Medsonic	1
Autoclave	Idealine	2
Autoclavê Horizontal	Phoenix	1
Balança p/cadeirante	Marca Medica	1
Bomba de infusão	Fresenius Kabi	10
Bomba enteral	Fresenius Kabi	5
Cama hospitalar	Stryker do Brasil	8
Câmarâ de consèrvação	fanem	1
Carrinho de emergência	Lanco	4
Carrinho p/ curativo pintado	Salutem	13
Carro maca com elevação hidraulica	Grupo K55	8
Carro p/ curativo INOX	Moveis hospitalares	5
cêntrifuga êxpêlsâ	fanem	1
Cuba de ultrasson	Le blanc	1
Desfibrilador	Instramed	1
Desfibrilador MOnitor	Philips	4
Destilador de água	Le blanc	1
Eletrocardiografo	Philips	2
Espaçador de pele de 30cm	Ge healthcare	1
estufa para cultura bacteriologica	fanem	1
estufa para esterilização	fanem	1
Foco auxiliar	Grupo K55	1
Foco cirúrgico	Drager	2
Lavadora Ultrassônica	Phoenix	1
Maquina de hemodiálise	NIPRO	5
Maquina HD 4.0085	Fresenius Medical	43
Maquina HD 5.0085	Fresenius Medical	4
Mesa cirurgica motorizada	Garfab	2
Monitor multiparametrico	Philips	12
Nebulizador	Dental Acre	1
Poltrona creme acolchoada	Auricelio poltronas	49
Seladora	Idealine	2
Sistema de tratamento de água	Fluido medical	1
Suporte de soro	Medi saúde	10

Ultrasson Portatil	Philips	1
Ventilador pulmonar	Maquet	1
Ventilador pulmonar	Draeger	1

ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALA
DIRETOR ADMINISTRATIVO - HOSPITAL DO RIM

HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA
CNPJ:24.884.762/0001-66
Av Nações Unidas nº 1080 Bosque
CEP 69900-478 Rio Branco - Acre

EM BRANCO

FOLHA ADICIONAL Nº 2 AO PROCESSO Nº 0800
FL. 2
DIREITO

2º TABELIONATO DE NOTAS E 3º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE RIO BRANCO - AC
AUTENTICAÇÃO
CARIMBO E ASSINATURA DE SOUZA - Escrevente Autorizado

EM BRANCO

COMANDO FRONTEIRA ACRE 4º BIS
FL: 33

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ITEM INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O interessado abaixo identificado DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do Art 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade.

IDENTIFICAÇÃO	
Empresa: HOSPITAL DO RIM - ACRE	CNPJ:24.884.762/0001-66
Signatário (s): ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALA	CPF: [redacted]

Ressalva: emprega menor, à partir de quatorze anos de idade, na condição de aprendiz?

SIM	NÃO
	X

Rio Branco-AC, 26 de julho de 2021

Alessandro Mendonça Nasserala - [redacted] SSP/AC

CNPJ: 24.884.762/0001-66
Rua Antunes de Alencar, 45 - Bosque - Rio Branco - AC
CEP: 69.900 - 481 - Tel.: (68) 2102-0937 / (68) 3224 - 6408 / (68) / 99203-3979
E-mail: clinicadorimdoacre@gmail.com

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Hospital do Rim - Acre LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.884.762/0001-66, Avenidas Nações Unidas, 1080, Bosque, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Alessandro Mendonça Nasserala infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº [redacted] SSP/AC e do CPF/MF nº [redacted], para os fins de habilitação no Edital de Credenciamento nº 1/2018 do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, **DECLARA** expressamente que cumpre como o determinado nas seguintes normas abaixo relacionadas referentes a sustentabilidade sobre os aspectos de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores, processamento de produtos de saúde e destinação ambiental de resíduos de saúde:

a. Norma regulamentadora nº 32/ABNT que trata da proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral;

b. Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 - ANVISA que trata das boas práticas em processamento de produtos de saúde; e

c. Resolução nº 258/2005 - CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 306/2004 - ANVISA que trata da destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Rio Branco-AC, 26 de julho de 2021

Alessandro Mendonça Nasserala - [redacted] SSP/AC
Diretor Administrativo - Hospital do Rim

CNPJ: 24.884.762/0001-66
Rua Antunes de Alencar, 45 – Bosque – Rio Branco – AC
CEP: 69.900 – 481 – Tel.: (68) 2102-0937 / (68)3224 – 6408 / (68) / 99203-3979
E-mail: clinicadorimdoacre@gmail.com

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

O interessado abaixo identificado, **DECLARA**, para fins de credenciamento no Edital de Credenciamento Nº 01/2018, do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, que concorda integralmente com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

IDENTIFICAÇÃO	
Empresa: Hospital do Rim – Acre LTDA	CNPJ: 24.884.762/0001-66
Signatário(s) Alessandro Mendonça Nasserala	CPF: [redacted]

Rio Branco-AC, 26 de julho de 2021

Alessandro Mendonça Nasserala – [redacted] SSP/AC
Diretor Administrativo - Hospital do Rim

FL. 36

7ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CLÍNICA DO RIM DO ACRE LTDA
NIRE 12200173898
CNPJ 24.884.762/0001-66

ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Sena Madureira, Estado do Acre, nascido em 07/10/1977, Professor, portador da cédula de identidade nº [redacted] SSP/AC, inscrito no CPF sob o nº [redacted] residente e domiciliado na Rua General Vieira de Melo, 1.412, Bairro Conjunto Esperança, CEP 69.915-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre; e **RAIMUNDO NONATO VERA**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Rio Branco, Estado do Acre, nascido em 27/04/1955, Engenheiro Civil, portador da cédula de identidade nº [redacted] SSP/AC, inscrito no CPF nº [redacted], residente e domiciliado na Travessa Guarani, 91, Bairro Âviário, CEP 69.900-845, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, únicos sócios e componentes da sociedade empresária limitada, que gira sob a denominação social de **CLÍNICA DO RIM DO ACRE LTDA**, com sede e foro na Avenida Nações Unidas, 1080, Bairro Bosque, CEP 69.900-478, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, inscrita no CNPJ sob nº 24.884.762/0001-66, com contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado do Acre, sob nº 12200173898, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, **ALTERAR** o referido contrato social, bem como as suas alterações contratuais, que passa a ter a seguinte redação, mediante as cláusulas e condições abaixo transcritas:

Cláusula Primeira = Ingressa na sociedade **NASSERALA PARTICIPAÇÕES S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.574.421/0001-00, sediada na Rua Pernambuco, nº 970, Bairro Bosque, CEP 69.900-421, Cidade de Rio Branco, Estado do Acre, registrada na Junta Comercial do Estado do Acre sob o NIRE nº 12300001363, neste ato, representada por seu Diretor Presidente ALESSANDRO MENDONCA NASSERALA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Sena Madureira, Estado do Acre, nascido em 07/10/1977, Professor, portador da cédula de identidade nº 265.035 SSP/AC, inscrito no CPF sob o nº 598.114.552-87, residente e domiciliado na Rua General Vieira de Melo, 1.412, Bairro Conjunto Esperança, CEP 69.915-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Cláusula Segunda = Ingressa na sociedade **JARINNE CAMILO LANDIM NASSERALA**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Sena Madureira, Estado do Acre, nascida em 25/05/1985, Médica, portadora da cédula de identidade nº [redacted] SSP/AC, inscrita

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 20052125O - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D8D2CEC943415F672173498. Rochelle Lima Cãtão - Sêcrêtâriâ-Geral. Para validar êstê documento, âcêssê http://www.jucêac.ac.gov.br/ e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Cãtão - Secretária-Geral.

FOLHA ADICIONAL FL: 3

no CPF sob o nº [redacted], residente e domiciliado na Rua General Vieirá de Melo, 1.412, Bairro Conjunto Esperança, CEP 69.915-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Cláusula Terceira = O sócio **ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALA**, já qualificado anteriormente, se desliga da sociedade, cedendo e transferindo **895.950 (oitocêntas e novênta e cinco mil, novecentas e cinquentâ)** quotas no valor unitário de **R$ 1,00 (um real)** cada uma totalizando **R$ 895.950,00 (novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta reais)** a sócia **NASSERALA PARTICIPAÇÕES S/A.**

Parágrafo Único = A forma de pagamento acordados entre os sócios será conforme estipulado no contrato particular de compra e venda de quotas de Sociedade Empresária Limitada firmado entre as partes.

Cláusula Quartâ = O sócio **RAIMUNDO NONATO VERA**, já qualificado antêriormente, se desliga da sociedade, cedendo e transferindo **9.050 (nove mil e cinquenta)** quotas no valor unitário de **R$ 1,00 (um real)** cada uma totalizando **R$ 9.050,00 (novê mil e cinquenta reais)** a sócia **JARINNE CAMILO LANDIM NASSERALA.**

Parágrafo Único = A forma de pagamento acordados entre os sócios será conforme estipulado no contrato particular de compra e venda dê quotas de Sociedade Empresária Limitada firmado entre as partes.

Cláusula Quinta - A sócia **JARINNE CAMILO LÂNDIM NASSERALA**, já qualificada anteriormente, se desliga da sociedade, cedendo e transferindo **9.050 (nove mil e cinquenta)** quotas no valor unitário de **R$ 1,00 (um real)** cada uma totalizando **R$ 9.050,00 (nove mil e cinquenta reais)** a sócia **NASSERALA PARTICIPAÇÕES S/A.**

Parágrafo Único = A forma de pagamento acordados entre os sócios será conforme estipulado no contrato particular de compra e venda de quotas de Sociedade Empresária Limitada firmado entre as partes.

Cláusula Sexta - Em virtude das alterações contratuais o novo quadro social da empresa passa a configurar da seguinte forma:

SÓCIOS	%	QUOTAS	TOTAL EM R$
Nasserala Participações S/A	100%	905.000	R$ 905.000,00

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP. Nire 12200173898 e protocolo 20052125 0 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7ED3A1D5D2CEC9434F87672173498. Rochelle Limâ Câtão - Secretária-Geral. Parâ vâlidar estê documento, acesse http://www.jucea.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochellê Lima Câtão Secretária-Geral.

TOTAL	**100%**	**905.000**	**R$ 905.000,00**

Cláusula Sétima - *A partir desta data a Sociedade passará a ser uma SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL, considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11 de junho de 2019.*

Cláusula Oitava - A Sociedade, constituída sob a forma de Sociedade Limitada Unipessoal, adotará o nome empresarial de **CLÍNICA DO RIM DO ACRE LTDA**, e nome fantasia **CLÍNICA DO RIM**, e será regida por este instrumento de constituição e considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11 de junho de 2019.

Cláusula Nona - A Sociedade terá sua sede e foro na Avenida Nações Unidas, 1.080, Bairro Bosque, CEP 69.900-478, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, podendo, onde e quando convier instalar filiais, sucursais, agências, escritórios, representações e dependências similares em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante anuência de ambos os sócios.

Parágrafo Primeiro = A sociedade possui uma filial localizada na Avenida José Rui Lino, 836, Bairro Raimundo Chaar, na cidade de Brasileia, Estado do Acre, CEP 69.932-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.884.762/0002-47.

Parágrafo Segundo = A data de início das atividades da filial é a data de 12 de agosto de 2020.

Parágrafo Terceiro = O objeto social da filial ora constituída é: serviços de diálise e nefrologia; aluguel de imóveis próprios; aluguel de material médico; aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; UTI móvel; serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel; serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade médica ambulatorial restrita a consultas; atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; e

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, NIRE 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9434FB76721173498. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança JkgS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária Geral.
Selo Digital Gerar.
ROCHELLE LIMA CATÃO SECRETÁRIA GERAL

serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos, sendo-lhe vedada a prática de atos estranhos a tais finalidades.

Parágrafo Quarto = A filial constituída tem destaque do Capital Social no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Cláusula Décima - A Sociedade tem por objetivo: serviços de diálise e nefrologia; aluguel de imóveis próprios; aluguel de material médico; aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; UTI móvel; serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel; serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade médica ambulatorial restrita a consultas; atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; laboratórios de anatomia patológica e citológica; laboratórios clínicos; e serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos, sendo-lhe vedada a prática de atos estranhos a tais finalidades.

Cláusula Décima Primeira - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo-se por início do prazo de duração a data de 27 de maio de 2016.

Cláusula Décima Segunda - O capital social da Sociedade é de **R$ 905.000,00 (novecentos e cinco mil reais)**, divididos em **905.000 (novecentas e cinco mil)** quotas, de valor nominal de **R$ 1,00 (um real)** cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pela sócia única da seguinte forma:

i) R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil) reais integralizadas em moeda corrente do país;

ii) R$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais) mediante incorporação de imóvel ao Capital Social com a seguinte descrição: Um lote de terra urbano, nº 07, situado à Rua Antunes de Alencar, 1º Distrito desta Capital, com as seguintes medidas e limites: pela frente com a Rua Antunes de Alencar, medindo 12,00 metros; pelo lado direito com os lotes 04, 05 e 06, medindo 36,00 metros; pelo lado esquerdo com o lote 01.4.128.0012.001-821, medindo 36,00 metros; e pelos fundos com o lote 08, medindo

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, NIRE 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9434FB7672173498. Rochelle Lima Câtão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucesc.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20052125 0 e o código de segurança JKgS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ONDFJON ACRE - 49 BIS FL. 10 SALC

12,00 metros; perfazendo uma área total de 432,00 m², registrado na 1º Ofício de Registro de Imóveis de Rio Branco sob matrícula 72.760.

Parágrafo Primeiro – Após as integralizações as quotas ficam distribuídas conforme demonstrativo seguinte:

SÓCIO	%	QUOTAS	TOTAL EM R$
Nasserala Participações S/A	100%	905.000	R$ 905.000,00
TOTAL	100%	905.000	R$ 905.000,00

Parágrafo Segundo – A responsabilidade do sócio único é limitada ao valor de suas quotas, porém responde solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052, da Lei n.º 10.406/02. Fica estabelecido que as integralizações do capital social da Sociedade podem ser feitas em moeda corrente, bens móveis, bens imóveis, materiais ou com estoques, desde que o valor dos bens móveis, bens imóveis, materiais ou dos estoques seja equivalente ao valor da integralização a que o sócio único estiver obrigado.

Parágrafo Terceiro – Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade. As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Parágrafo Quarto – Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei nº 10.406/2002 e ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Cláusula Décima Terceira – Ao final de cada mês, será levantado um balancete mensal patrimonial da Sociedade, para apuração dos lucros e perdas, com observância das prescrições legais. E fica estabelecido que a participação do sócio único nos lucros e perdas apurados na empresa será distribuído mensalmente.

Parágrafo Primeiro – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será levantado um balanço patrimonial anual da emprêsa, para apuração dos lucros e perdas, com observância das prescrições legais. E fica estabelecido que a

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9434F87672173498. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052/1250 é o código de segurança JkgS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.
Secretaria Geral

participação do sócio único nos lucros e perdas apurados na empresa será distribuído anualmente.

Parágrafo Segundo = O saldo que houver, no final do exercício poderá ter a aplicação que decidir o sócio único.

Parágrafo Terceiro - Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, o sócio único deliberará sobre as contas e designará administrador quando for o caso, consoante artigos 1.071, 1.072 § 2º e 1.078 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Décima Quarta = A administração da Sociedade poderá ser exercida por administradores sócios e/ou não sócios, eleitos na forma da lei, no ato de constituição ou em ato separado.

Cláusula Décima Quinta = A sócia única designa, neste ato, para exercer o cargo de administrador da Sociedade, por prazo indeterminado, o senhor ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Sena Madureira, Estado do Acre, nascido em 07/10/1977, Professor, portador da cédula de identidade nº [redacted] inscrito no CPF sob o nº [redacted] residente e domiciliado na Rua General Vieira de Melo, 1.412, Bairro Conjunto Esperança, CEP 69.915-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, com poderes e atribuições de administrador, autorizando o uso da firma e a representação da Sociedade, podendo para tanto realizar individualmente todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e orientar os negócios da Sociedade e os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, representar a Sociedade perante terceiros, no Brasil ou no exterior e perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, Caixas Econômicas, e respectivas agências, filiais, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, bem como para representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, podendo ainda, constituir mandatários e outorgar procurações com poderes específicos.

Parágrafo Primeiro = O administrador pode nomear procuradores com poderes de administrador, para negócios de interesse social da Sociedade.

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 20052212501 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9431FB7672173498. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.juceac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança JkgS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

Parágrafo Segundo - O administrador ora designado declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Parágrafo Terceiro - O administrador está dispensado de prestar caução em garantia de sua gestão e, por prazo indeterminado, terão poderes para praticar os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade.

Parágrafo Quarto - O administrador tem o dever de diligência e lealdade, nos termos estabelecidos no artigo 1.011 da Lei nº 10.406/2002, bem como fica obrigado a prestar contas e informações aos demais sócios, da sua administração, apresentando-lhes balancetes mensais, inventário anual, relatório da administração, demonstrações financeiras e respectivo Balanço Patrimonial, quando do encerramento do exercício social, ou excepcionalmente quando solicitado por escrito e com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Quinto - Reunião anual fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Parágrafo Sexto - Aos administradores será fixado participação no lucro da empresa, desde que o seu total não ultrapasse 0,3 (três décimo) dos lucros.

Parágrafo Sétimo - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído ao sócio.

Cláusula Décima Sexta - Caberá aos administradores eleitos pela Sociedade, ou aos procuradores constituídos em nome da Sociedade, a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dela, para tanto dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para:

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 20053125 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9484FB76721734198. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.juceac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

I. a representação da Sociedade em juízo e fora deste, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, Sociedades de economia mista e entidades paraestatais;

II. a administração, orientação e direção dos negócios sociais.

Cláusula Décima Sétima - A Sociedade somente se obriga:

a) *Por ato ou assinatura dos administradores eleitos pela Sociedade, ou*
b) *Por ato ou assinatura de um procurador nomeado pela Sociedade com poderes específicos, agindo isoladamente e dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato.*

Cláusula Décima Oitava – As procurações outorgadas pela Sociedade deverão conter um período de validade e mencionar expressamente os poderes conferidos, com exceção das procurações para fins judiciais.

Parágrafo Único - As procurações com poderes de cláusula "ad judicia" e "et extra" poderão ser revogadas, a qualquer tempo, por qualquer um dos sócios, se identificado qualquer conflito de interesses entre os advogados escolhidos e qualquer um dos sócios.

Cláusula Décima Nonâ - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade e perante terceiros, os atos do sócio único, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos, empréstimos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, respondendo o praticante perante a Sociedade e terceiros.

Parágrafo Único - Serão válidos, porém, os avais, fianças, endossos ou quaisquer outras garantias prestadas às empresas controladoras, coligadas, controladas ou interligadas à Sociedade e a seu sócio único, desde que autorizadas.

Cláusula Vigésima - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, e a ele correspondente, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial, e preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9131FB7672173498. Rochelle Limã Câtão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 é o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Câtão Secretária-Geral.

Cláusula Vigésima Primeira - A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

Cláusula Vigésima Segunda - Falecendo ou interditado o sócio único da Sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Vigésima Terceira - O sócio único da Sociedade e seus administradores poderão, em comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Vigésima Quarta - Dependem da deliberação do sócio único:

a) *a aprovação das contas da administração;*
b) *a designação dos administradores, quando feito em ato separado;*
c) *a destituição dos administradores;*
d) *modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;*
e) *a modificação deste contrato social;*
f) *a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;*
g) *a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.*

Cláusula Vigésima Quinta - O sócio único, por unanimidade, delibera por não constituir Conselho Fiscal.

Cláusula Vigésima Sexta - Todas as decisões da sociedade serão deliberadas através de alteração contratual, quando necessária.

Cláusula Vigésima Sétima - Para todas as questões oriundas deste contrato, fica desde já eleito o foro da Cidade de Rio Branco, Estado do Acre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP. Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1DSD2CEC9131FB7672173198. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucaac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052122-0 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

A vista da modificação ora ajustada fica a partir desta data **CONSOLIDADO** e através deste instrumento particular, revogado e sem qualquer efeito jurídico, as cláusulas e condições do Contrato Primitivo e das demais alterações do contrato social, que passará a reger a sociedade redigida sob total conhecimento do sócio único, que se compromete fielmente a cumpri-las em todos os seus termos, com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
CLÍNICA DO RIM DO ACRE LTDA
NIRE 12200173898
CNPJ 24.884.762/0001-66

NASSERALA PARTICIPAÇÕES S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.574.421/0001-00, sediada na Rua Pernambuco, nº 970, Bairro Bosque, CEP 69.900-421, Cidade de Rio Branco, Estado do Acre, registrada na Junta Comercial do Estado do Acre sob o NIRE nº 12300001363, neste ato, representada por seu Diretor Presidente ALESSANDRO MENDONCA NASSERALA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Sena Madureira, Estado do Acre, nascido em 07/10/1977, Professor, portador da cédula de identidade nº 265.035 SSP/AC, inscrito no CPF sob o nº [redacted], residente e domiciliado na Rua General Vieira de Melo, 1.412, Bairro Conjunto Esperança, CEP 69.915-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, único sócio da sociedade limitada unipessoal que gira sob o nome empresarial de CLÍNICA DO RIM DO ACRE LTDA, com sede e foro na Avenida Nações Unidas, 1.080, Bairro Bosque, CEP 69.900-478, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, inscrita no CNPJ sob nº 24.884.762/0001-66, com contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado do Acre, sob nº 12200173898, resolve de comum acordo e na melhor forma de direito, **CONSOLIDAR** o referido contrato social, bem como as suas alterações contratuais, que passa a ter a seguinte redação, mediante as cláusulas e condições abaixo transcritas:

Cláusula Primeira - A Sociedade, constituída sob a forma de Sociedade Limitada Unipessoal, adotará o nome empresarial de **CLÍNICA DO RIM DO ACRE LTDA**, e nome fantasia **CLÍNICA DO RIM**, e será regida por este instrumento de constituição e considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11 de junho de 2019.

Cláusula Segunda - A Sociedade terá sua sede e foro na Avenida Nações Unidas, 1.080, Bairro Bosque, CEP 69.900-478, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, podendo, onde e quando convier

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9434FB7672173498. Rochelle Limã Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucêac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Limã Catão Secretária-Geral.

CMC FRON ACRE - 4º BIS FL. 14 SALC

instalar filiais, sucursais, agências, escritórios, representações e dependências similares em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante anuência de ambos os sócios.

Parágrafo Primeiro = A sociedade possui uma filial localizada na Avenida José Rui Lino, 836, Bairro Raimundo Chaar, na cidade de Brasileia, Estado do Acre, CEP 69.932-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.884.762/0002-47.

Parágrafo Segundo = A data de início das atividades da filial é a data de 12 de agosto de 2020.

Parágrafo Terceiro = O objeto social da filial ora constituída é: serviços de diálise e nefrologia; aluguel de imóveis próprios; aluguel de material médico; aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; UTI móvel; serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel; serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade médica ambulatorial restrita a consultas; atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; e serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos, sendo-lhe vedada a prática de atos estranhos a tais finalidades.

Parágrafo Quarto = A filial constituída tem destaque do Capital Social no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Cláusula Terceira - A Sociedade tem por objetivo: serviços de diálise e nefrologia; aluguel de imóveis próprios; aluguel de material médico; aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; UTI móvel; serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel; serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade médica

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 20052125O - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D6D2CEC9434EB767217349B. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.juceac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

ambulatorial restrita a consultas; atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; laboratórios de anatomia patológica e citológica; laboratórios clínicos; e serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos, sendo-lhe vedada a prática de atos estranhos a tais finalidades.

Cláusula Quarta - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo-se por início do prazo de duração a data de 27 de maio de 2016.

Cláusula Quinta - O capital social da Sociedade é de **R$ 905.000,00 (novecentos e cinco mil reais)**, divididos em **905.000 (novecentas e cinco mil) quotas**, de valor nominal de **R$ 1,00 (um real)** cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pela sócia única da seguinte forma:

i) R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil) reais integralizadas em moeda corrente do país;

ii) R$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais) mediante incorporação de imóvel ao Capital Social com a seguinte descrição: Um lote de terra urbano, nº 07, situado à Rua Antunes de Alencar, 1º Distrito desta Capital, com as seguintes medidas e limites: pela frente com a Rua Antunes de Alencar, medindo 12,00 metros; pelo lado direito com os lotes 04, 05 e 06, medindo 36,00 metros; pelo lado esquerdo com o lote 01.4.128.0012.001-821, medindo 36,00 metros; e pelos fundos com o lote 08, medindo 12,00 metros; perfazendo uma área total de 432,00 m², registrado na 1º Ofício de Registro de Imóveis de Rio Branco sob matrícula 72.760.

Parágrafo Primeiro – Após as integralizações as quotas ficam distribuídas conforme demonstrativo seguinte:

SÓCIO	%	QUOTAS	TOTAL EM R$
Nasserala Participações S/A	100%	905.000	R$ 905.000,00
TOTAL	100%	905.000	R$ 905.000,00

Parágrafo Segundo – A responsabilidade do sócio único é limitada ao valor de suas quotas, porém responde solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052, da Lei n.º 10.406/02. Fica estabelecido que as integralizações do capital social da Sociedade podem ser feitas em moeda corrente, bens móveis, bens imóveis, materiais ou com estoques, desde que o valor dos bens móveis, bens

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1086557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP. Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9434EB67217349B. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.juceac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

imóveis, materiais ou dos estoques seja equivalente ao valor da integralização a que o sócio único estiver obrigado.

Parágrafo Terceiro = Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade. As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Parágrafo Quarto = Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei nº 10.406/2002 e ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Cláusula Sexta = Ao final de cada mês, será levantado um balancete mensal patrimonial da Sociedade, para apuração dos lucros e perdas, com observância das prescrições legais. E fica estabelecido que a participação do sócio único nos lucros e perdas apurados na empresa será distribuído mensalmente.

Parágrafo Primeiro = Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será levantado um balanço patrimonial anual da empresa, para apuração dos lucros e perdas, com observância das prescrições legais. E fica estabelecido que a participação do sócio único nos lucros e perdas apurados na empresa será distribuído anualmente.

Parágrafo Segundo = O saldo que houver, no final do exercício poderá ter a aplicação que decidir o sócio único.

Parágrafo Terceiro - Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, o sócio único deliberará sobre as contas e designará administrador quando for o caso, consoante artigos 1.071, 1.072 § 2º e 1.078 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Sétima = A administração da Sociedade poderá ser exercida por administradores sócios e/ou não sócios, eleitos na forma da lei, no ato de constituição ou em ato separado.

Cláusula Oitava = A sócia única designa, neste ato, para exercer o cargo de administrador da Sociedade, por prazo indeterminado, o senhor ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALA, brasileiro,

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP. Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1DSD2CEC34FB7672173498. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.juceac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.1250 e o código de segurança Jkg5 Este cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Sena Madureira, Estado do Acre, nascido em 07/10/1977, Professor, portador da cédula de identidade nº [redacted] SSP/AC, inscrito no CPF sob o nº [redacted], residente e domiciliado na Rua General Vieira de Melo, 1.412, Bairro Conjunto Esperança, CEP 69.915-182, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, com poderes e atribuições de administrador, autorizando o uso da firma e a representação da Sociedade, podendo para tanto realizar individualmente todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e orientar os negócios da Sociedade e os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, representar a Sociedade perante terceiros, no Brasil ou no exterior e perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, Caixas Econômicas, e respectivas agências, filiais, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, bem como para representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, podendo ainda, constituir mandatários e outorgar procurações com poderes específicos.

Parágrafo Primeiro = O administrador pode nomear procuradores com poderes de administrador, para negócios de interesse social da Sociedade.

Parágrafo Segundo = O administrador ora designado declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Parágrafo Terceiro = O administrador está dispensado de prestar caução em garantia de sua gestão e, por prazo indeterminado, terão poderes para praticar os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade.

Parágrafo Quarto = O administrador tem o dever de diligência e lealdade, nos termos estabelecidos no artigo 1.011 da lei nº 10.406/2002, bem como fica obrigado a prestar contas e informações aos demais sócios, da sua administração, apresentando-lhes balancetes mensais, inventário anual, relatório da administração,

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9134FB7672173498. Rochelle Lima Catão - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança JkgS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão - Secretária Geral.

demonstrações financeiras e respectivo Balanço Patrimonial, quando do encerramento do exercício social, ou excepcionalmente quando solicitado por escrito e com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Quinto - Reunião anual fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Parágrafo Sexto - Aos administradores será fixado participação no lucro da empresa, desde que o seu total não ultrapasse 0,3 (três décimo) dos lucros.

Parágrafo Sétimo - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao quál for atribuído ao sócio.

Cláusula Nona - Caberá aos administradores eleitos pela Sociedade, ou aos procuradores constituídos em nome da Sociedade, a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dela, para tanto dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para:

I. a representação da Sociedade em juízo e fora deste, ativa ou passivamente, perante terceiros, qualsquer repartições públicas, autoridades fedérais, estaduais ou municipais, autarquias, Sociedades de economia mista e entidades paraestatais;

II. a administração, orientação e direção dos negócios sociais.

Cláusula Décima - A Sociedade somente se obriga:

a) *Por ato ou assinatura dos administradores eleitos pela Sociedade, ou*
b) *Por ato ou assinatura de um procurador nomeado pela Sociedade com poderes específicos, agindo individualmente e dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato.*

Cláusula Décima Primeira - As procurações outorgadas pela Sociedade deverão conter um período de validade e mencionar expressamente os poderes conferidos, com exceção das procurações para fins judiciais.

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9434FB7672173498. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.juceac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de Segurança JkgS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.
Secretária-Geral.

Parágrafo Único - As procurações com poderes de cláusula "ad judicia" e "et extra" poderão ser revogadas, a qualquer tempo, por qualquer um dos sócios, se identificado qualquer conflito de interesses entre os advogados escolhidos e qualquer um dos sócios.

Cláusula Décima Segunda - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade e perante terceiros, os atos do sócio único, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos, empréstimos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, respondendo o praticante perante a Sociedade e terceiros.

Parágrafo Único - Serão válidos, porém, os avais, fianças, endossos ou quaisquer outras garantias prestadas às empresas controladoras, coligadas, controladas ou interligadas à Sociedade e a seu sócio único, desde que autorizadas.

Cláusula Décima Terceira - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, e a ele correspondente, procederá-se à elaboração do inventário, do balanço patrimonial, e preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

Cláusula Décima Quarta - A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

Cláusula Décima Quinta - Falecendo ou interditado o sócio único da Sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interessê destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Sexta - O sócio único da Sociedade e seus administradores poderão, em comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulâmentares pertinentes.

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP. Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1DSD2CEC9434FB7672173498. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.juceac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20052125 e o código de segurança JkgS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

Cláusula Décima Sétima - Dependem da deliberação do sócio único:

h) a aprovação das contas da administração;
i) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
j) a destituição dos administradores;
k) modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
l) a modificação deste contrato social;
m) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
n) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.

Cláusula Décima Oitava - O sócio único, por unanimidade, delibera por não constituir Conselho Fiscal.

Cláusula Décima Nona - Todas as decisões da sociedade serão deliberadas através de alteração contratual, quando necessária.

Cláusula Vigésima - Para todas as questões oriundas deste contrato, fica desde já eleito o foro da Cidade de Rio Branco, Estado do Acre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lavrado em 01 (uma) via, lido, compreendido, conferido e elaborado de conformidade com a intenção dos sócios ora presentes, o qual assinam o presente instrumento de Alteração do Contrato Social, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Rio Branco/AC, 04 de setembro de 2020.

ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALA
Sócio retirante

JARINNE CÂMILO LANDIM NASSERALA
Sócio retirante

RAIMUNDO NONATO VERA
Sócio retirante

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9131F8767217349B. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.juceac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral.

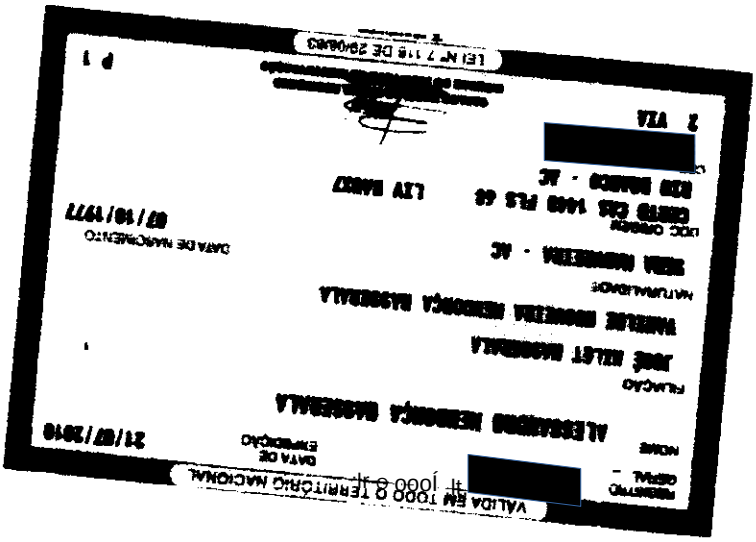
FL: 63

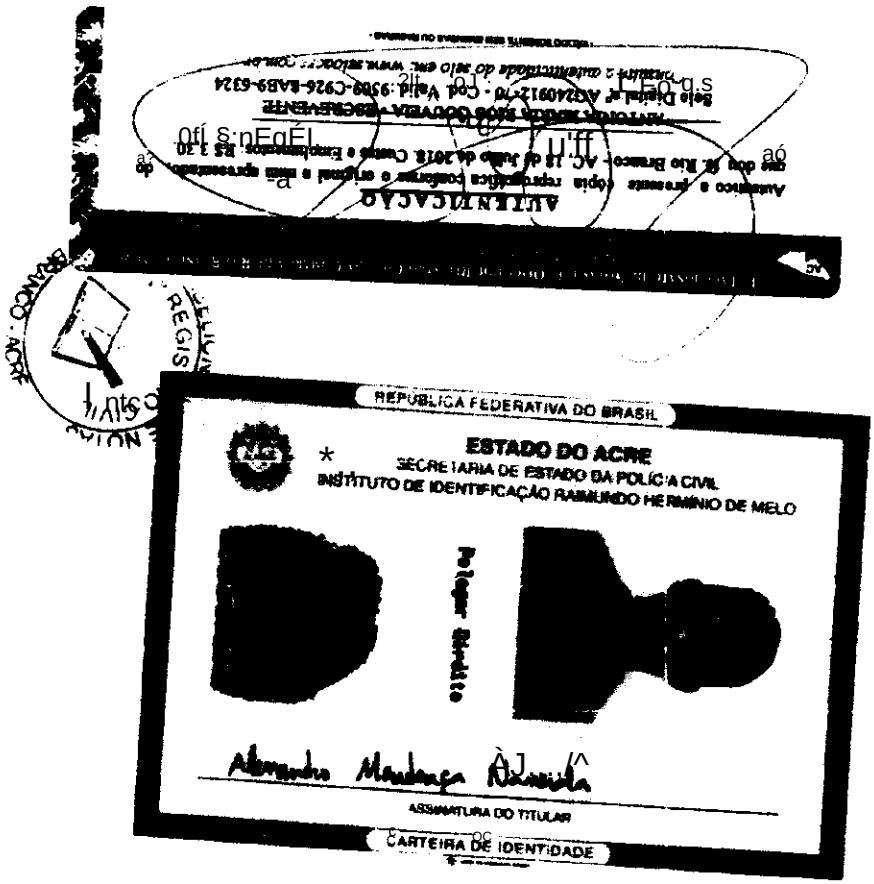
NASSERALA PARTICIPAÇÕES S/A
Representada por Alessandro Mendonça Nasserala
Sócio ingressante

(Esta página de assinaturas pertence ao instrumento particular da 7ª Alteração do Contrato Social da sociedade empresarial Clínica do Rim do Acre Ltda, inscrita perante o CNPJ sob nº 24.884.762/0001-66 e perante a JUCEAC sob o NIRE nº 12200173898.)

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP. Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A105D2CEC9434F8767217349B. Rochelle Limã Catão - Sêcretária-Geral. Pará válidar este documento, âcésse http://www.jucêac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.1250 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

COMARCA RIO BRANCO - ACRE
FL. 34
SALA





FL. 66
SAIC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALESSANDRO MENDONCA NASSERALA
CPF: 598.114.552-87

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:05:34 do dia 26/04/2021 <hora e date de Brasília>.
Válida até 23/10/2021.
Código de controle da certidão: 63FC.9F2C.56B2.05FD
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERE COM O ORIGINAL
FL. 52
SALC

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ALESSANDRO MENDONCA NASSERALA**

CPF/CNPJ: [redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:40:58 do dia 02/08/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

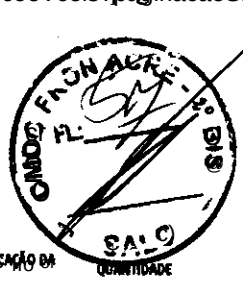
Código de controle da certidão: [illegible]

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 59811455287

LIMPAR



Data de consulta: 02/08/2021 11:11:11
Data da última atualização: 31/07/2021 10:15:01

CPF/CNPJ DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	NÚMERO DA QUANTIDADE

Nenhum registro encontrado



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade



Certidão Negativa

Certifico que nesta data (02/08/2021 às 11:40) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [redacted].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6108.03D3.924E.0219 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FL. 59

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Data e hora da consulta: 07/04/2021 11:38:10
Usuário: 77778863200

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação:	Total de Registros: 0
[redacted]	ALESSANDRO MENDONCA NASSERALA	Adimplente	Há até 30 dias:
			Há mais de 30 dias:

Código	Credor	Data/Hora da Inclusão

*Registros incluídos há até 30 dias.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ALESSANDRO MENDONCA NASSERALA**

Inscrição: **0029 9803 2437** Zona: 001 Seção: 0277

Município: 1392 - RIO BRANCO UF: AC

Data de nascimento: 07/10/1977 Domicílio desde: 01/03/1994

Filiação: - VANILDE NOGUEIRA MENDONCA NASSERALA
- JOSE MILET NASSERALA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Certidão emitida às 10:42 em 15/07/2021

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

1GDE.0ZZC.HQGO.TORS

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/052.125-0	ACP2000037272	24/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	ALESSANDRO MENDONCA NASSERALA

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, NIRE 1220001738 98 e protocolo 20052125 0 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9434FB7672173498, Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/0522125-0	ACP2000037272	24/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	ALESSANDRO MENDONCA NASSERALA
[redacted]	JARINNE CAMILO LANDIM NASSERALA
[redacted]	RAIMUNDO NONÂTO VERA

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP. NIRE 12200173198 e protocolo 20052125-0 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9434FB76721731198. Rochelle Limâ Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse https://www.jucaac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/0522125-0 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Limâ Catão - Secretária-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Acre
Junta Comercial do Estado do Acre

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, de NIRE 12200173898 e protocolado sob o número 20/052.125-0 em 24/09/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1066557, em 01/10/2020. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Marina Remos Monteiro.

Certifica o registro, a Secretária Geral, ROCHELLE LIMA CATÃO. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://integrar.ac.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	ALESSANDRO MENDONCA NASSERALA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	ALESSANDRO MENDONCA NASSERALA
[redacted]	RAIMUNDO NONATO VERA
[redacted]	JARINNE CAMILO LANDIM NASSERALA

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	MARCOS ANTONIO SEVERINO BOTELHO

Rio Branco, quinta-feira, 01 de outubro de 2020

Documento assinado eletrônicamente por Marina Ramos Monteiro, Servidor(a) Público(a), em 01/10/2020, às 11:06 conforme horário oficial de Brasília.

A autêncidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucesp informando o número do protocolo 20/052.125-0.

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D8D2CEC9431EB76721749B. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucesp.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.125-0 e o código de segurança JkgS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	ROCHELLE LIMA CATÃO

Rio Branco, quinta-feira, 01 de outubro de 2020

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 de Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 200521250 - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D8D2CEC9434FB7672174498. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucesc.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.1250 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.
Secretária-Geral.
ROCHELLE LIMA CATÃO SECRETÁRIA GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CMDC FRONTEIRA FL. 315

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
24.884.762/0001-66 MATRIZ		27/03/2018

NOME EMPRESARIAL
HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
HOSPITAL DO RIM - ACRE	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.40-2-03 - Serviços de diálise e nefrologia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios (Dispensada *)
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas (Dispensada *)
77.29-2-03 - Aluguel de material médico (Dispensada *)
77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)
86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências
86.21-6-01 - UTI móvel
86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel
86.22-4-01 - Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
86.30-5-04 - Serviços de vacinação e imunização humana
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
86.40-2-01 - Laboratórios de anatomia patológica e citológica
86.40-2-02 - Laboratórios clínicos
86.40-2-03 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV NACOES UNIDAS	1080	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.900-478	BOSQUE	RIO BRANCO	AC

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MARCOS.BOTELHO@NWCONTABILIDADE.COM.BR	(69) 2141-4165 / (69) 2141-4120

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/03/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não isenta a Receita Federal de qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 15/07/2021 às 10:19:32 (data e hora de Brasília). Página: 1/1

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 24.888.467/0001-46 DUNS®: 944582812
Razão Social: HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA
Nome Fantasia: HOSPITAL DO RIM - ACRE
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 17/12/2021
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento
II - Habilitação Jurídica
III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal
Receita Federal e PGFN Validade: 10/08/2021
FGTS Validade: 21/08/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) Validade: 24/12/2021
IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal
Receita Estadual/Distrital Validade: 21/07/2021
Receita Municipal Validade: 19/08/2021
V - Qualificação Técnica
VI - Qualificação Econômico-Financeira
Validade: 30/04/2022

CPF: [redacted] Nome: AMIRALDO VITOR [redacted]
Ass: _____

PMO - FPN ACRE
FL. 67
SAIC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA
CNPJ: 24.884.762/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:56:25 do dia 11/02/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/08/2021.
Código de controle da certidão: **733F.647D.EDBF.2F06**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CMDC FAZENDA AUREA Fl. 69 SEI

[redacted]

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.884.762/0001-66

Razão Social: CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA

Endereço: AV NACOES UNIDAS 1080 AND 01 SL 01 / BOSQUE / RIO BRANCO / AC / 69900-478

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/04/2021 à 21/08/2021

Certificação Número: 2021042400521733759123

Informação obtida em 14/07/2021 14:26:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CMDC RIO BRANCO - AC
FL. 69

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.884.762/0001-66
Certidão nº: 21881522/2021
Expedição: 14/01/2021, às 14:26:01
Validade: 09/01/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.884.762/0001-66, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

CMDC FNSN ACRE
FL: 10
SAIC

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGÁTIVA

DE

LICITANTES INDÔNEOS

Nome completo: **HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA**

CPF/CNPJ: **14.884.762/0001-46**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:13:09 do dia 10/08/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 96FD.100821101309

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (10/08/2021 às 10:12) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 24.884.762/0001-66.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6112.7B2A.C8A9.A130 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 24884762000166

LIMPAR

Data da consulta: 10/08/2021 09:48:58
Data da última atualização: 09/08/2021 18:00:09

ESFERA	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	RAZÃO SOCIAL - CADASTRO RECEITA	FANTASIA	TIPO DE SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE

Nenhum registro encontrado

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal



Data/Hora da Consulta: 10/08/2021 10:04:04
Usuário: 77778863200

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
[redacted]	Credor/Devedor não existente no Siafi	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora da Inclusão

* Registros incluídos há até 30 dias.

	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** **Diretoria de Administração Tributária**	**Data Emissão:** 25/06/2021 **Hora Emissão:** 11:46
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO		**Número:** 702770

Ressalvado o direito da Fazenda Pública de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte abaixo qualificado, que vierem a ser apuradas, certifico que não consta até esta data, nesta Unidade Fazendária, nenhum crédito fiscal relativo a tributos estaduais.

(Artigo 171 à 177 do Decreto nº 462/87)

* *Excetuados os créditos inscritos em Dívida Ativa*

Nome/Razão Social: CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA	
Inscrição Estadual:	**Identidade:**
CNPJ: 24.884.762/0001-66	**CPF:**
Endereço: ANTUNES DE ALENCAR, Nº 152 BAIRRO: BOSQUE, CEP: 69.900-481	
Município: RIO BRANCO	**Data da Impressão:** Segunda-feira, 28 de Junho de 2021 , 09:37
Finalidade: DESTINA-SE Á TODOS OS FINS.	
Outras Informações:	

Data de Validade: 23/06/2021 CND com vencimento prorrogado até 22/10/2021 pelo decreto 8441/21.
Código de Autenticidade: 00c0c593c85a6fee

Verificar autenticidade desta CND no seguinte endereço: www.sefaz.ac.gov.br

Emitido pelo Portal Sefaz Online

PREFEITURA DE RIO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 25990/2021

CNPJ: 24.884.762/0001-66

Nome: HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA

Endereço: NACOES UNIDAS, 1080

Bairro: BOSQUE

Cidade: RIO BRANCO UF: AC

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) e a inscrições em Dívida Ativa junto a Divisão de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município (PROJURI).

Esta certidão se refere à situação da pessoa jurídica identificada como sujeito passivo no âmbito da Prefeitura Municipal de Rio Branco, amparada legalmente pela Lei Complementar 1.508/2003, Art. 303.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no Portal do Cidadão, no endereço <http://portaldocidadao.riobranco.ac.gov.br/autenticidade-de-documentos/>.

Emitida em 20/06/2021 08:29:35 <horário do Acre>.

Válida até 19/08/2021.

Código de autenticidade da certidão: **2FA9.7566.0A60.A4D7.458E.3B5E.F0E9.6AF1.**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observação:

CNES | Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde

Ministério da Saúde (MS)
Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC)
Coordenação Geral de Sistemas de Informação (CGSI)

Ficha de Estabelecimento Identificação

Data: 30/06/2021

CNES: 9460160 Nome Fantasia: HOSPITAL DO RIM ACRE CNPJ: 24.884.762/0001-66

Nome Empresarial: HOSPITAL DO RIM ACRE LTDA Natureza Jurídica: ENTIDADES EMPRESARIAIS

Logradouro: RUA ANTUNES DE ALENCAR Número: 45 Complemento: ATRAS DA RONDOBRAS

Bairro: BOSQUE Município: 120040 - RIO BRANCO UF: AC

CEP: 69900-481 Telefone: (68)2101-0237 Dependência: INDIVIDUAL Reg de Saúde: 001

Tipo de Estabelecimento: HOSPITAL GERAL Subtipo: - Gestão: ESTADUAL

Diretor Clínico/Gerente/Administrador: JARINNE CAMILO LANDIM NASSERALLA

Cadastrado em: 26/01/2017 Atualização na base local: 31/05/2021 Última atualização Nacional: 23/06/2021

Horário de Funcionamento: SEMPRE ABERTO

Data desativação: - Motivo desativação: -

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA

Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica

Inscrito sob CRM nº
0000168-AC

CNPJ
24.884.762/0001-66

Inscrição
10/08/2017

Razão Social
HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA

Nome Fantasia
HOSPITAL DO RIM - ACRE

Endereço
AV NAÇÕES UNIDAS Nº 1080 - BOSQUE

Município
RIO BRANCO - AC

Diretor Técnico
0000212-AC JARINNE CAMILO LANDIM NASSERALA

Classificação
CLÍNICA ESPECIALIZADA AMBULATÓRIO

Este certificado atesta a REGULARIDADE da inscrição do estabelecimento acima neste Conselho Regional em cumprimento à Lei nº 6.839, de 30/10/1980, e às Resoluções CFM nº 997, de 23/05/1980, e 1.980, de 11/07/2011. Ocorrência de alteração nos dados acima, este certificado é válido até 10/08/2022. Este certificado deverá ser visível ao público e acessível à fiscalização.

LEUDA MARIA DA SILVA DÁVALOS
PRESIDENTE

Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E

ALVARÁ

C.M.C.	Nome Empresarial		
9029796	HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA		
CNPJ / CPF	Nome Fantasia		
24.884.762/0001-66	HOSPITAL DO RIM - ACRE		
Emitido em	Porte	Abertura	Validade
10/05/2021	Outro	27/05/2016	10/05/2025

Código e Descrição da Atividade Econômica Principal	Grau de Risco
8640203 - Serviços de diálise e nefrologia	Alto

Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias	Grau de Risco
7110202 - Aluguel de imóveis próprios	Baixo Risco A
7120100 - Testes e análises técnicas	Baixo Risco A
7729203 - Aluguel de material médico	Baixo Risco A
7739002 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	Baixo Risco B
8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	Baixo Risco A
8610101 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para	Alto
8610102 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para	Alto
8621601 - UTI móvel	Alto
8621602 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	Alto
8622400 - Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a	Baixo Risco B
8630501 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos	Alto
8630502 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames	Alto
8630503 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	Baixo Risco B
8630503 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	Alto
8630506 - Serviços de vacinação e imunização humana	Alto
8630599 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	Baixo Risco B
8630599 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	Alto
8640201 - Laboratórios de anatomia patológica e citológica	Alto
8640202 - Laboratórios clínicos	Alto
8640208 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	Alto

Horário de Funcionamento		
1254 - De Segunda-Feira das 05:00 às 20:00 até Sábado das 05:00 às 13:00		
Código e Descrição da Natureza Jurídica		
2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
Endereço	Bairro	CEP
AVENIDA NAÇÕES UNIDAS, 1080,	BOSQUE	69900160

Observação

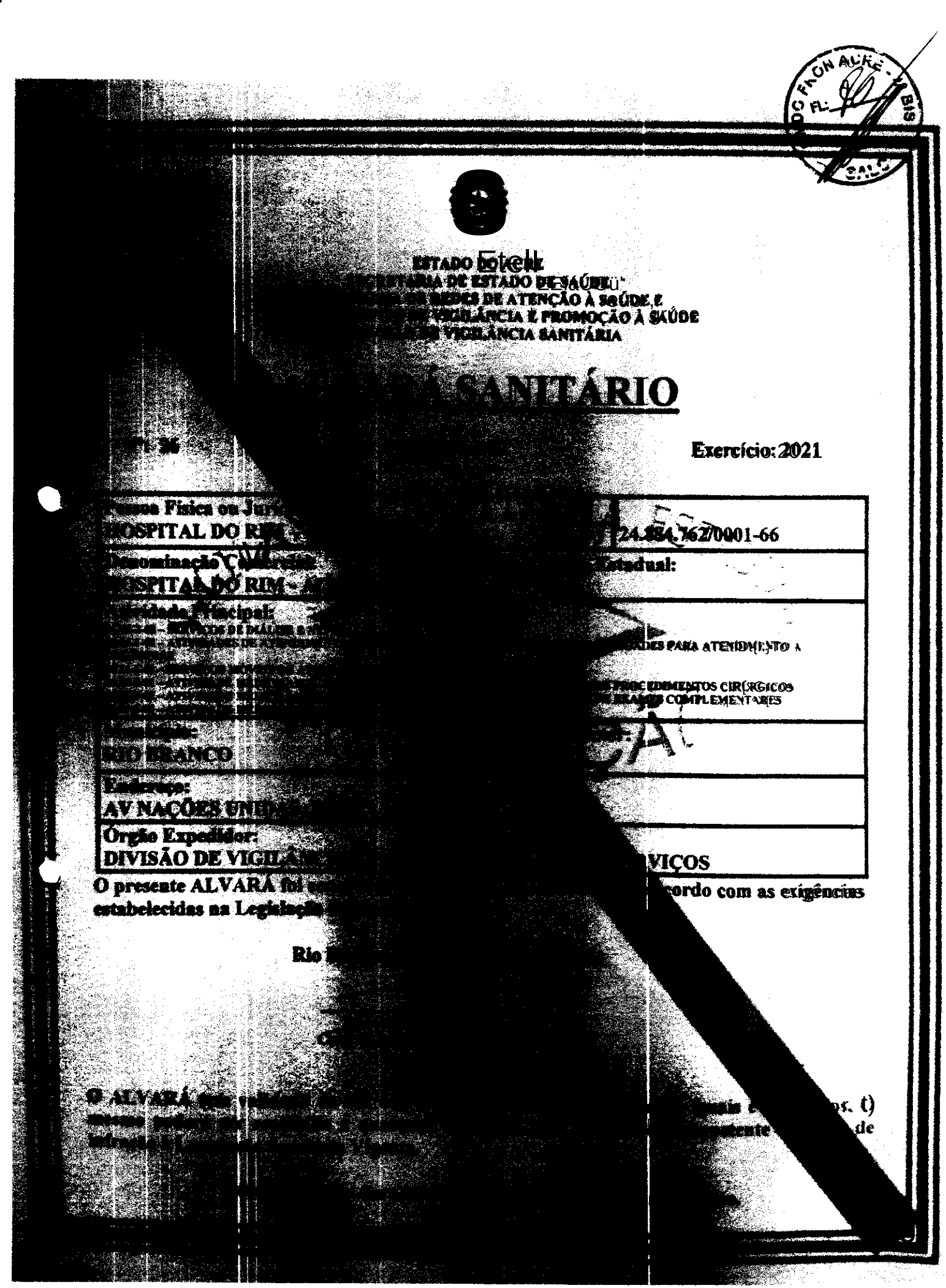
Assinatura Digital

3BA3.8092.EABF.A6AB.7B85.9C86.C3AD.933C



MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

Este documento expedido pelo poder público Municipal é vinculado às condições sanitárias, ambientais, edílicas, nos termos do Decreto nº 1.683 de 11 de novembro de 2019.



ESTADO [illegible]
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
[illegible] REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE E
VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SANITÁRIO

Exercício: 2021

Pessoa Física ou Jurídica:
HOSPITAL DO RIM
24.884.762/0001-66

Denominação Comercial:
HOSPITAL DO RIM

Inscrição Estadual:

Atividade Principal:
[illegible] – SERVIÇOS DE DIÁLISE E
[illegible] UNIDADES PARA ATENDIMENTO A
[illegible] PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS
[illegible] AÇÕES COMPLEMENTARES

Município:
RIO BRANCO

Endereço:
AV NAÇÕES UNIDAS

Órgão Expedidor:
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA [illegible] VIÇOS

O presente ALVARÁ foi [illegible] cordo com as exigências estabelecidas na Legislação

Rio [illegible]

O ALVARÁ [illegible] pos. (
[illegible] de

Scanned by TapScanner

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-AC

CERTIDÃO
Diretor Técnico

Certifico, para os devidos fins, que o estabelecimento HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA, Nome Fantasia HOSPITAL DO RIM - ACRE, CNPJ 24.884.762/0001-66, Registro Nº 0000168-AC, sito à AV NAÇÕES UNIDAS Nº 1080 BOSQUE, na cidade de Rio Branco - AC, funciona sob a direção técnica do(a) Dr(à). JARINNE CAMILO LANDIM NASSERALA, inscrito sob o CRM nº 12122AC.

Por ser verdade, firmo a presente, para os fins de direito.

Edla Dias de U. Sobrinho
Matrícula 0030
Setor de P&R CRM/AC

Rio Branco, 20 de abril de 2021

CBSAUDE

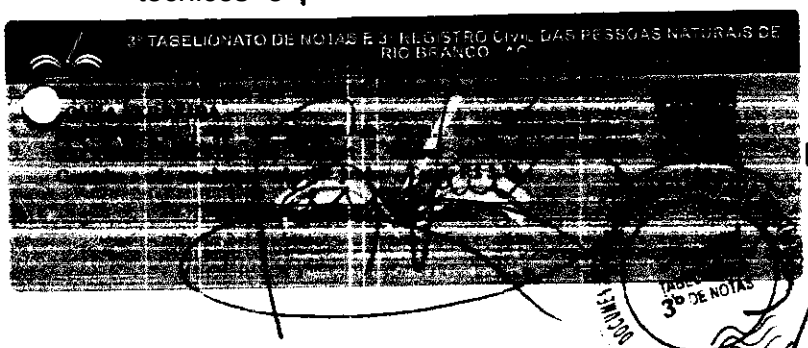
Cooperativa de Saúde dos Servidores Públicos do Corpo de Bombeiros

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Por solicitação da parte interessada, atestamos, para os devidos fins, que a empresa CLÍNICA DO RIM ACRE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 24.844.762/0001-66, estabelecida a Rua Avenida Nações Unidas, nº 1080, bairro Bosque, na cidade de Rio Branco - Acre, prestou serviços à Cooperativa de Saúde dos Servidores Públicos do Corpo de Bombeiros - CBSAUDE, CNPJ nº 09.611.004/0001-80, estabelecida na Rua Major Gesner, nº 192, bairro Distrito Industrial, na cidade de Rio Branco - Acre, nos fornecimento de atividade médica ambulatorial de Nefrologia, com recursos para serviços de diálise. Bem como em cirurgias de pequeno e médio porte aos beneficiários vinculados a esta Organização de saúde, atendendo integralmente aos padrões de qualidade, prazos e preço pactuados.

Vale ressaltar que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações, não constando em nossos arquivos até o presente, fatos que desabonem a conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Desta forma recomendamos essa Empresa como uma prestadoria de serviços técnicos e qualitativos.



Rio Branco-AC, 17 de fevereiro de 2020.

Ivonaldo de Souza Ferreira
Diretor Presidente da CBSAUDE
CPF nº [redacted]

Rua Major Gesner, 192 – Distrito Industrial
CEP 69920-172 Rio Branco, Acre
Fone: 3224-1467 / 3223-0204
cbsaude@hotmail.com

CMO-TCE/AC FL: 93 Proc. nº 015

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

A empresa **GEAP – AUTOGESTÃO EM SAUDE**, com CNPJ Nº **03.658.432/0023-98**, sediada na Rua Milton Matos, 351, Bairro do Bosque, Rio Branco, Acre, certifica e atesta que a Empresa **CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA,** com CNPJ Nº. 24.884.762/0001-66, sediada na Rua Antunes De Alencar, nº 45, Bairro do Bosque, nesta cidade, realiza prestação de serviço em Nefrologia e Hemodiálise Crônica e Aguda de maneira satisfatória, tanto nos prazos quanto na qualidade imposta nos termos e condições contratuais, não existindo nada que desabone sua capacidade técnica.

Rio Branco-Ac, 10 de setembro de 2020.

1º NOTAS Rio Branco-Acre

Antonia de Jesus Correia Martins Alves
Gerente Estadual

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
ANTONIA DE JESUS CORREIA MARTINS ALVES
Em Rio Branco - AC, 05 de Janeiro de 2021.
Custa e Emolumentos: R$ 3,70.
DEBORAH GOMES DO PRADO-ESCREVENTE
Selo Digital nº AB00577713C19CI
Confira a autenticidade do selo em: www.selo.tjac.jus.br

Hospital

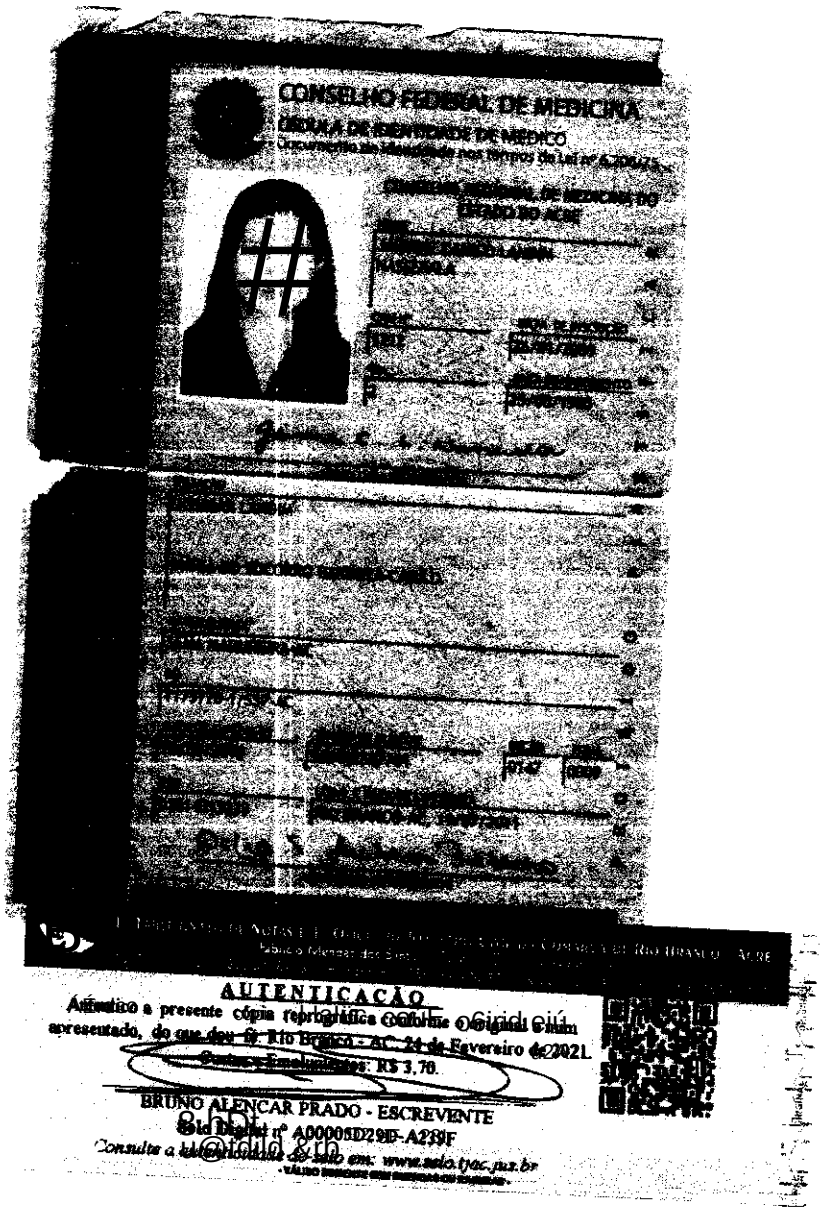
CNPJ: 24.884.762/0001-66
Rua Antunes de Alencar, 45 Bosque - Rio Branco - AC
CEP: 69.900 - 481 - Tel.: (68) 2102-0937 / (68) 3224 - 6408 / (68) / 992013979
E-mail: clinicadorimbaure@gmail.com

RELAÇÃO DO CORPO CLÍNICO

NOME COMPLETO	ESPECIALIDADES	Registro Conselho de Classe		CPF
		CRM	RQE/IE	
JARINNE LANDIN NASSERALA	NEFROLOGIA/CLINICO	1212	414/500	[redacted]
TANNA LIMA SIMÃO	NEFROLOGIA/CLINICO	1917	790 /1791	[redacted]
ALDO DAMIAN CHAMBI GARRIDO	INFECTOLOGIA/CLINICO	1566	600	[redacted]
RAISSA FRANÇA RIBEIRO	GASTROENTEROLOGIA/ CLINICO	1418	595	[redacted]
JOAQUINA ADALTIVA NEPOMUCENO DE OLIVEIRA	PSICOLOGA	CRP 20107366		[redacted]
THAIS ALMEIDA LIMA	NUTRICIONISTA	CRN 10049/ AC		[redacted]
EDUARDO SALES DE BRITO	FISIOTERAPEUTA	CREFITO 111656/AC		[redacted]

Rio Branco-AC, 26 de julho de 2021

JARINNE C. LANDIN NASSERALA
Responsável Técnico - CRM 1212-AC e RQE 414/500



COMOC FRON ACRE FL: 82 SELO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

A Reitora da Universidade Federal do Acre, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Bacharelado em Medicina, em 5 de janeiro de 2009, confere o título de M É D I C O a Janinne Camilo Landim nascido(a) 28 de janeiro de 1985, nacionalidade Brasileira, natural Sena Madureira-AC, Cédula de Identidade nº 2001[illegible]2702-6, expedida SSP/CE, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Rio Branco-AC, 7 de janeiro de 2009

Olinda Batista Assmar
Reitor(a)

Sérgio Brazil Júnior
Pró-Reitor(a) de Graduação

Janinne Camilo Landim
Diplomado(a)

José Amsterdam de Miranda Santres Sobrinho
Coordenador(a) do Colegiado do Curso

AUTENTICAÇÃO
Autenticação por extenso: Documento apresentado, conferido e autenticado por [illegible]
Data: [illegible]
Assinatura: [illegible]

Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado de Saúde
Fundação Hospital Estadual do Acre
Programa Credenciado pela CNRM/MEC - Parecer nº 45 de 29/0

Certificado

Certificamos que a Médica **JARINNE CAMILO LANDIM NASSER**

Nº [redacted] concluiu Residência Médica na Especialidade de **CLÍNICA MÉD**

a 31/01/2011, a quem conferimos o título de especialista, de acordo com a Lei Nº 6.932,

em 09/07/1981.

3º TABELIONATO DE NOTAS E 3º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE RIO BRANCO - AC

Rio Branco-AC, 18 de fevereiro de 2011

Dr. Yotaro Alberto Camargo Suzuki
Diretor Geral
Fundação Hospital Estadual do Acre FUNDHACRE

Dr. Nilton Ghiotti de Siqueira
Coordenador da Comissão de Residência Médica - COREME
Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE

Dr. Rinauro
Supervi
Fundação Hospital Es

República Federativa do Brasil
Ministério da Educação

Universidade Federal do Ceará

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO

Programa credenciado pela CNRM/MEC Parecer nº. 51/07 de 12/09/2007

Certificado

Certificamos que **Jarinne Camilo Landim Nasserala**, CRM nº **134** [redacted] concluiu a Residência Médica na especialidade **Nefrologia**, cursada no **a 28/02/2014**, a quem conferimos o título de especialista, de acordo com a Lei 6.932, 09/07/1981.

Fortaleza

Médico Residente

Diretor do Hospi

Coordenador Geral

Pró-Reitor d

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda do Acre

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
12200173898	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Acre

Nome: CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

requer à V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERAÇÃO
		021	1	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2241	1	ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

ACP2000037272
A.cPztrJ[]o37272

RIO BRANCO
Local

29 Setembro 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

☐ SIM ☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

Processo em ordem
À decisão

___/___/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) — 2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

___/___/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) — 2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

___/___/____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Acre
Certifico registro sob o nº 1066557 em 01/10/2020 da Empresa CLINICA DO RIM DO ACRE LTDA - EPP, Nire 12200173898 e protocolo 20/052.125[illegible] - 24/09/2020. Autenticação: AAF3DF7F7E03A1D5D2CEC9434FB76721734[illegible]. Rochelle Lima Catão - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.juceac.ac.gov.br e informe nº do protocolo 20/052.1254 e o código de segurança Jkg5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Rochelle Lima Catão Secretária-Geral.
12200173898 [illegible]
ROCHELLE LIMA CATÃO SECRETÁRIA GERAL
Pág: 1/1

ESTADO DO ACRE
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS
DAT

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO – 2ª VIA

Nº CERTIFICADO	Nº CADASTRO	ÁREA (m²)	DATA DA APROVAÇÃO			VALIDADE DO CERTIFICADO		
0080	18338	1.177,88	26	JAN	2021	23	DEZ	2021
Exercício 2021	ÚNICO	A ser ocupada	Assinatura do Certificado			Data da Recarga do Extintor		

DADOS DO ESTABELECIMENTO			
RAZÃO SOCIAL	HOSPITAL DO RIM-ACRE LTDA		
CNPJ E/ OU CPF	24.884.762/0001-66		
PROP. E/OU RESP.	ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALÁ		
NOME FANTASIA	HOSPITAL DO RIM		
ATIVIDADE	SERVIÇOS DE DIÁLISE E NEFROLOGIA		
ENDEREÇO	AVENIDA NAÇÕES UNIDAS, Nº 1080 – BAIRRO: BOSQUE		
MUNICÍPIO	RIO BRANCO	UF	AC

SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO EXIGIDO											
ESTÁ CONFORME O PROJETO Nº	073-41-37						DATA	25.10.2018			
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA INSTALADO	30 LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA										
ESCADA DE EMERGÊNCIA											
SAÍDA DE EMERGÊNCIA					CAP. MÁXIMA DE PÚBLICO						
PREVENTIVOS		4 kg	6 kg	8 kg	10 kg	12 kg	15 kg	20 kg	25 kg	50 kg	75 kg
PORTÁTEIS – QUANTIDADE	PQS	08									
	CO_2										
	ÁGUA (L)										
FIXOS – QUANTIDADE	HIDRANTES	05						POTÊNCIA BOMBA		7,5 (CV)	
	SPRINKLER							RTI		10500 (L)	
	SPDA										
OBSERVAÇÃO:											

EMPRESA FORNECEDORA	PREVENTIVO (S)	Nº NOTA FISCAL
GEILLANE LINS DE OLIVEIRA - ME	EXTINTORES	4104

VISTORIADO POR:		
CB BM	MAT	9377727-1 ÍCARO

DIGITADO POR:		
FC	MAT	9271309-2 MICHAEL

IVONALDO FRANCO LIMA – CAP QOABM
Diretor de Atividades Técnic

ADVERTÊNCIA: CERTIFICADO SUJEITO A CASSAÇÃO MEDIANTE FISCALIZAÇÃO CONSTATE ALTERAÇÃO NAS EXIGÊNCIAS O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/ 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira / 1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

PROTOCOLO DE VISTORIA – CREDENCIAMENTO DE OCS/PSA

Análise de condições físico-estruturais, técnicas, operacionais e higiênico-sanitárias

1 - CADASTRO:

Razão Social: Hospital do Rim Acre LTDA
Nome Fantasia: Hospital do Rim
CNPJ: 44.919.762/0001-66
Endereço: Av. Nações Unidas, 1080
Município: Rio Branco-AC - CEP: 69.918-000 - ACRE
Telefone: (68): 3227-4466
e-mail: hospitaldorim.acre@gmail.com
Nome do responsável (contato): Alessandro Medeiros Nasserala
Outras informações: (68) 99220-0104

2 - SERVIÇOS OFERECIDOS: Urologia, Clínica médica, Infectologia, Nutrição, Psicologia, Fisioterapia

3 - ÁREA FISICA:

3.1 - Construção com rachaduras ou vazamentos:
( ) Sim (X) Não
Obs:

3.2 - Iluminação:
( ) Natural (X) Artificial (X) Adequada ( ) Inadequada
Obs:

3.3 - Ventilação:
(X) Natural ( ) Ventilador (X) Ar-condicionado (X) Adequada
Obs:

3.4 - Piso:
Material liso e lavável (X) Sim ( ) Não
Limpo (X) Sim ( ) Não
Obs:

3.5 - Paredes:
Tonalidade clara (X) Sim ( ) Não
Lisas e laváveis (X) Sim ( ) Não
Impermeabilizadas até 2m de altura (X) Sim ( ) Não
Limpas (X) Sim ( ) Não
Obs:

3.6 – Locais de expurgo: ( ) Não se aplica
(X) Sim ( ) Não (X) Adequados ( ) Inadequados
Obs: _____

3.7 – Mobiliário:
Superfícies lisas e impermeáveis (X) Sim ( ) Não
Obs: _____

3.8 – lixos:
Rotulado: ( ) Não se aplica (X) Sim ( ) Não
Saco próprio para uso hospitalar: ( ) Não se aplica (X) Sim ( ) Não
recipiente de paredes rígidas para perfuro-cortantes: ( ) Não se aplica (X) Sim ( ) Não
Obs: _____

3.9 – Gerador de energia elétrica:
(X) Sim ( ) Não (X) Adequado ( ) Inadequado
Obs: _____

3.10 – Processo de esterilização de materiais: ( ) Não se aplica
(X) Estufas (X) Auto-claves (X) Adequado ( ) Inadequado
Obs: _____

3.11 – Água:
(X) Adequada ( ) Inadequada
Obs: _____

3.12 – Salas de Espera:
(X) Adequada ( ) Inadequada
Obs: _____

3.13 – Salas de Recuperação: ( ) Não se aplica
(X) Adequada ( ) Inadequada
Obs: _____

3.14 – Área administrativa:
(X) Adequada ( ) Inadequada
Obs: _____

3,15 – Sanitários para pacientes:
Separados por sexo: SIM (X) NÃO ( )
Barra de apoio nos banheiros: SIM (X) NÃO ( )
Condições de lavagens das mãos: lavatório, dispensador com sabão líquido, suporte com papel toalha, lixeira com saco plástico e tampa de acionamento com pedal SIM (X) NÃO ( )
Obs: _____

4 – COZINHA: ( ) Não se aplica
Instalações (X) Adequadas ( ) Inadequadas
Materiais (X) Adequados ( ) Inadequados
Obs: _____

5 – ENFERMARIAS: ( ) Não se aplica
Número de leitos: Adulto 8 Infantil _____
Instalações ( ) Adequadas ( ) Inadequadas
Materiais ( ) Adequados ( ) Inadequados
Obs: Posto de Enfermagem



6 - APARTAMENTOS: ( ) **Não se aplica**
Número de leitos: Adulto 6 Infantil 6
Instalações (X) Adequadas ( ) Inadequadas
Materiais (X) Adequados ( ) Inadequados
Obs: J Instalações.

7 - CENTRO CIRÚRGICO: ( ) **Não se aplica**
Número de salas de cirurgia: 3
Instalações (X) Adequadas ( ) Inadequadas
Materiais (X) Adequados ( ) Inadequados
Obs: _____

8 - UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: (X) **Não se aplica**
Número de leitos: Adulto _____ Infantil _____
Instalações ( ) Adequadas ( ) Inadequadas
Materiais ( ) Adequados ( ) Inadequados
Obs: Juto semi - intensivo 06 Apartamentos

9 - SETOR DE PRONTO ÂTENDIMENTO: ( ) **Não se aplica**

9.1 Equipe de Atendimento

Médico Clínico Geral	(X) Sim	( ) Não	(X) Plantão	( ) Sobreaviso
Pediatra	( ) Sim	(X) Não	( ) Plantão	( ) Sobreaviso
Cirurgião	(1) Sim	( ) Não	( ) Plantão	(X) Sobreaviso
Anestesista	(X) Sim	( ) Não	(X) Plantão	(X) Sobreaviso
Ginecologista obstetra	(X) Sim	( ) Não	( ) Plantão	(X) Sobreaviso
Ortopedista	(X) Sim	( ) Não	( ) Plantão	(X) Sobreaviso
Neurocirugião	(X) Sim	( ) Não	( ) Plantão	(X) Sobreaviso
Enfermeiro	(X) Sim	( ) Não	(X) Plantão	( ) Sobreaviso
Técnicos de enfermagem	( ) Sim	( ) Não	( ) Plantão	( ) Sobreaviso

Outros: Cardiologista em sobreaviso / Nefrologista plantão e sobreaviso.
Obs: 8 intensivos

10 - EXAMES COMPLEMENTARES: ( ) **Não se aplica**
Prazo de entrega: _____
Entrega de resultados/laudos via internet: ( ) sim (X) não

10.1 Raio - x
Instalações (X) Adequadas ( ) Inadequadas
Disponibilidade (X) 24 h (X) Sobreaviso
Obs: _____

10.2 Ultrassonografia
Instalações (X) Adequadas ( ) Inadequadas
Disponibilidade (X) 24h (X) Sobreaviso
Obs: _____

10.3 Tomografia
Instalações ( ) Adequadas ( ) Inadequadas
Disponibilidade ( ) 24h ( ) Sobreaviso
Obs: Não possui.

10.4 Endoscopia
Instalações (X) Adequadas ( ) Inadequadas
Disponibilidade ( ) 24h (X) Sobreaviso
Obs: _____

10.5 Hemodinâmica
Instalações (X) Adequadas ( ) Inadequadas
Disponibilidade ( ) 24h (X) Sobreaviso
Obs: _____

10.6 Laboratório
Instalações (X) Adequadas ( ) Inadequadas
Disponibilidade ( ) 24h (X) Sobreaviso
Obs: 01 lab

11 – NÚMERO DE PROFISSIONAIS CONVENIADOS: 8
Obs: _____

12 – NÚMERO DE ESPECIALISTAS DISPONÍVEIS: 8
Obs: _____

13 – EQUIPAMENTOS:
Possui os equipamentos necessários de acordo com os procedimentos realizados: (X) Sim ( ) Não
Obs: _____

14 – OBSERVAÇÕES: (Registrar itens julgados importantes, que não constem neste relatório, informando serem adequados/não adequados aos serviços oferecidos - Caso necessário poderão ser registradas no verso)

Fluxo de Ar Laminado (renovação de ar) ; 01 Leito de Isolamento - Não Cortina -; 10 Equipamentos Médicos, leitos e mobiliário, 06 Apartamento Std - Adultos, 02 Enfermaria Acessibilidade Banheiros, 01 Usina Concentrador de Oxigênio 31 Leitos Hemodiálise - Atendimento em Urgência tela Grafo Psiquiátrico, Ambulancia 08 Urgência.

PARECER DAVISTORIA:
(X) favorável ( ) não favorável
Obs: _____

Rio Branco-AC, 05 de Agosto de 2014

Rafael MAYER Soares Moraes
Asp Of. Terapeuta Ocupacional
CREFITO 12: 220400-1-F
IDT:121012427-5
RESPONSÁVEL PELA VISTORIA

Dra. Juliana C.L. Nasserala
Nefrologista/Clínica Médica
CRM - 1212/AC
RQE 414500
REPRESENTANTE DA OCS/PSA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL
(Diretoria Geral de Pessoal)
DEPARTAMENTO RAIO DE SUELLY
DIRETORIA DE SAÚDE

Aprovado por:

Gen Bda ANTONIO CARLOS CID JUNIOR
Subdiretor Técnico de Saúde

Parecer Técnico nº 464 - DSau/DGP/4º BIS

Em 13 de outubro de 2020

Ao Chefe da Seção de Regulação e Auditoria

Ao Sr Subdiretor Técnico de Saúde

Assunto: Parecer técnico sobre alteração de parâmetros assistenciais para contratação de OCS e PSA

Ref.: Ofício nº 125-SUS/4º BIS, de Rio Branco - AC, de 14 OUT 20

1. Em atenção ao documento em referência, informo ao senhor o pleito originário do 4º BIS, com sede em Rio Branco - AC, objetivando alteração de parâmetros assistenciais para emprego de OCS e PSA.

2. A proposta da OM foi sintetizada no quadro abaixo:

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorizado pelo Sen
1	Tabela de Honorários			
1.1	Honorários médicos (Porte)	CBHPM / 2012	CBHPM / 2012	CBHPM / 2012 e sua atualização de código de Unidade, em valores do

	Descrição	Coluna atual	Solicitado	Autorizado conforme CBHPM 2012
1.2	UCO para procedimentos médicos (CBHPM capítulos 1 / 2 / 3)	R$ 13,57	R$ 13,57	R$ 13,57
1.3	Honorários médicos de Urologia (Porte)	CBHPM / 2012	CBHPM / 2012 Não há credenciado de Urologia e só existe 5 profissionais na área e afirmaram proposta abaixo	CBHPM / 2012
1.4	UCO para procedimentos médicos urológicos (CBHPM capítulos 1 / 2 / 3)	R$ 13,57	Não há credenciado de Urologia e só existe 5 profissionais na área e afirmaram proposta abaixo	R$ 20,47
1.5	SADT (CBHPM capítulo 4)	CBHPM / 2012	CBHPM / 2012	CBHPM / 2012
1.6	UCO SADT (CBHPM capítulo 4)	R$ 13,57	R$ 13,57	R$ 13,57
1.7	Porte para SADT (CBHPM capítulo 4)	Conforme Oficio CBHPM 2012 de Outubro 2012	Conforme Oficio CBHPM/ 2012 de Outubro 2012	Conforme Oficio CBHPM/ 2012 de Outubro 2012
1.8	Filme (m²)	R$ 21,70	R$ 21,70	R$ 21,70

- CBHPM – 2012 / Edição 2012 / Publicada em Outubro de 2012 - CBHPM – 2012 / Edição 2012 / Publicada em Outubro de 2012

Valores de PORTES serão aplicados:

CBHPM – 2012 – OUTUBRO Sem Deflator						CBHPM – 2012 – OUTUBRO Sem Deflator					
PORTE	VALOR	PORTE	VALOR	PORTE	VALOR	PORTE	VALOR	PORTE	VALOR	PORTE	VALOR
1A	R$ 12,86	5C	R$ 291,64	10B	R$ 966,50	1A	R$ 19,31	5C	R$ 609,95	10B	R$ 1.796,34
1B	R$ 25,72	6A	R$ 317,45	10C	R$ 1.072,75	1B	R$ 39,68	6A	R$ 664,61	10C	R$ 1.876,66

** Valores de PORTES a serem aplicados.

COMUNICADO CBMPM 2012 - OUTUBRO 2012 Sem Definição						COMUNICADO CBMPM 2008 – OUTUBRO 2012 Sem Definição (urologia)					
PORTE	VALOR	PORTE	VALOR	PORTE	VALOR	PORTE	VALOR	PORTE	VALOR	PORTE	VALOR
1C	R$ 38,58	6B	R$ 349,30	11A	R$ 1.134,93	1C	R$ 56,53	6B	R$ 725,75	11A	R$ 1.912,66
1A	R$ 51,35	6C	R$ 382,05	11B	R$ 1.244,58	2A	R$ 79,38	6C	R$ 755,15	11B	R$ 2.112,79
2B	R$ 67,82	7A	R$ 412,60	11C	R$ 1.365,54	2B	R$ 104,64	7A	R$ 897,07	11C	R$ 2.286,02
2C	R$ 90,26	7B	R$ 456,68	12A	R$ 1.415,27	2C	R$ 143,81	7B	R$ 923,29	12A	R$ 2.367,80
3A	R$ 109,67	7C	R$ 540,33	12B	R$ 1.521,53	3A	R$ 202,37	7C	R$ 1.043,81	12B	R$ 2.514,15
3B	R$ 140,14	8A	R$ 583,29	12C	R$ 1.664,04	3B	R$ 262,10	8A	R$ 1.117,34	12C	R$ 2.980,37
3C	R$ 160,52	8B	R$ 611,55	13A	R$ 1.750,67	3C	R$ 318,06	8B	R$ 1.175,10	13A	R$ 3.169,69
4A	R$ 191,04	8C	R$ 648,05	13B	R$ 2.250,64	4A	R$ 370,21	8C	R$ 1.242,67	13B	R$ 3.421,92
4B	R$ 209,11	9A	R$ 689,55	13C	R$ 2.469,16	4B	R$ 415,83	9A	R$ 1.314,12	13C	R$ 3.719,35
4C	R$ 236,26	9B	R$ 753,99	14A	R$ 2.774,02	4C	R$ 471,79	9B	R$ 1.412,60	14A	R$ 4.089,12
5A	R$ 254,34	9C	R$ 810,64	14B	R$ 3.011,19	5A	R$ 517,41	9C	R$ 1.525,45	14B	R$ 4.373,61
5B	R$ 274,60	10A	R$ 891,80	14C	R$ 3.179,00	5B	R$ 545,41	10A	R$ 1.620,13	14C	R$ 4.753,67

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorizado DSau
2	Consultas Médicas			
2.1	Consultas Médicas Ambulatoriais em Estrutural de Saúde Ambulatorial (PSA) – Pessoa Física ou em Organização Civil de Saúde (OCS) – Pessoa Jurídica			
2.1.1	Clínica Médica/ Clínica Geral	R$95,00	Não há encaminhamento	R$ 95,00

	Detalhe	Contrato Atual	Solicitação	Autorização
2.1.2	Consulta Médica Especializada: Oftalmologia, Cardiologia, Ortopedia, Cirurgia Geral, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Anestesiologia, Pediatria	R$ 95,00	R$ 120,00 Adequação dos valores autorizados em 2018 à realidade da GU	R$ 120,00
2.1.3	Consulta Médica Especializada: Clínica Médica, Angiologia, Cirurgia Vascular, Urologia, Otorrinolaringologia, Cirurgia Oncológica, Infectologia, Mastologia	R$ 120,00	R$ 150,00 Adequação dos valores autorizados em 2018 à realidade da GU.	R$ 150,00
2.1.4	Consulta Médica Especializada: Psiquiatria, Reumatologia, Urologia, Endocrinologia, Neurocirurgia, Proctologia, Neurologia, Neurologia, Nefrologia, Geriatria	Não há Credenciado	R$ 190,00 Especialidades com número reduzido de profissionais na GU (informação do CRM/AC) e adequação dos valores à realidade local para atrair todos por meio de credenciamento	R$ 190,00 Especialidades com número reduzido de profissionais na GU (informação do CRM/AC) e adequação dos valores à realidade
2.1.5	Consulta Médica Especializada: Cardiologia, Coloproctologia, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Dermatologia, Cirurgia Pediátrica, Hepatologia, Psiquiatria Infantil	Não há Credenciado	R$ 220,00	- Consulta Médica Especializada: Ortopedia, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Dermatologia, Cirurgia Pediátrica, Hepatologia, Psiquiatria Infantil R$ 220,00
2.1.6	Consultas médicas especializadas pediátricas como: Endocrinopediatria, Neuropediatria, Cirurgia Torácica, Cirurgia Plástica, Genética Médica	Não há Credenciado	R$ 250,00	- Consultas médicas ambulatoriais para especialidades pediátricas como: Endocrinopediatria, Neuropediatria, Cirurgia Torácica, Cirurgia Plástica, Genética Médica R$ 250,00
2.2	Consultas Médicas Hospitalares ou em Pronto Socorro com Profissional de Nível Superior Especializado em Urgência e Emergência Clínica ou em Ortopedia (PSA - Pronto Atendimento)			
2.2.1	Consulta médica em atenção especializada	Não há Credenciado	R$ 95,00 Não há credenciado	R$ 95,00

	Procedimento	Controle Atual	Solicitação	Autorização D Saúde
2.2.2	Consulta Médica Pediatrica em Pronto Socorro	R$ 95,00	R$ 120,00 Unico PS infantil da cidade	R$ 120,00
2.2.3	Consulta Médica Especialidades em Hospital Público (Atualmente Credenciado) e em Pronto Socorro - (Avaliação Prévia Especializada)	Não há Credenciado	R$ 250,00	R$ 250,00
2.3	Consulta Médica Domiciliar em Unidade de Saúde Autônomo (PSA) - Pessoa Física ou em Organização Civil de Saúde (OCS) - Pessoa Jurídica			
2.3.1	Consultas Médicas Domiciliares Clínico Geral - (Mediante autorização prévia da Seção de Auditoria)	Não há Credenciado	R$ 150,00	R$ 150,00
2.3.2	Consultas Médicas Domiciliares Especialidades - (Mediante autorização prévia da Seção de Auditoria)	Não há Credenciado	R$300,00	R$ 300,00

	Procedimento	Controle Atual	Solicitação	Autorização D Saúde
3	Medicamentos			
3.1	Medicamentos - Os medicamentos utilizados deverão estar em conformidade com a Lei de Genéricos (Lei nº 9.787, de 10 de Fevereiro de 99). - O medicamento de uso ambulatorial não tem cobertura, exceto os medicamentos oncológicos. - Os medicamentos terão os valores acordados no parecer BRASINDICE na coluna PMC (ICMS 17%) para medicamentos genéricos e na coluna PF	- Brasindice PMC - Brasindice PF + 20% para reajustes	- Brasindice PMC - Brasindice PF + 20% para reajustes	- Brasindice PMC - Brasindice PF + 20%. Não será permitido reajustes nos medicamentos.

	(ICMS 17%) para os demais medicamentos com tempo de comercialização de 20%.			
3.2	- Será aceito somente 1 (um) preço por unidade de medida (dose unitária ou grama, conforme a estabilidade dos mesmos).	- Brasíndice PF + 20% para genéricos	- Brasíndice PMC - Brasíndice PF + 10% para genéricos	- Brasíndice PMC - Brasíndice PF + 20% para genéricos
3.3	- O CREDENCIADO está proibido de cobrar do paciente o pagamento de qualquer importância referente aos produtos e serviços utilizados nos procedimentos realizados nos beneficiários do SAMED/FUSEX/FASS. - A US FUSEX reserva-se o direito de, especialmente quando houver dúvida quanto à qualidade do produto, solicitar ao fabricante ou distribuidor a comprovação de que o produto cotado é o mesmo previsto no credenciamento.	Mediante apresentação de 03 (três) orçamentos com valores distintos do preço praticado pelo distribuidor - NF + 10% de taxa administrativa.	Mediante apresentação de 03 (três) orçamentos com valores distintos do preço praticado pelo distribuidor - NF + 10% de taxa administrativa.	Mediante apresentação de 03 (três) orçamentos com valores distintos do preço praticado pelo distribuidor - NF + 10% de taxa administrativa.

4	Materiais Descartáveis			
4.1	- Nacionais ou importados similares será pago o menor valor dentre os cotados (Preço do Fabricante, de SIMPRO/HOSPITALAR atualizada, ou Preço de Fábrica (PF), com ICMS no Guia - Serão pagos em conformidade com o	Sinto Sem Taxa	Sinto Sem Taxa	Sinto Sem Taxa

	Descrição	Conduta Atual	Solicitação	Autorização Inicial
	BRASÍNDICE e/ou SIMPRO - Os utilizados para coleta ou realização de exames bioquímicos não serão cobertos			
4.3	Quando o fabricante (credenciado) de material similar será pago o PF (preço do fabricante) constante na Tabela SIMPRO HOSPITALAR atualizada, seja ela qual for. - Serão pagos em conformidade com o Preço do Fabricante (PF), contido na Tabela BRASÍNDICE e/ou SIMPRO. - Os materiais utilizados deverão atender as exigências da RDC Nº 15, de 15 de março de 2012 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. - O CREDENCIADO está proibido de cobrar do mercado distribuidor o pagamento de qualquer importância para o fornecimento dos produtos e/ou utilização nos procedimentos realizados por beneficiários do SAMP/RJ/SEJ/PAS/Ex-Combatentes	Simpro Sem Taxa	Simpro Sem Taxa	Simpro PF sem Taxa de ativação do item no Brasíndice ou Simpro PF sem taxa
4.4	Materiais não contido na Tabela BRASÍNDICE e/ou SIMPRO.	Mediante apresentação de 03 (três) orçamentos com valores praticados no mercado distribuidor - NF + 10% de taxa administrativa.	Mediante apresentação de 03 (três) orçamentos com valores praticados no mercado distribuidor - NF + 10% de taxa administrativa.	Mediante apresentação de 03 (três) orçamentos com valores praticados no mercado distribuidor NF + 10% de taxa administrativa

	Descrição	Controle Atual	Solicitação	Autorização Seu
5	Material Radiológico			
5.1	Contrastes radiológicos	Simpro Sem Taxa e ou BRASINDICE sem taxa de comercialização	Simpro Sem Taxa e ou BRASINDICE sem taxa de comercialização	Conforme revista Brasíndice sem taxa (PF sem ipi), Na ausência do item na revista utilizar a revista Simpro (PF sem ipi)
5.2	Filmes radiológicos (Por m²)	R$ 21,70	R$ 21,70	R$ 21,70

	Descrição	Controle Atual	Solicitação	Autorização Seu
6	Dietas			
6.1	Dietas enterais e parenterais	Simpro sem taxa e ou BRASINDICE sem taxa de comercialização	Simpro Sem Taxa e ou BRASINDICE sem taxa de comercialização	Brasíndice sem taxa, na ausência do item na revista utilizar a revista Simpro sem taxa Negociar previsto edital brasíndice e simpro com redutor de 40% ou orçamento com no mínimo NF+10%
6.2	Dietas enterais e parenterais não constantes da tabela	Mediante apresentação de no mínimo (três) orçamentos com valores praticados no mercado distribuidor – NF + 10% de taxa administrativa	Mediante apresentação de 03 (três) orçamentos com valores praticados no mercado distribuidor – NF + 10% de taxa administrativa.	Mediante apresentação de 03 (três) orçamentos com valores praticados no mercado distribuidor =NF + 10% de taxa administrativa

	Descrição	Controle Atual	Solicitação	Autorização Seu
7	OPME (órtese, prótese, materiais especiais)			
7.1	OPME (órtese, prótese, materiais especiais) - Que for fornecido pela CREDENCIADA mediante apresentação de 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos ao contrato, pelo menos, sete (07) dias de antecedência à utilização,	Mediante apresentação de no mínimo (três) orçamentos com valores praticados no mercado distribuidor – NF + 10% de taxa administrativa.	Mediante apresentação de 03 (três) orçamentos com valores praticados no mercado distribuidor – NF+ 10% de taxa administrativa.	Mediante apresentação de 03 (três) orçamentos com valores praticados no mercado distribuidor – NF+ 10% de taxa administrativa. - Que for fornecido pela CREDENCIADA

	- O VALOR NÃO DEVERÁ SER SUPERIOR À SIMPRO OU BRASÍNDICE			possível a apresentação de três orçamentos (tipo material de estoque da OCS), será pago valor de aquisição mais taxa administrativa prevista para OPME's. A Credenciada deverá encaminhar as propostas em substituição aos orçamentos. - O VALOR NÃO DEVERÁ SER SUPERIOR À SIMPRO OU BRASÍNDICE. - A marca do material e o registro na ANVISA deverá ser indicada na respectiva fatura e orçamento, assim como etiquetas e invólucros deverão ser anexados ao prontuário para fins de auditoria, para os casos eletivos e de urgência.. Nos casos de urgências e emergências devidamente comprovada, que não foi possível remeter os três orçamentos, praticar-se-á o preço justo de mercado para a cobrança do OPME. A Credenciada deverá enviar a proposta de
	- A marca do material e o registro na ANVISA deverá ser indicada na respectiva fatura, assim como etiquetas e invólucros, para a melhor conferência. Nos casos de urgências e emergências devidamente comprovadas.			

				Valor em adequação aos orçamentos.

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorização do Gestor
8	Diárias			
8.1	Apartamento Standard Fator = Dia.	R$ 316,07	R$ 347,68	Autorizado reajuste de 10% sobre o valor atual
8.2	Apartamento Standard (Pediátrico ou Obstétrico) Fator = Dia	R$ 316,07	R$ 347,68	
8.3	Enfermaria Fator = Dia	R$ 178,51	R$ 196,35	
8.4	Enfermaria Pediátrica (Pediátrica ou Obstétrica) Fator = Dia.	R$ 178,51	R$ 196,35	
8.5	Diária de Berçário (Recém-nato) Fator = Dia	R$ 151,13	R$ 162,24	
8.6	Hospital Dia sem pernoite (Apartamento) Fator = Dia	R$ 184,03	R$ 202,43	
8.7	Hospital Dia sem pernoite (Enfermaria) Fator = Dia	R$ 131,50	R$ 144,65	
8.8	C.T.I. Neonatal Fator = Dia.	R$ 519,60	R$ 571,56	
8.9	C.T.I. Adulto Fator = Dia.	R$ 519,60	R$ 571,56	
8.10	Unidade de Terapia Semi Intensiva (UTSI) Fator = Dia	Não existe na GU	-	-
8.11	C.T.I. Pediátrico Fator = Dia	Não existe na GU	-	-
8.12	Unidade de Atendimento Conveniado Fator = Dia.	Não existe na GU	-	-

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorização do Gestor
9	Taxa de Sala Cirúrgica			
9.1	Porte 0 - pequena cirurgia Fator = Uso.	R$ 91,15	R$ 100,26	Autorizado reajuste de 10% sobre o valor atual
9.2	Porte 1 - pequena cirurgia Fator = Uso.	R$ 181,24	R$ 199,36	
9.3	Porte 2 - média cirurgia Fator = Uso.	R$ 214,54	R$ 236,00	
9.4	Porte 3 - média cirurgia Fator = Uso.	R$ 286,62	R$ 315,28	
9.5	Porte 4 - grande cirurgia Fator = Uso.	R$ 357,64	R$ 393,40	

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorização DSau
9.6	Porte 5 – grande cirurgia Fator = Uso.	R$ 42,95	R$ 46,43	
9.7	Porte 6 – Especial Fator = Uso	R$ 536,38	R$ 590,02	
9.8	Porte 7 – Especial Fator = Uso.	R$ 50,85	R$ 241,05	

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorização DSau
10	Taxa de sala ambulatorial			
10.1	Observação em pronto-socorro até 6h Fator = Uso.	R$ 71,52	R$ 78,67	
10.2	Observação em pronto-socorro entre 6h e 12h Fator = Uso	R$ 71,52	R$ 78,67	
10.3	Observação em pronto-socorro entre 12h e 24h Fator = Uso	R$ 71,52	R$ 78,67	
10.4	Sala de Hemodiálise Fator = Por sessão	R$ 674,05	R$ 741,05	Autorizado reajuste 4,10% sobre o valor atual Sala de Hemodinâmica Fator = Por sessão R$ 741,05
10.5	Sala de Hemodinâmica Fator = Por sessão	Não há UCS Credenciada	R$ 741,05	
10.6	Sala de Quimioterapia Fator = Por sessão.	R$ 71,52	R$ 78,67	
10.7	Sala de radiologia e Cateterismos Fator = Por sessão.	R$ 71,52	R$ 78,67	
10.8	Sala de Recuperação pós anestésica Fator = Uso.	R$ 71,52	R$ 78,67	
10.9	Sala de acesso Fator = Uso.	R$ 10,50	R$ 11,55	
10.10	Sala de Endoscopia Fator = Uso.	R$ 71,52	R$ 78,67	
10.10	Sala de Pequenas Cirurgias Fator = Uso.	R$ 69,31	R$ 76,24	

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorização DSau
11	Taxa de uso de equipamentos (exceto fator = uso)			
11.1	Aparelho de Anestesia (Fora da UTI/CC)	-	-	-
11,2	Intensificador de imagem (Dentro UTI/CC) - Uso	R$ 425,80	R$ 468,38	Autorizado reajuste 4,10% sobre o valor anual
11.3	Biliberço (Fora da UTI Neonatal) - Uso	R$ 5,26	R$ 5,77	

	Descrição	Conteúdo Atual	Solicitação	Autorização Saúde
11.4	Berço aquecido (fora UTI/CC) - Dia	R$ 108,38	R$ 141,47	
11.5	Incubadora – Fora UTI- Uso	R$ 128,31	R$ 141,69	
11.6	Bisturi Elétrico/Monopolar (fora UTI/CC) - Uso	R$ 346,30	R$ 90,82	
11.7	Bomba de Infusão (fora UTI/CC/PS) - Dia	R$ 44,03	R$ 48,43	
11.8	Capnógrafo (fora UTI/CC/PS) - Uso	R$ 77,01	R$ 84,71	
11.9	Desfibrilador (fora UTI/CC/PS) - Uso	R$ 29,70	R$ 32,67	
11.10	Serra elétrica para Cirurgia - Uso	R$ 22,00	R$ 24,20	
11.11	Monitor Cardíaco (fora de UTI/CC/PS) - Uso	R$ 91,90	R$ 101,09	
11.12	Oxímetro de pulso (fora UTI/CC/PS) – dia	R$ 3,90	R$ 4,29	
11.13	Respirador de Volume (fora da UTI/CC) - Uso	R$ 103,19	R$ 113,51	
11.14	Respirador de Pressão (fora de UTI/CC) - Uso	R$ 103,19	R$ 113,51	
11.15	Teste de Vida	R$ 472,50	R$ 950,00	autorizado
11.16	Video-Artroscópio Aparelho Cirúrgico	R$ 472,50	R$ 630,00	

	Descrição	Conteúdo Atual	Solicitação	Autorização Saúde
12.	Taxas			
12.1	Curativo Grande (incluso material) Fator = Por troca = apenas no ambulatório	R$ 33,00	R$ 36,30	Autorizado reajuste de 4,10% sobre o valor atual
12.2	Curativo Médio (incluso material) Fator = Por troca = apenas no ambulatório.	R$ 33,00	R$ 36,30	
12.3	Curativo Pequeno (incluso material) Fator = Por troca = apenas no ambulatório.	R$ 33,00	R$ 36,30	
12.4	Diária Fisioterapeuta – Apartamento	R$ 29,39	R$ 32,33	
12.5	Diária Acompanhante – Enfermaria	R$ 29,39	R$ 32,33	
12.6	Alimentação para acompanhante de menores	R$ 15,00	R$ 16,50	

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorização do Gestor
	de 18 anos ou menores (6ª faixa) – (refeição)			
12.7	Curativo Umbilical – Acidente Ofídico/Aranha	R$ 4,97	R$ 5,47	
12.8	Hemograma (Incluso a Gli reagentes)	R$ 7,80	R$ 8,58	
12.9	Gasometria arterial (Incluso)	R$ 79,67	R$ 87,64	
12.10	Fisioterapia/Isolamento	-	Acréscimo 30% na diária	Acréscimo 30% na diária
12.11	Nebulização (Inclusa na Diaria)	Inclusa na Diária	Inclusa na Diária	Inclusa na Diária
12.12	Registro de ECG (Incluso na Diária)	Incluso na Diária	Incluso na Diária	Incluso na Diária
12.13	Remoção de Ambulância inter-hospitalar móvel (Ambulância Tipo A) - Ida	R$ 159,31	R$ 159,31	R$ 159,31

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorização do Gestor
14	Gasoterapia			
14.1	Ar comprimido..... .....Fator = Hora.	R$ 19,79	R$ 21,77	Sem reajuste pela origem Demais reajuste de 4,10% sobre valor atual
14.2	Gás carbônico..... .....Fator – Hora.	R$ 44,70	R$ 49,17	
14.3	Nebulização (Inclui O2) .....Fator = Sessão	R$ 17,67	R$ 19,44	
14.4	Óxido Nitroso//Protóxido de Azoto..... Fator = Hora.	R$ 76,40	R$ 84,04	
14.5	Oxigênio .....Fator = Hora	R$ 37,65	R$ 41,42	
14.6	Nitrogênio .....Fator = Hora	R$ 38,15	R$ 41,96	

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorização do Gestor
15	Outras Solicitações	COMUNICADO CBHPM – 2012 / Edição 2012	COMUNICADO CBHPM – 2012 / Edição 2012	COMUNICADO CBHPM – 2012 / Edição 2012

		Fusionista em Outubro de 2012	Fisioterapeuta em Outubro de 2012	Fisioterapeuta em Outubro de 2012
15.1	PORTE 0	Anestesia Local	Anestesia Local	Anestesia Local
15.2	PORTE 1	3A	3A	3A
15.3	PORTE 2	3C	3C	3C
15.4	PORTE 3	4C	4C	4C
15.5	PORTE 4	6B	6B	6B
15.6	PORTE 5	7C	7C	7C
15.7	PORTE 6	9B	9B	9B
15.8	PORTE 7	10C	10C	10C
15.9	PORTE 8	12A	12A	12A

	Descrição	Comercial	Solicitação	Justificativa
16	Fisioterapia			
16.1	Fisioterapia Ambulatorial - Consulta/Avaliação / SESSÃO	R$ 31,20	R$ 31,20	Mantido o valor
16.2	Fisioterapia em Hospital – Pacientes Internados (Respiratória e/ou Motora) - Internado Adulto e 2 respiratórias) - Um Adulto (até 3 motoras e 1 respiratória) - Um Pediatra Um Neonatal (até 3 motoras e 3 respiratórias)	R$ 31,20	R$ 31,20	R$ 31,20
16.3	Fisioterapia em Domicílio – SESSÃO	NT	R$ 60,00	R$ 60,00
16.4	Fisioterapia através dos métodos: PECS, ABA, VB MAPP, TEACCH, PROMPT, Hanen, DENVER - Avaliação inicial SESSÃO	NT	R$ 80,00	R$ 80,00
16.5	*Acupuntura – SESSÃO*	-	R$ 60,00	R$ 60,00
16.6	Pilates - SESSÃO	R$ 24,96	R$ 24,96	R$ 24,96
16.7	RPG – SESSÃO	R$ 56,16	R$ 56,16	R$ 56,16

16.8	Quiropraxia - SESSÃO	-	R$ 46,16	R$ 46,16
16.9	Hidroterapia SESSÃO	R$ 46,80	R$ 46,80	R$ 46,80

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorizado Sus
17	Fonoaudiologia			
17.1	Fonoaudiologia Ambulatorial - Consulta / Avaliação Inicial / SESSÃO	R$ 62,40	R$ 62,40	R$ 62,40
17.2	Fonoaudiologia em Hospital - Paciente Internado - Enfermaria Pediátrica - UTI Adulto - UTI Pediátrica / UTI Neonatal	NT	R$ 62,40	R$ 62,40
17.3	Fonoaudiologia em Domicílio - SESSÃO	NT	R$ 90,00	R$ 90,00
17.4	Fonoaudiologia através dos métodos: ABA, VB MAPP, TEACCH, PROMPT, Denver - Avaliação inicial / SESSÃO	-	R$ 90,00	R$ 90,00

	Descrição	Contrato Atual	Solicitação	Autorizado Sus
18	Psicologia			
18.1	Psicoterapia Ambulatorial - Consulta / Avaliação Inicial / SESSÃO	R$ 62,40	R$ 62,40	R$ 62,40
18.2	Psicoterapia Hospitalar - Paciente Internado - Enfermaria / Apto - UTI Adulto - UTI Pediátrica / UTI Neonatal	-	R$ 62,40	R$ 62,40
18.3	Psicoterapia Individual em Domicílio - Avaliação inicial / SESSÃO	-	R$ 90,00	R$ 90,00
18.4	Psicoterapia individual através dos	-	R$ 90,00	R$ 90,00

	PECS, ABA, VB MAPP, TEACCH, PROMPT, Denver - *Avaliação inicial / SESSÃO*			
18.5	Psicoterapia de Casal - *SESSÃO (por casal)*		R$ 80,00	R$ 80,00
18.6	Psicoterapia Familiar - *SESSÃO (por família)*	-	R$ 100,00	R$ 100,00
18.7	Psicoterapia em Grupo *SESSÃO (por paciente)*	-	R$ 30,00	R$ 30,00
18.8	Psicomotricidade Ambulatorial - *Avaliação Inicial / SESSÃO*	-	R$ 62,40	R$ 62,40
18.9	Psicopedagogia Ambulatorial - *Avaliação inicial / SESSÃO*	-	R$ 62,40	R$ 62,40
18.10	Avaliação Neuropsicológica *(mínimo 08 sessões - com visita domiciliar e escolar)*	-	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
18.11	Avaliação Neuropsicológica *(mínimo de 08 sessões - com visita domiciliar e escolar)*		R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
18.12	Avaliação Neuropsicológica *(mínimo de 08 sessões - com visita domiciliar e escolar)*	-	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00

19	**Nutrição**			
19.1	Nutrição Consulta Ambulatorial	R$ 62,40	R$ 62,40	R$ 62,40
19.2	Nutrição Consulta Hospitalar	-	R$ 62,40	R$ 62,40
19.3	Nutrição Consulta Domiciliar	-	R$ 90,00	R$ 90,00

20	**Terapia Ocupacional**			
20.1	Terapia Ocupacional Ambulatorial - *Avaliação Inicial / SESSÃO*	-	R$ 62,40	R$ 62,40
20.2	Terapia Ocupacional em Hospitalar – *SESSÃO*	-	R$ 62,40	R$ 62,40

20.3	Terapia Ocupacional em Domiciliar/Hospitalar (Inicial + Sessão)	-	R$ 90,00	R$ 90,00
20.4	Integração sensorial - Avaliação Inicial/SESSÃO	-	R$ 90,00	R$ 90.00
20.5	Terapia Ocupacional através dos métodos: PEDISSABÀ VB MAPP, ISAACH, PROMPT, Denver, Kuhlmann, Portage, SESSÃO	-	R$ 90,00	R$ 90,00

	Descrição	Coma Atual	Solicitado	Autorização DSau
21	Procedimentos Odontológicos			
21.1	Procedimentos Odontológicos (CBM-Fisioterapia, Fonoaudiologia e Nutrologia)	VRPO 2010, de 16/08/2010, com redutor de 20%	VRPO 2010, de 16/08/2010, com redutor de 20%	VRPO 2010 qual redutor? especificar , de 16/08/2010, com redutor de 20%

	Descrição	Coma Atual	Solicitado	Autorização DSau
22	Parto			
22.1	Parto de Procedimentos	-	Anexo B	Ver partos

	DESCRIÇÃO	UNID	CÓDIGO	CONTRATO Coma Atual	SOLICITAÇÃO	Autorização DSau
1	Pacote de EXAMES DE OFTALMOLOGIA					
1.1	Tonometria	Binocular	41301323	31,55	31,55	31.55
1.2	Campimetria	Monocular	40103017	88.90	88.90	88.90
1.3	Ceratometria / Topografia Corneana	Monocular	41301080	108.27	108.27	108.27
1.4	Curva Tensional Diária	Binocular	41301129	79.08	79,08	79,08
1.5	Gonioscopia	Bilateral	41301242	39,59	39,59	39,59
1.6	Mapeamento de Retina	Monocular	41301250	53,65	53,65	53,65
1.7	Microscopia Especular	Monocular	41301269	129,30	129,30	129,30
1.8	PAM /Hemeroteca de Acuidade Visual	Monocular	41301307	20,87	20,87	20,87

1.9	Retinografia	Monocular	41301315	58,79	58,79	58,79
1.10	Ecobiometria	Monocular	41501012	86,40	86,40	86,40
1.11	Paquimetria	Monocular	41501128	56,34	56,34	56,34
1.12	Ultrassonografia Ocular	Monocular	40901017	115,75	115,75	115,75
1.13	Tomografia de Coerência Optica	Monocular	41501114	464,42	510,86	510,86
	Nos pacotes de cirurgias de oftalmologia estão: - Incluídos: Materiais, Medicamentos, Taxas e Honorários Médicos para realização dos procedimentos e anestesia.					

	DESCRIÇÃO	UNID.	CÓDIGO	CONTRATO ATUAL	SOLICITAÇÃO	Autorização D Saú
2	PROCEDIMENTOS DE OFTALMOLOGIA					
1.1	Ceratoplastia	Monocular	30306019	631,27	631,27	631,27
1.3	Facoemulsificação com implante de lente intra ocular no valor de R$ 2.000,00	Monocular	30306027	3.080,00	3.080,00	3.080,00
1.3	Pterígio + Autotransplante de Conjuntiva	Monocular	30303010/ 30101060	1.400,00	1.400,00	1.400,00
1.4	Exerese de Tumor de Conjuntiva	Monocular	30303109	1.181,73	1.181,73	1.181,73
1.5	Pterígio + Transplante de Membrana Amniótica	Monocular	30303010/ 30101060	1.900,00	1.900,00	1.900,00
1.6	Ressecção de Tumor Palpebral	Monocular	30101101	1.022,27	1.022,27	1.022,27
1.7	Cirurgia Refrativa Convencional	Monocular	30304105	1.765,05	1.765,05	1.765,05
	Nos pacotes de procedimento de oftalmologia estão: - Incluídos: Materiais, OPME, Medicamentos, Taxas, Honorários Médicos para realização dos procedimentos e anestesia					

3 - Pacote de PROCEDIMENTOS DE CARDIOLOGIA					
	Procedimento	Código	Valor Anual	Valor Solicitado	Autorização D Saú
3.1	Cateterismo Cardíaco	30911079	-	4.526,30	Proposta 3526.30
3.2	Angioplastia Coronária com implante de stent convencional	30912105	12.000,00	11.775,00	11.775,00

3 - Facões de PROCEDIMENTOS DE CARDIOLOGIA

	Procedimento	Código	Valor Atual	Valor Solicitado	Autorização DSS
3.3	Angioplastia Coronária com 1 stent farmacológico	30912105	20.000,00	16.875,00	16.875,00
3.4	Angioplastia Coronária com 2 stent farmacológico	30912105	30.000,00	32.875,00	30.000,00
	Nos pacotes de procedimento de Hemodinâmica estão incluídos: Anestesia, OPME , Materiais Descartáveis, Medicamentos, Taxas e Honorários Médicos para realização do procedimento - Qualquer Internação Acomodação em Apto / UTI, será Adicional de acordo com o pacote				
	STENT CONVENCIONAL ADICIONAL	2.400,00	2.400,00 Valor conforme OCS da GU	2.400,00	
	STENT FARMACOLÓGICO ADICIONAL	8.500,00	10.500,00 Valor conforme OCS da GU	8.500,00 Diferença entre Stent R$ 6.500,00 (Orifa 4.500 p 6.500,00)	

4 - Facões de PROCEDIMENTOS DE GASTROENTEROLOGIA

	Procedimento	Código	Valor Atual	Valor Solicitado	Autorização DSS
4.1	Endoscopia digestiva Alta com Biópsia	40202015	345,00	345,00	345,00
4.2	Endoscopia digestiva alta com biópsia e teste de urease (pesquisa Helicobacter pylori)	40202015	400,00	400,00	400,00
4.3	Endoscopia digestiva alta com biópsia e citologia	40202015	400,00	400,00	400,00
	Nos pacotes de procedimento de Gastroenterologia estão incluídos: - Incluídos: Sedação, Materiais Descartáveis, Medicamentos, Taxas e Honorários Médicos para realização dos procedimentos				

5 - Facões de PROCEDIMENTOS DE UROLOGIA

	Procedimento	Código	Valor Atual	Valor Solicitado	Autorização DSS
5.1	Nefrolitotripsia Percutânea unilateral	31101577	Não há preço	11.000,00	11.000,00
5.2	Colocação cistoscopia de duplo J unilateral	31102050	Não há preço	1.585,16	1.585,16
5.3	Uretrotomia interna masculina	31102160	Não há preço	12.500,00	12.500,00

	Procedimento	Código	Valor Anual	Valor Solicitado	Autorizado
	unilateral + Colocação de Duplo J				
5.4	Uretrotomia interna rígida unilateral a laser	31102565	Não há pacote	10.000,44	10.000,44
5.5	Retirada endoscópica de duplo J	31103472	Não há pacote	600,00	600,00
5.6	Ressecção endoscópica da próstata	31103472	Não há pacote	4300,00	4.300,00
5.7	Tumor vesical - ressecção	31103456	Não há pacote	3500,00	3.500,00
5.8	Incontinência urinária - tratamento cirúrgico supra-púbico	31103359	Não há pacote	2.712,65	2.712,65
5.9	Cistolitotripsia a laser	31103561	Não há pacote	9.206,95	9.206,95
5.10	Uretrolitotripsia	31104220	Não há pacote	2.290,58	2.290,58
5.11	Cistoscopia e/ou ureteroscopia	40201066	Não há pacote	800,00	800,00

No pacote de procedimento de Urologia está:
- Incluídos honorários Profissionais (Cirurgião, Auxiliares e Instrumentador) para realização dos procedimentos
- O item 5.2 (Colocação cistoscópica de duplo J unilateral) não contempla OPME e materiais
- O item 5.11 (Cistoscopia e/ou ureteroscopia) está contemplado de Materiais, Medicamentos, Taxas e Honorários Profissionais para realização do procedimento.
- Exclusos: Internação Acomodação em Enfermaria, Apto e UTI, Medicamentos e materias.,

	Procedimento	Código	Valor Anual	Valor Solicitado	Autorizado
5.13	Hidrocele unilateral - correção cirúrgica	31203043	Não há pacote	1.400,00	1.400,00
5.14	Hidrocele Bilateral - correção cirúrgica	31203043	Não há pacote	2.000,00	2.000,00
5.15	Orquiectomia unilateral	31203078	Não há pacote	1.500,00	1.500,00
5.16	Torção de testículo - cura cirúrgica	31203108	Não há pacote	5.000,00	5.000,00
5.17	Varicocele unilateral - correção cirúrgica	31203124	Não há pacote	2.500,00	2.500,00
5.18	Varicocele bilateral - correção cirúrgica	31203124	Não há pacote	1500,00	1.500,00
5.19	Postectomia	31206220	Não há pacote	2.000,00	2.000,00
5.20	Vasectomia bilateral	31205046	Não há pacote	2.000,00	2.000,00

Não pacote de procedimento de Urologia está:
- Incluídos honorários Profissionais (Cirurgião, Auxiliares e Instrumentador) para realização dos procedimentos;
- O item 5.20 (Vasectomia) contempla os de Materiais e Medicamentos, Taxas e Honorários Profissionais para realização do procedimento.
- Excluídos: Internação Acomodação em Enfermaria, Apto e UTI, Medicamentos e materias.

6- Partes de OUTROS PROCEDIMENTOS

	Procedimento	Código	Valor Anest	Valor Solicitado	Autorização Parcial
6.1	Eletroencefalograma (Mapeamento Cerebral)	4010313-1	Não há pacote	275,00	275,00

7. Após análise da documentação, esta seção é de parecer favorável à alteração de parâmetros econômicos para obtenção de OCS e PSA, conforme descrito na tabela acima.

NADIA VERISSIMO GOIS MANTUAN - Mat.
Resp. pela Chefia da Seção de Regulação e Auditoria Médica

Despacho do Diretor de Saúde

Homologo Não homologo

ALEXANDRE FARIAS CORRÊA
Diretor de Saúde

COMANDO FRONTEIRA ACRE
FL. 10
4º BIS
S.A.L.C.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

JUSTIFICATIVA DO VALOR

A presente justificativa visa atender o item 8. do Edital de Credenciamento nº 01/2018 e o item 4 do Projeto Básico.

No credenciamento a licitação é inexigível, fundamentado no Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93, em razão da impossibilidade de existir competição entre eventuais interessados, devido à **padronização dos preços** a serem pagos as Organizações Civis de Saúde (OCS) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA), e a contratação ocorrer de forma indireta, ou seja, o beneficiário quando encaminhado, poderá escolher a OCS/PSA que melhor lhe convier dentre os previamente credenciados na especialidade indicada para o seu atendimento.

Através da Portaria nº 048-DGP, de 28 de fevereiro de 2008, do Departamento Geral do Pessoal (DGP), que aprova as Instruções Reguladoras do Sistema de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar aos Beneficiários do FUSEx, fixa uma rotina a fim de proporcionar uma melhor dinâmica de trabalho para os órgãos de apoio e de execução do FUSEx, destaca a utilização de tabelas para remuneração dos serviços.

A Portaria nº. 048-DGP, de 28 de fevereiro de 2008, no seu Art. 72, faz a referência à utilização de tabelas, a saber:

> *"Art. 72. Os atos indenizáveis realizados em OCS e PSA, em princípio, são os constantes dos contratos e convênios, estabelecidos **com base em tabelas autorizadas pelo DGP**.(grifo nosso)*
> *§ 1º Para os atos indenizáveis não-constantes em contratos ou convênios, serão tomados em conta os valores negociados com a OCS ou com o PSA, pela UG FUSEx, a qual deverá buscar a adoção de valores de despesa, em princípio, baseados nas tabelas autorizadas pelo DGP. (grifo nosso)."*

Os serviços de assistência médica, hospitalar e ambulatorial nas especialidades de Nefrologia, Endocrinologia, Psicologia e Nutrição, serão remunerados conforme a Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco (Anexo M, do Edital), devidamente acatada pela empresa (OCS) **HOSPITAL DO RIM-ACRE LTDA.**

Rio Branco, AC, 16 de agosto de 2021.

Keily da S. Melo
2º TEN ODONTO BUCOMAXILO
CRO/AC 4559
Id: 1008[illegible]3676
Exército Brasileiro

KEILY DA SILVA MELO – 2º TEN
Respondendo pela Chefia da Seção FUSEx/Posto Médico da Guarnição de Rio Branco

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira (1956))
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

FL: 11
4 BIS

PARECER TÉCNICO

Declaro para os devidos fins que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive o detalhamento da contratação, suas características e requisitos, bem como quanto à avaliação do preço estimado, foram regularmente determinadas pelo setor técnico competente com base no melhor atendimento às necessidades e sempre tendo como parâmetro elementos técnicos e objetivos, com a finalidade de subsidiar a seleção e o credenciamento da Organização Civil de Saúde (OCS) **HOSPITAL DO RIM-ACRE LTDA**, inscrito no CNPJ nº **24.884.762/0001-66**, para prestação de serviços ao Comando de Fronteira Acre/ 4ª Batalhão de Infantaria de Selva.

Rio Branco, AC, 16 de agosto de 2021.

Kelly da S. Melo
2º TEN QUADRO AUXILIAR
CRF/AC Nº 559

KELLY DA SILVA MELO, 2º TEN
Respondendo pela Chefia da Seção FUSEx/Posto Médico da Guarnição de Rio Branco

pagar a despesa, de forma imediata, após o recebimento da Nota de Crédito (NC) no SIAFI.

Observações:
1002 - Conforme letra(o), do inciso XI, do art. 3º, do Dec nº 2.003, de 21 OUT 1996.
1003 - Conforme Anexo V, da Lei nº 13.954, de 16 DEZ 19.

Em consequência: O SI, o S3, o militar acima e os demais interessados tomam conhecimento e as providências decorrentes.

2) COMISSÃO DE ÉTICA - Publicação

A Comissão de Ética Médica, nomeada no BI Nr 34, de 20/02/2020, reuniu-se no dia 27 Setembro 20, na sala da Pericias Médicas do PMGuRBO, para tratar de assuntos diversos, sendo as deliberações anotadas no livro de registro de atas das reuniões, conforme prescrito na Portaria nº 850 - Cmt EB, de 12 de junho de 2019.

Em consequência: a Ch PMGuRBO e os demais interessados tomem conhecimento e providências cabíveis.

3) COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO - Nomeação

Nomeado(a), a contar desta data, para compor a Comissão Especial de Credenciamento de OTS e PSA.

1º Ten FELIPE MATHEUS GOMES GUERRERO
Presidente
2º Ten OTT MARIA JARLANE SOARES MONTEIRO
Membro
3º Sgt STT MARCELÂNGELA BEZERRA GOMES
Membro

Em consequência:
1) Destituo a Comissão de credenciamento anteriormente publicada; e
2) A Ch PMGuRBO, o SI, SALC e os interessados da comissão tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Nota nº 72407, de 30 de outubro de 2020, da(o) P Med)

4) COMISSÃO DE LISURA DE CONTAS MÉDICAS - Publicação

À Comissão de Lisura de Contas Médicas, nomeada no BI Nr 05, de 08/01/2020, reuniu-se no dia 03 Novembro 20, na sala da Auditoria do P Med Gu RBO, para cumprir as determinações constantes do Art 24, CAP IV, da Portaria nº 850 - Cmt EB, de 12 JUN 19 (EB10-IN-02.001). Sendo emitido e enviado para arquivamento na Seção de Contabilidade dos Registros de Gestão (SCRG) ir Declaração do Presidente da Comissão de Contas Médicas, de que toda a documentação ficou arquivada na Seção do IuSEx, à disposição dos Órgãos de Controle Internos e Externos.

Em consequência: a Ch PMGuRBO e os demais interessados tomem conhecimento e providências cabíveis.

5) COMISSÃO DE PLANEJAMENTO FAMILIAR - Publicação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

OMDC FRONTEIRA ACRE - 4º BIS
FL: 110
SALC

RELATÓRIO

PROCESSO NUP: 65323.011635/2021-78
SOLICITANTE: ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALA
OBJETO: Prestação de serviços especializados na área de nefrologia, clínica médica, infectologia, psicologia, fisioterapia e nutrição.

A Comissão Especial de Credenciamento (CEC), designada pelo Boletim Interno nº 205, de 04 de novembro de 2020, da UG FUSEx, apresenta o seu relatório:

A OCS **HOSPITAL DO RIM – ACRE LTDA**, CNPJ: 24.884.762/0001-66, apresentou a proposta de credenciamento para prestação dos serviços solicitados na carta proposta datada de 26 de julho de 2021, em anexo neste processo.

Após a análise da documentação, esta Comissão de Credenciamento é de parecer **favorável** ao cadastramento e habilitação para a prestação dos serviços de atendimento médico-hospitalar na área de nefrologia, clínica médica, infectologia, e prestação dos serviços de reabilitação na área de psicologia, fisioterapia e nutrição, na medida em que ela satisfaz os requisitos técnicos e administrativos previstos no Edital de Credenciamento, conforme documentos apresentados pelo requerente.

Rio Branco-AC, 16 de agosto de 2021

FELIPE MATHEUS GOMES GUERRERO - Cap
Presidente da Comissão Especial de Credenciamento

MARIA JARLANE SOARES MONTEIRO - 2º Ten
Membro da Comissão Especial de Credenciamento

MARCELANGELA BEZERRA GOMES - 3º Sgt
Membro da Comissão Especial de Credenciamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)
@batalhao

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2018.

PARA OCS / PSA

E EXTRATOS DOS ANEXOS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(1ª Companhia de Fronteira)
(Batalhão Plácido de Castro)

EDITAL NR 01/2018

CREDENCIAMENTO DE OCS E PSA

FUSEX/SAMMED/PASS

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS) E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO COMPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICO, DE REABILITAÇÃO.

RIO BRANCO, AC, 17 DE DEZEMBRO DE 2018

ÍNDICE

PREÂMBULO

Item	Assunto	Pág.
01	DA CONVOCAÇÃO	
02	DO OBJETO	
03	DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	
04	DA HABILITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	
05	DOS RECURSOS FINANCEIROS	
06	DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES	
07	DO REGIME DE EXECUÇÃO	
08	DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	
09	DO REAJUSTE	
10	DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE	
11	DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS	
12	DAS SANÇÕES	
13	DA RESCISÃO	
14	DOS RECURSOS	
15	DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES	
16	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
17	DO FORO	

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

EDITAL

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS) E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO COMPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICO, DE REABILITAÇÃO.

Processo Administrativo: NUP 80536.011766/2018-48
Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Caput do art. 25 da Lei 8.666/93.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE CREDENCIAMENTO: Prazo Indeterminado.
Data: A partir de 20 de Dezembro de 2019.
Horário: 11:00h às 15:00h, de segunda à sexta-feira (horário de Brasília).
Local: Posto Médico da Guarnição de Rio Branco, situada à Rua Colômbia, S/Nº, Bosque, Rio Branco - AC. CEP 69900-679. Telefone (68) 3223-5909.

1. DA CONVOCAÇÃO.

1.1. A União, representada pelo Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, do Exército Brasileiro, mediante a Comissão Especial de Licitação, designada por ato publicado no Boletim Interno nº 203, de 30 de outubro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar a seleção e o credenciamento de Organizações Civis de Saúde (OCS) e Profissionais de Serviços Autônomos (PSA)) para prestação de serviços de assistência Médico-Hospitalar, Pré-Hospitalar, Odontológica e de Reabilitação, ambulatorial, laboratorial e de imagem, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. O procedimento de credenciamento observará integralmente as disposições da seguinte legislação infraconstitucional:

1.2.1. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

1.2.2. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

1.2.3. Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986;

1.2.4. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;

1.2.5. Portaria Ministerial nº 796, de 28 de dezembro de 2011 (IG 10-48)

1.2.6. Portaria Ministerial nº 305, de 7 de junho de 1995 (IG 12-02);

1.2.7. Portaria nº 761, de 2 de dezembro de 2003;

1.2.8. Portaria nº 371, de 30 de maio de 2005 (IG 12-04)

1.2.9. Portaria nº 653, de 30 de agosto de 2005 (IG 30-32);

1.2.10. IN/MP/SLTI nº 02, de 11 de outubro de 2010

1.2.11. Portaria 878, de 28 de novembro de 2006 (IG 30-16);

1.2.12. Portaria nº 281-DQP, de 12 de dezembro de 2007 (IG 30-56);

1.2.13. Portaria 48, de 28 de fevereiro de 2008 (IG 30-38);

1.2.14. Portaria 117, de 19 de maio de 2008 (IG 30-57);

1.2.15. Portaria 422, de 19 de junho de 2008 (IG 30-18).

1.2.16. Portaria 727, de 08 de outubro de 2007;

1.2.17. Instrução Normativa 05, de 21 de junho de 1995, do MARE;

1.2.18. Portaria 2.048, de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde;

1.2.19. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas alterações;

1.2.20. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 27 de junho de 2014, e suas alterações

1.2.21. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018.

1.3. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os Anexos abaixo:

Anexo "A"	Minuta de Termo de Contrato Hospitais e Maternidades.
Anexo "B"	Minuta de Termo de Contrato de Clínicas Médicas Especializadas
Anexo "C"	Minuta de Contrato de Clínicas Odontológicas
Anexo "D"	Minuta de Contrato de Clínicas de Reabilitação
Anexo "E"	Minuta de Contrato de Laboratórios de Análises Clínicas e Citopatologia
Anexo "F"	Minuta de Contrato para Profissionais de Saúde Autônomos
Anexo "G"	Minuta de Contrato para Profissionais de Saúde Autônomos Cirurgião Dentista
Anexo "H"	(SUPRESSÃO)
Anexo "I"	(SUPRESSÃO)
Anexo "J"	(SUPRESSÃO)
Anexo "K"	Modelo de Carta Proposta para Organizações Civis de Saúde (OCS)
Anexo "L"	Modelo de Requerimento para Credenciamento de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA)
Anexo "M"	Declaração de cumprimento do item inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
Anexo "N"	Lista Referencial de Procedimentos Serviços de Saúde do FuSEx/SAMMED do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco-AC para contratos de credenciamento
Anexo "O"	(SUPRESSÃO)
Anexo "P"	Pacotes de prestação de serviço
Anexo "Q"	Termo de Conciliação Judicial – MPT e União
Anexo "R"	Áreas da prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, odontológica e de reabilitação
Anexo "S"	Procedimentos sujeitos a parecer de Comissão de Ética Médica e de serviço de auditoria médica de OMS e Procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos (ZM2) nem financiados (ZM1)

1.4. O presente Edital e seus anexos poderão ser examinados ou adquiridos, neste caso mediante o pagamento dos custos com a reprodução gráfica na Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, situada à Rua Colômbia, s/nº, Bosque – Rio Branco, Acre, CEP: 69900-679, de segunda-feira a sexta-feira nos horários de 08:00 h às 12:00 h.

1.5. A documentação mencionada no item acima também poderá ser consultada no endereço eletrônico http://www.cfronac4bis.eb.mil.br ou ser recebida pelo e-mail: chsalc@cfronac4bis.eb.mil.br, entrando em

contato pelo telefone: (68) 3216-2907.

2. DO OBJETO.

2.1. O objeto deste Edital é o credenciamento no Estado do Acre de Organizações Civis de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) interessados na prestação complementar de serviços de assistência Médico-Hospitalar, ambulatorial, atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, Pré-Hospitalar, Odontológica, de Reabilitação aos beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (SAMMED/FUSEX), aos usuários do Fator de Custo e aos servidores civis do Exército Brasileiro beneficiário da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército Brasileiro (PASS), e seus dependentes, Ex-Combatentes, e seus dependentes, conforme condições vigentes no Art. 25 da Lei 8.666/1993 e na Decisão nº 656/1995 – Plenário TCU.

2.2. A prestação de serviços de assistência Médico-Hospitalar, ambulatorial, atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, Pré-Hospitalar, Odontológica, de Reabilitação, abarcará os municípios de Rio Branco, Epitaciolândia, Brasiléia, Plácido de Castro e Assis Brasil, dentre as áreas descritas no Anexo R deste Edital.

2.3. É permitido ao CREDENCIADO subcontratar os seguintes serviços: unidades de terapia intensiva, serviços laboratoriais, serviços de apoio ao diagnóstico, serviço de atendimento de enfermagem;

2.3.1. O CREDENCIADO deverá indicar os eventuais subcontratados;

2.3.2. O subcontratado deverá comprovar os requisitos de habilitação, pertinentes à sua empresa, postos neste Edital;

2.3.3. A subcontratação não liberará o CREDENCIADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto transferido de forma partial;

2.3.4. O CREDENCIANTE, observado a aferição do subitem 2.3.2, deverá autorizar de forma prévia e expressa a subcontratação no caso concreto.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO.

3.1. O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial da União (DOU), em Jornal de Circulação no Estado do Acre e também, se houver, em Jornal de Circulação no Município ou Região em que serão prestados os serviços.

3.1.1 O presente Edital vigerá por prazo indeterminado.

3.1.2 Poderá haver credenciamento de interessados enquanto aberto o prazo de credenciamento, desde que atendidos os demais requisitos deste Edital.

3.2. Poderão habilitar-se, para credenciamento, pessoas físicas e/ou jurídicas de acordo com as necessidades listadas deste Edital e que apresentarem Carta Proposta e/ou Requerimento, com os valores especificados neste instrumento.

3.3. Não poderão participar deste credenciamento:

3.3.1. Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento;

3.3.1.1. Excepciona-se o disposto acima nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos que apresentem autorização específica dos sócios para credenciar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto;

3.3.1.2. A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade;

3.3.1.3. Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente;

3.3.2. Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.3.3. Pessoas jurídicas ou físicas impedidas de licitar e contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/2002 cumulado com o art. 28 do Decreto nº 5.450/2005) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com o Exército Brasileiro, (art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);

3.3.4. Pessoas jurídicas ou físicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.3.5. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72 § 8º, V da Lei nº 9.605/1998;

3.3.6. Pessoas jurídicas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.3.7. Pessoas jurídicas em dissolução ou em liquidação;

3.3.8. Pessoa física em processo de insolvência civil;

3.3.9. Pessoas jurídicas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou senadores (art. 54, II da Constituição);

3.3.10. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público nos termo do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.3.11. Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas no artigo 9º. da Lei nº 8.666/1993;

3.3.12. Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor integrante da comissão de licitação responsável por este Edital, da Seção de Auditoria de Contas Médicas, do Setor de Lisura e dos exercentes das funções de ordenador de despesas, gestor do SAMMED/FuSEx/PASS, bem como do Comandante desta 12ª Região Militar;

3.3.13. Sociedades que tenham em seu quadro societário quaisquer das pessoas indicadas nos subitens anteriores.

3.3.13.1. No caso do subitem anterior a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade.

3.4. O recebimento da documentação ocorrerá nos dias de expediente na Guarnição, no horário de 08:00 H até as 12:00 H de segunda-feira a sexta-feira, de forma permanente;

3.4.1. As Cartas Proposta e os Requerimentos para Credenciamento deverão ser entregues à Comissão Especial de Credenciamento, na Seção SAMMED/FUSEx do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco, situado à Rua Colômbia, s/nº, Bosque, Rio Branco – AC. CEP 69.900-679:

3.4.1.1. O envelope deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:

- POSTO MÉDICO DE GUARNIÇÃO DE RIO BRANCO
- SEÇÃO DO SAMMED / FUSEX
- PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO
- NOME DA PESSOA JURÍDICA OU PESSOA FÍSICA
- CNPJ OU CPF

3.5. Para se habilitar à contratação, a Organização Civil de Saúde interessada deverá apresentar "Carta

CMDC FNON ALRE 4º BIS FL. 24 SALC

Proposta", conforme modelo do anexo K, acompanhada dos documentos necessários, atendendo às seguintes exigências:

3.5.1. Ser datilografada ou impressa, em papel timbrado da pessoa jurídica ou que a identifiquem, sem emendas e sem rasuras e de maneira completa, expressa e inteligível;

3.5.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;

3.5.3. Constar dias e horários de atendimento;

3.5.4. Conter a relação de serviços = impressa e em meio eletrônico;

3.5.5. Conter relação do Corpo Clínico, impressa e em meio eletrônico, constando o(s) número(s) do(s) registro(s) do profissional no Conselho de classe regional respectivo e na especialidade;

3.5.6. Conter a relação de equipamentos técnicos = impressa e em meio eletrônico:

3.5.6.1. No caso específico do atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel, apresentar a relação de ambulâncias correspondentes aos tipos credenciados = impressa e em meio eletrônico;

3.5.7. Indicar o nome do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente para creditar os pagamentos; e

3.5.8. Ser datado e assinado pelo representante legal.

3.6 Para habilitar-se ao credenciamento, o Profissional de Saúde Autônomo (PSA) deverá apresentar "Requerimento para Credenciamento", conforme modelo do Anexo L, acompanhado dos documentos necessários, com atendimento das seguintes exigências e observações: profissional

3.6.1. Ser datilografado ou impresso, em papel timbrado que a identifique, sem emendas, rasuras e de maneira completa, expressa e inteligível;

3.6.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

3.6.3. Constar dias e horários de atendimento;

3.6.4. Conter a relação de serviços;

3.6.5. Conter a relação de equipamentos técnicos;

3.6.6. Indicar o nome do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente para creditar os pagamentos;

3.6.7. Ser datado e assinado por si ou por seu representante; e

3.6.8. O odontólogo somente poderá ser credenciado para 2 (duas) especialidades, nos termos do art. 7º, "c", da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966.

3.7. A "Carta Proposta" e o "Requerimento para Credenciamento" terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação.

3.7.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para credenciação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3.8 Cada OCS ou PSA apresentar-se-á com um ou mais representantes que, devidamente munidos de credenciais, será admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação, que responderá, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato de suas eventuais manifestações, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente:

3.8.1. Por credenciais entende-se:

3.8.1.1. Habilitação do representante mediante procuração outorgada com poderes expressos para a prática do ato, acompanhada de cópia atualizada do ato de investidura do outorgante, do qual constem poderes para a outorga respectiva;

3.8.1.2. Caso seja administrador de pessoa jurídica, apresentar o estatuto ou contrato social registrado, bem como as alterações averbadas, que comprovem os poderes necessários para o uso

da firma ou denominação social,

3.8.2. A não apresentação ou incorreção destes documentos não determinará a inabilitação, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma; e

3.8.3. A ausência ou inabilitação do representante para um ato não impede o suprimento da deficiência, que lhe deu causa, nos atos seguintes.

3.9. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI – deverá receber tratamento de OCS, dado sua natureza de pessoa jurídica.

4. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 A Comissão Especial de Licitação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 6º e 10 a 16 da Instrução Normativa SGES/MP nº 3, de 2018, respeitada, a documentação complementar prevista no item 4.6 desta Seção.

4.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

4.1.2. Os interessados cadastrados no SICAF deverão apresentar a documentação listada neste capítulo, quando ausente do cadastro.

4.2. Caso a Comissão não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o interessado será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

4.3 Os interessados que não estiverem cadastrados no SICAF deverão apresentar a seguinte documentação:

4.4 Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

4.4.1. Organização Civil de Saúde:

4.4.1.1 Cédula de identidade do(s) representante(s) legal(is);

4.4.1.2. Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

4.4.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrada, e no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;

4.4.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

4.4.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.4.1.6. Decreto de autorização no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, e

4.4.1.7 Em caso de cooperativas, conforme o item 10.5, letra 'g' do Anexo VII-A, da IN SLTM/PROG nº 05/2017:

4.4.1.7.1. Ata de Fundação;

4.4.1.7.2. Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;

4.4.1.7.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou ;

4.4.1.7.4. Editais de convocação da última assembleia geral extraordinária;

4.4.1.7.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão do Contrato em assembleias gerais

ou nas reuniões seccionais;

4.4.1.7.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação ; e

4.4.1.7.7. Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadula, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores, nos termos do art. 107 da Lei nº5.764, de 1971.

4.4.2. Profissional de Saúde Autônomo:

4.4.2.1. Carteira de Identidade; e

4.4.2.2. Certidão de quitação eleitoral nos termos do art. 7º, § 1º, III, c/c art. 146 do Código Eleitoral.

4.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

4.5.1. Organização Civil de Saúde:

4.5.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);

4.5.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1,751, de 02 de outubro de 2014);

4.5.1.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.5.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e,

4.5.1.5. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial.

4.5.1.6. Às Fazendas Estadual (Certidão de Débito Tributário – Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa) e Municipal (Certidão Negativa de Débito Tributário) ambas do domicílio ou sede do interessado. Caso o interessado seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto deste edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei,.

4.5.1.7. Em caso de cooperativas, conforme o item 10.5, letra "b", do Anexo VII da IN SLTI/MPOG nº 05/2017.

4.5.1.7.1 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRCI) de cada um dos cooperados relacionados.

4.5.2. Profissional de Saúde Autônomo:

4.5.2.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

4.5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

4.5.2.3. Prova de regularidade de inscrição e de recolhimento das contribuições do Contribuinte

FMDO FNDN AURÉ FL. 180 Nº 3119

Individual para com a Previdência Social, efetuada mediante a apresentação da Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI), fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

4.5.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal:

4.5.2.4.1. Caso o licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição ao CRF, declarar tal fato.

licibntc

4.5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante à justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.5.3. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

4.6. Qualificação técnica:

4.6.1. Organização Civil de Saúde:

4.6.1.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.6.1.2. Documentação do responsável técnico da OCS:

4.6.1.2.1 RG e CPF.

4.6.1.2.2 Certificado de especialidade.

4.6.1.2.3 Registro no Conselho de Classe.

4.6.1.3 Relação de membros do corpo clínico datada e assinada pelo responsável técnico contendo os seguintes dados

4.6.1.3.1 Nome completo;

4.6.1.3.2 Especialidade clínica;

4.6.1.3.3 Número no registro de classe,

4.6.1.4. Alvará de localização e funcionamento válido;

4.6.1.5. Alvará de autorização sanitária válido;

4.6.1.6. O credenciamento da OCS poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de localização de funcionamento e alvará de autorização sanitária:

4.6.1.6.1. Situação: alvará de localização de funcionamento e/ou o Alvará de autorização sanitária vencido(s):

4.6.1.6.1.1. Documento à ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do município 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.2. Situação: requerimento de renovação à destempo (para além dos 120 dias);

4.6.1.6.2.1. Documento a ser apresentando alvará de autorização sanitário válido ou requerimento à destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.3. Situação: funcionamento superveniente a instituição da empresa:

4.6.1.6.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado do comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial:

4.6.1.6.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.6.1.7 Em caso de cooperativas, conforme o item 10.5, letras "d" e "f" do Anexo VII-A, da IN SLTUMPGO nº 05/2017 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764/1971

4.6.1.7.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inserção e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI, do Art. 4º, inciso I, do art. 21. E

4.6.2. Profissional de Saúde Autônomo:

4.6.2.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.6.2.2. A comprovação da Especialidade será feita mediante a apresentação do título de especialidade registrado no respectivo Conselho Regional;

4.6.2.3. Alvará de localização e funcionamento válido expedido em seu nome no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecido já o tiver, quando este deverá ser apresentado.

4.6.2.4. Alvará de autorização sanitária válido expedido em seu nome no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado.

4.6.2.5. O credenciamento do PSA poderá observar as seguintes situações quanto ao Alvará de localização de funcionamento e Alvará de autorização sanitária:

4.6.2.5.1. Situação: Alvará de localização de funcionamento e Alvará de autorização sanitária vencido(s):

4.6.2.5.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.2.5.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias):

4.6.2.5.2.1. Documento a ser apresentando alvará de autorização sanitário válido.

4.6.2.5.3. Situação: funcionamento superveniente a instituição da empresa:

4.6.2.5.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.2.5.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial:

4.6.2.5.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.7. Os Profissionais de Saúde Autônomos serão credenciados nas respectivas especialidades comprovadas.

4.8. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – anexo M.

4.9. Verificação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

4.9.1. SICAF;

4.9.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

4.9.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm_requerido.php);

4.9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da OCS/PSA e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.8429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, direta ou indiretamente, por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

4.9.5. Constatada a existência da sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

4.9.6. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (http://portal2.tcu.gov.br);

4.10. Os interessados que preencherem os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o credenciamento.

4.11. O credenciante poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar a OCS ou PSA, por despacho fundamentado se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior a fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica ou regularidade fiscal daquela entidade ou prestador de serviço.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS.

5.1 Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos decorrentes deste Edital serão os seguintes:

5.1.1. **Para OCS:** Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037 = 0250270013 = 0100000000, Programa de Trabalho Resumido 089046 = 089047 = 088960 = 088962 = 088953, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno DSSACIVOCSA = DSSAFUSOCSA = DSSAFCTOCSA = DSSAECBOCSA = DSSACIVEMPO; e

5.1.2. **Para PSA:** Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037 = 0250270013 = 0100000000, Programa de Trabalho Resumido 089046 = 089047 = 088960 = 088962 = 088953, Natureza de Despesa 339036 e Plano Interno DSSACIVPRSA = DSSAFUSPRSA = DSSAFCTPRSA = DSSAECBPRSA = DSSACIVEMPO.

6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES.

6.1. O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas necessárias estabelecidas no art. 55 da Lei 8.666/1993.

6.2. Os habilitados serão convocados no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de apresentação das Cartas-Propostas ou dos requerimentos para Credenciamento, para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do art.64 da Lei 8.666/1993, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Pública Federal.

6.3. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

6.4. Os contratos poderão ser prorrogado por prazos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, limitando-se ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o previsto no Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

6.5. Os contratos poderão ser alterados, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/1993.

6.5.1. O termo aditivo poderá ultrapassar o limite previsto no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993, justificativa expressa da autoridade competente para o ato, observando-se os princípios da economicidade

e da eficiência.

6.6. Incumbirá à CREDENCIANTE providenciar a publicação da Inexigibilidade de Licitação, por extrato, no Diário Oficial da União (DOU), no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de ratificação, conforme previsto no art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

7. DO REGIME DE EXECUÇÃO.

7.1. As condições de execução dos serviços constam nos contratos, observadas as regras gerais abaixo registradas.

7.2. Os beneficiários do Fusex e seus dependentes diretos deverão ser encaminhados por Unidade de Atendimento (UAt), portando a Guia de Encaminhamento e serão identificados da seguinte forma:

7.2.1. Os beneficiários do FuSEx e seus dependentes deverão apresentar o cartão de beneficiário com a carteira de identidade;

7.2.2. Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração Provisória de Beneficiário do FuSEx, fornecida pela UV, acompanhada da carteira de identidade militar ou, caso não possua, outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

7.3. Os beneficiários, servidores civis do Exército Brasileiro e seus dependentes diretos, deverão ser encaminhados por UAt, portando a Guia de Encaminhamento e deverão apresentar o cartão de beneficiário com a carteira de identidade;

7.3.1. Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração Provisória de Beneficiário da PASS, fornecida pela UV, acompanhada da carteira de identidade ou outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique);

7.4. Os usuários do Fator de Custos deverão ser encaminhados por UAt, portando a Guia de Encaminhamento e deverão apresentar a identidade militar ou a carteira de identidade e;

7.4.1. Os dependentes diretos deverão apresentar, no ato do atendimento, carteira de identidade ou outro documento de identificação próprio (certidão de nascimento ou outro documento que o identifique) e a Declaração Provisória de Beneficiário do SAMMED, fornecida pela UV;

7.5. Nos casos de emergência ou de comprovada urgência, o atendimento será imediato, sem necessidade de apresentação de Guia de Encaminhamento, mediante a identificação do beneficiário socorrido, na forma expressa nos subitens 7.2, 7.3 e 7.4 do Edital. Entretanto, o referido beneficiário ou seu responsável deverá comunicar à CREDENCIANTE a internação e as causas da urgência/emergência, no prazo de 2 (dois) dias úteis. Caso ultrapasse os 2 (dois) dias úteis, os gastos contraídos pelo beneficiário serão inteiramente de responsabilidade deste e devem ser acertados diretamente com a CREDENCIADA sem nenhum ônus ao FUSEx/SAMMED/PASS.

7.5.1. O FuSEx/SAMMED/PASS não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e (ou) a emergência ou não tenham sido cumpridas as providências acima previstas;

7.5.2. O atendimento no caso de emergência ou comprovada urgência será coberto por guia de encaminhamento única, emitida impessoalmente ao Serviço de Pronto-Socorro, que abarque o atendimento que fora dispensado ao beneficiário, ainda que tal atendimento envolva equipe multidisciplinar.

7.6. No caso da prestação de serviços de reabilitação, as previsões dos itens 7.2, 7.3 e 7.4 serão tratadas especificamente nos itens 6, 7 e 8 do Anexo D deste Edital.

7.7. Qualquer material, equipamento, dieta e outro produto nutricional e medicamento utilizado por parte do CREDENCIADO no atendimento do paciente, inclusive sangue e seus derivados, será providenciado, cobertos

estes custos por conta do mesmo, com observância das regras postas neste Edital, em seus anexos e no contrato.

7.7.1. O justo valor do uso desses materiais e afins será incluído, mediante apresentação de nota fiscal, ao final do tratamento, na conta do paciente e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas do CREDENCIANTE.

7.7.2. O CREDENCIANTE poderá fornecer medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros que julgar necessários para a execução do contrato, respeitado o protocolo de tratamento do CREDENCIADO.

7.8. Nos contratos cujo objeto refere-se aos tratamentos de fonoaudiologia de fisioterapia devem-se respeitar as 08 (oito) sessões por área em um período de 30 (trinta) dias, bem como o número máximo de 200 (duzentas) sessões dentro de cada área, para total do tratamento, conforme estabelece o art. 38 da Portaria nº DGP-48/2008.

7.9 Nos contratos cuja especialidade seja psicoterapia, limitam-se à 2 (duas) sessões em um período de 30 (trinta) dias, podendo, em casos excepcionais, ser autorizada a realização de 4 (quatro) sessões no mesmo período, mediante justificativa formalizada do profissional prestador do serviço, desde que homologada por médico militar, bem como o número máximo de 200 (duzentas) sessões dentro de cada área, para total do tratamento, conforme estabelece o art. 38 da Portaria nº DGP-48/2008.

7.10. Nos contratos à que se referem os subitens 7.8 e 7.8, ficam fixados em 50 (cinquenta) minutos o tempo de duração de cada sessão, conforme estabelece o art. 38 da Portaria nº DGP-48/2008.

7.11. O CREDENCIADO é responsável pelos encargos trabalhista, fiscal, previdenciário e comercial resultantes da execução deste contrato.

7.12. Os procedimentos sujeitos a parecer de Comissão Ética Médica e de serviço de auditoria médica de OMS bem como os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos (ZM2) nem financiados (ZM1), foram enumerados no Anexo "S", deste edital.

7.13. O CREDENCIADO deverá considerar o prazo de 30 (trinta) dias para os casos de RETORNO DE CONSULTAS ambulatoriais.

7.14. A execução e controle dos serviços contratados serão avaliados pela CREDENCIANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados.

7.14.1 Nos casos de tratamentos prolongados, as contas deverão ser encerradas e apresentadas a cada 15 (quinze) dias. Nesses casos, deve ser emitida nova Guia de Encaminhamento, com as devidas comprovações para a necessidade de prorrogação de internações.

[redacted]

8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

8.1. Os serviços serão remunerados com base nos valores:

8.1.1 Para diárias, taxas, materiais, dietas, contrastes e pacotes de serviços serão adotados os valores constantes dos anexos, deste Edital.

8.1.1.1 A qualquer momento, desde que acordado pelas partes, poderão ser estabelecidos novos pacotes de prestação de serviços com a condição de que os valores individuais dos itens inclusos em cada pacote correspondem aos valores estabelecidos neste Edital e seus anexos.

8.1.1.1.1 Caso seja estabelecido um novo pacote, este deverá ser estendido aos demais

credenciados.

8.1.2 Para consultas médicas eletivas ou em pronto atendimento, será adotado o valor de – R$ 95, 00 (noventa e cinco reais)

8.1.2.1. Para consultas médicas eletivas ou em pronto atendimento das especialidades de Neurologista, Dermatologista, NeuroPediatra, CardioPediatra, Proctologista, Mastologista, Cirurgião Vascular, Angiologista, Endocrinologista, Pneumologista, Urologista e Psiquiatria será de R$ 120,00 (cento e vinte reais)

8.1.3 Para honorários de procedimentos médicos, classificados nos capítulos 1, 2 e 3 da tabela CBHPM, será adotada a tabela CBHPM, ano 2012, e o valor de UCO de R$ 13,57.

8.1.4 Para o serviço de apoio ao diagnóstico e tratamento (SADT), classificados no capítulo 4 da tabela CBHPM, será adotada a tabela CBHPM, ano 2012, e o valor de UCO de R$ 13,57.

8.1.5 Para serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento, em que seja necessário uso do filme radiológico, adotar-se-á a tabela do Colégio Brasileiro de Radiologia no valor de R$ 21,70 (vinte e um reais e setenta centavos).

8.1.6 Os serviços de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional e nutrição serão remunerados conforme a tabela constante do Anexo.

8.1.7 Quando o procedimento do atendimento não constar da Tabela CBHPM 2012, será utilizado o código da Tabela CBHPM do ano corrente e o valor a ser pago pelo mesmo será conforme descrito no item 8.1.

8.2. O CREDENCIADO poderá acolher, como preço, pacotes de prestação de serviços – anexo O, a este Edital – que conjuguem avaliação, prescrição e acompanhamento com acomodações (hotelaria), taxas hospitalares, gasometria, hemoglicoteste, equipamentos e outros serviços especiais para a efetivação do tratamento proposto.

8.3. Nos procedimentos oftalmológicos ambulatoriais/Hospital Dia não serão pagos os honorários médicos dobrados.

8.3.2 Os serviços das Clínicas de Reabilitação serão remunerados com base na autorização do Escalão Superior (DGP): a consulta de Fisioterapia será de R$ 31,20 (trinta e um reais e vinte centavos); a consulta/sessão de Fonoaudiologia será R$ 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos); a consulta/sessão de Psicologia será R$ R$ 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos); a consulta Nutrição será de R$ 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos). Os valores das sessões de Fisioterapia Convencional, Pilates, Hidroterapia e RPG serão respectivamente R$ 31,20 (trinta e um reais e vinte centavos), R$ 24, 96 (vinte e quatro reais e noventa e seis centavos), R$ 56,16 (cinquenta e seis reais e oitenta centavos), R$ 56,16 (cinquenta e seis reais e dezesseis centavos);

8.3.3. Profissionais de Saúde Autônomos (PSA):

8.3.3.1. Medicina:

8.3.3.1.1. Consulta – R$ 95,00 (noventa e cinco reais)

8.3.3.1.2 consulta - Neurologista, Dermatologista, NeuroPediatra, CardioPediatra, Proctologista, Mastologista, Cirurgião Vascular, Angiologista, Endocrinologista, Pneumologista, Urologista e Psiquiatria será de R$ 120,00 (cento e vinte reais)

8.3.4.1. Fonoaudiologia:

8.3.4.1.1. Atendimento no consultório – 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos);

8.3.4.1.2. Sessão de Fonoterapia – R$ 62,40 (Sessenta e dois reais e quarenta centavos).

8.3.4.2. Psicologia:

CMDC FHCN AGRE FL: 136 SIGS

8.3.4.2.1. Consulta Inicial – R$ 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos);

8.3.4.3.2. Sessão – R$ 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos).

8.3.4.3. Nutricio:

8.3.4.3.1. Consulta – R$ 57,00 (cinquenta e sete reais);

8.4 (SUPRESSÃO)

8.5. No caso específico da(s) Clínica(s) Odontológica(s) e Cirurgiões Dentistas serão adotados os valores referenciais para procedimentos odontológicos (VRPO edição de 2010 com redutor de 20%) Tabela de Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos (VRPO), elaborada pela Comissão Estadual de Convênio e Credenciamento do Distrito Federal (CECC-DF) edição de 2010, com banda redutora de 20% (vinte por cento) – anexo à este Edital

8.5.1. Não será autorizado a aplicação de duplo reajuste, ou seja, da Tabela de Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos (VRPO) e INPC-IBGE ao mesmo tempo.

8.5.2. Haverá redução de 20% (vinte por cento) nos valores pagos para os serviços odontológicos constantes na Tabela V.R.P.O e nas hipóteses de elemento odontológico a ser implantado e material para enxertia, tratamento ortodôntico para beneficiários do FUSEx acima de 16 anos, tratamento odontológico não reconhecido pelo Conselho Federal de Odontologia, procedimento e componente odontológico realizado em laboratórios ortodônticos ou de próteses odontológicas, exceto em OMS, não serão cobertos pelo FUSEx, (exemplos: prótese e aparelho ortodôntico), conforme subitens 5, 6, 7, 8 e 9 do item 3 do anexo "A" da Portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-18), não serão cobertos pelo FUSEx.

8.5.3. O beneficiário do FUSEx arcará com as despesas correspondentes à aquisição dos materiais odontológicos indispensáveis aos procedimentos citados no subitem anterior, diretamente dos prestadores de serviço, despesa essa que não poderá ser implantada no FUSEx, exceto nos casos sujeitos a parecer da Comissão de ética, conforme subitens 6, 7 do item 3 do anexo "A" da Portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-18).

8.5.4. Haverá redução de 20% nos valores dos aparelhos ortodônticos, item 6010 da Tabela de Procedimentos Odontológicos de Ortodontia, onde o valor por arcada será de R$ 456,76 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos).

8.5.5. O FUSEx não cobrirá o item 6020 da Tabela de Procedimentos Odontológicos de Ortodontia (aparelho ortodôntico fixo estético).

8.5.6. Quanto aos itens 4000 da Tabela de Procedimentos Odontológicos de Próteses, o FUSEx cobrirá somente os procedimentos de colocação de prótese (honorário do protesista). As despesas decorrentes da aquisição de materiais de prótese ou órtese serão cobradas diretamente aos beneficiários pelos prestadores de serviço, despesas essa que não poderá ser implantada no FUSEx.

8.6. Constam dos anexos contratuais, deste Edital, regras especiais de remuneração, conforme o serviço ou especialidade.

8.7. A Diária Hospitalar inclui assistência enfermagem, serviço de camareira, copeira, serviços gerais, alojamento e alimentação do paciente e do acompanhante, será paga conforme os valores constantes da Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do Posto Médico da Guarnição do Rio Branco para contratos de credenciamento – anexo M a este Edital.

8.8. A diária do CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA (CTI) será paga conforme os valores constantes da Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco para contratos de credenciamento – anexo M, deste Edital, incluindo a utilização de aparelhagens, equipe técnica e exames de monitorização:

8.8.1. Os serviços de médicos plantonistas serão remunerados de acordo com os valores estabelecidos

no item 8.1.1, utilizando-se os códigos constantes da Tabela CBHPM 2012, por paciente por 24 (vinte e quatro) horas;

8.1.2 No valor previsto no subitem acima se incluirá todo e qualquer serviço profissional, prestado por parte do plantonista, durante a permanência do paciente no CTI;

8.1.3 Excluir-se-á do valor da diária do CTI, os exames complementares, sangue e derivados, curativos especiais, gases, materiais, medicações, respirador de volume, máquina de hemodiálise, intercorrências cirúrgicas e honorários médicos.

8.2 Os valores e as condições de pagamento referentes às diárias das acomodações para internação a que têm direito os beneficiários do SAMMED/FUSEx e os Servidores Civis do Exército Brasileiro serão cobrados de acordo com a Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco para contratos de credenciamento – anexo M a este edital.

8.10 Quando se tratar de taxas, diárias, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), procedimentos radiológicos contrastados, dietas e outros produtos nutricionais e curativos especiais, serão observados os valores e as instruções constantes da Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do FUSEx do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco para contratos de credenciamento – anexo M a este edital

8.11 Na hipótese descrita no item 7.7 deste Edital, o justo valor será encontrado da seguinte forma:

8.11.1 Medicamentos: Os medicamentos que constam no guia Farmacêutico Brasíndice serão pagos pelo Preço Máximo ao Consumidor (PMC). Medicamentos de uso restrito ao ambiente hospitalar ou apresentados em embalagens próprias para hospitais e clínicas (embalagens hospitalares) e que não tenham (PMC) no Brasíndice serão pagos de acordo com Preço do Fabricante (PF), acrescidos de margem de operacionalização de 20% (vinte por cento) de taxa administrativa. O valor do ICMS para todos os itens será de acordo com o estabelecido pelo Estado do Acre.

8.11.1.1. Afasta-se a presente regra de preço caso, no momento de aferição das faturas (glosa), seja constatado valor superior ao praticado no mercado, por força do Acórdão nº 3.016/2012-Plenário/TCU.

8.11.1.1.1. Na hipótese do item anterior será adotada a regra de preço para "medicamentos de preço livre".

8.11.1.2. Os medicamentos serão pagos conforme prescrição médica, mas em caso de medicamento genérico existente no mercado será pago o de menor valor.

8.11.2.1 Quimioterápicos:

8.11.2.1.1 Os medicamentos quimioterápicos injetáveis serão aceitos os valores acordados até o limite do parâmetro constante no guia farmacêutico Brasíndice: Preço Máximo ao Consumidor (PMC) correspondente ao Estado do Acre). Medicamentos de uso restrito ao ambiente hospitalar ou apresentados em embalagens próprias para hospitais e clínicas (embalagens hospitalares) e que não tenham (PMC) no Brasíndice serão pagos de acordo com Preço do Fabricante (PF), acrescidos de margem de operacionalização de 20% (vinte por cento) de taxa administrativa. O valor do ICMS para todos os itens será de acordo com o estabelecido pelo Estado do Acre.

8.11.2.1.2 A cobrança de medicamentos quimioterápicos será realizada por miligramagem de acordo com o peso e o esquema quimioterápico proposto para o caso clínico, caso o tratamento não seja o esquema convencional deverá ser justificado por meio de relatório médico detalhado.

8.11.2.1 Para os medicamentos Quimioterápicos orais que constam no guia Farmacêutico Brasíndice serão pagos pelo Preço Máximo ao Consumidor (PMC). Medicamentos de uso restrito ao ambiente hospitalar ou apresentados em embalagens próprias para hospitais e clínicas (embalagens hospitalares) e que não tenham (PMC) no Brasíndice serão pagos de acordo com Preço do Fabricante (PF), acrescidos de margem de

operacionalização de 20% (vinte por cento) de taxa administrativa. O valor do ICMS para todos os itens será de acordo com o estabelecido pelo Estado do Acre.

8.11.2.1 A cobrança de medicamentos quimioterápicos será realizada por miligramagem de acordo com o peso e o esquema quimioterápico proposto para o caso clínico, caso o tratamento não seja o esquema convencional deverá ser justificado por meio de relatório médico detalhado.

8.11.2. Material descartável: valores constantes acordos negociados (PACOTES) sobre a tabela do fornecedor ou valores constantes da Tabela BRASÍNDICE e/ou SIMPRO atual;

8.11.3. Material radiológico: valores acordados sobre a Tabela do Colégio Brasileiro de Radiologia;

8.11.4. Gases medicinais: valores constantes da Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco – anexo a este Edital;

8.11.5. OPMEC (órteses, próteses, materiais especiais e cirúrgicos): **Em caso de necessidade de aquisição deverá ser apresentado ao Serviço de Auditoria do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco 03 (três) orçamentos de fornecedores do CREDENCIADO referenciados no BRASÍNDICE ou SIMPRO que após autorizados, serão pagos após apresentação da nota fiscal de aquisição do produto diretamente e exclusivamente pelo CREDENCIADO, com acréscimo de uma taxa de administração de 10% (dez por cento).**

8.12. Em medicamentos não constantes no guia farmacêutico Brasíndice (uso restrito ao ambiente hospitalar):

8.12.1. O CREDENCIADO comprovará o custo do mesmo, por meio da apresentação de nota fiscal, com data atualizada e preços praticados no mercado distribuidor;

8.12.2. O CREDENCIANTE realizará a aferição das faturas, especialmente quanto à adequação do custo ao preço de mercado, por meio de seu Serviço de Auditoria Médica, conforme o procedimento previsto no contrato.

8.13. Quando porventura o material não constar na tabela referenciada, bem como as órteses e próteses:

8.13.1. O CONTRATADO deverá apresentar 03 (três) orçamentos com os valores praticados no mercado distribuidor, acrescido de 10% (10 por cento), como margem de comercialização;

8.13.2. O CONTRATANTE realizará a aferição das faturas, especialmente quanto à adequação do custo ao preço de mercado, por meio de seu Serviço de Auditoria Médica, conforme o procedimento previsto no contrato;

8.14. Deverá constar na nota fiscal, averbação com referência ao nome do paciente, nome do profissional (médico, cirurgião-dentista, etc) responsável e a data da realização da consulta ou procedimento.

8.15. É vedado ao CREDENCIADO cobrar diretamente do beneficiário do FUSEx/SAMMED/PASS qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes das Tabelas acima pactuadas, salvo o direito do beneficiário do FUSEx/SAMMED/PASS de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes, quando internados em OCS;

8.15.1. Neste caso a diferença de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes à esta opção será paga, integralmente, pelo titular junto ao prestador;

8.15.2. Ao fazer esta opção, o beneficiário deverá assinar, em conjunto com o responsável pela OCS, o Termo de Ajuste Prévio – anexo aos termos de contratos – tanto referente à melhoria do padrão de acomodação quanto com o médico assistente ou odontólogo, que também assinará o termo.

8.16. O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do CREDENCIADO.

8.17. Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CREDENCIADO, na Conta-Corrente, Agência e Banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e lisura das faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

8.18: A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço prestado deverá ser emitida em nome do Comando de Fronteira Acre/46 Batalhão de Infantaria de Selva, portador do CNPJ Nº 09.655.599/0001-76, para recurso do Tesouro Nacional, e do CNPJ Nº 09.655.599/0002-57, para recurso do Fundo do Exército, da qual deverá constar o número da Nota de Empenho correspondente e os dados bancários do CREDENCIADO, para crédito em conta corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços prestados.

8.19 O CREDENCIANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo máximo, contado da data de protocolo das mesmas na Seção de Auditoria e Lisura de Contas Médicas do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco e após a aferição da respectiva fatura, de até 90 (noventa) dias.

8.19.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 24, da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

8.20. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vençimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX/100)/365

EM=I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.21: Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

8.22: Sobre o valor devido ao CREDENCIADO, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8.23: Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

8.24: O CREDENCIADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.25 O procedimento de aferição as faturas dar-se-á da seguinte forma:

8.25.1 Somente serão aceitas faturas com as guias originais;

8.25.2 As faturas serão auditadas e verificadas eventuais inconformidades e os valores, parcial ou totalmente glosados, serão informados à CREDENCIADA, no prazo de 30 (trinta) dias, com as razões das glosas efetuadas, discriminando o item e o valor destas, através do Relatório de Glosas;

8.25.2.1 A CREDENCIADA deverá notificar o recebimento do Relatório de Glosas, por meio do correio eletrônico, podendo ser enviado o relatório fisicamente, caso seja necessário;

8.25.2.2 O recurso de glosa poderá ser apresentado em até 30 (trinta) dias; após a autorização para emissão da Nota Fiscal;

8.25.2.3 A emissão da Nota Fiscal será autorizada por meio de correio eletrônico [redacted], deste edital

8.25.2.4 A CREDENCIANTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para julgar o recurso de

glosa apresentado pela CREDENCIADA.

8.25.3 Uma vez procedente o recurso da glosa, a CREDENCIANTE efetuará o pagamento. Caso contrário, a CREDENCIANTE informará o resultado à CREDENCIADA e arquivará a documentação.

8.26 Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CREDENCIADO.

8.27 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CREDENCIADO.

8.27.1 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CREDENCIADO será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

8.28 É vedado ao CREDENCIADO transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.29. O CREDENCIADO se obriga a apresentar à CREDENCIANTE, até os dias 5 (cinco) do mês subsequente ao mês de atendimento, na Seção de Auditoria de Contas Médicas do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, a fatura, em 02 (duas) vias de igual teor, em nome do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, Unidade Gestora do Fundo de Saúde do Exército, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Encaminhamento do SAMMED/FUSEx/PASS com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, relativos aos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da Guia de Encaminhamento, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, número de matrícula no cadastro de beneficiários do SAMMED/FUSEx (número de cartão SAMMED/FUSEx, composto pelo Código de Pessoal – PREC/CP – mais sequência familiar), se militar contribuinte do SAMMED/FUSEx, código das Tabelas acordadas nos credenciamentos, pacotes adotado, valor em R$ (reais) e relatório de conferência (espelho).

9. DO REAJUSTE.

9.1. Os valores praticados nos termo de credenciamento decorrente deste edital poderão ser reajustáveis mediante atualização, pontual ou total, via apostilamento do referencial de custos anexo a este edital, respeitando período mínimo de 12 meses de sua publicação, não incidindo efeitos financeiros retroativos. O reajuste deverá ser autorizado pelo escalão superior, Departamento Geral do Pessoal (DGP), mediante apresentação de estudos mercadológicos que refletem a realidade regional.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

10.1. O CREDENCIANTE obriga-se a:

10.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;

10.1.2. As fases do processamento das despesas médicas que deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do FUSEx/SAMMED/PASS, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme estabelece o art 80 da Portaria nº DGP-46/2008 e 18, § 2º, da Portaria nº DGP-111/2008 (IR 30-57).

10.1.3. Notificar o CREDENCIADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas, atrasos ou irregularidades constantes no serviço prestado;

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS

11.1. O CREDENCIADO obriga-se a:

11.1.1. Indicar formalmente à Administração os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste Edital;

COMOCA/SON ACR... FL: 4 BIS

11.1.2. Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitado às disposições da legislação trabalhista vigente;

11.1.3. Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao CREDENCIANTE;

11.1.4. Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;

11.1.5. Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração como inadequada para a prestação dos serviços;

11.1.6. Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

11.1.7. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

11.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do credenciamento, nos termos da legislação aplicável; e,

11.1.9. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação no presente Edital:

11.1.9.1. Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

11.1.9.2. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou à incapacidade da empresa de corrigir a situação.

12. DAS SANÇÕES.

12.1 Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CREDENCIADO estará sujeito às seguintes multas:

12.1.1 Multa moratória, prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/93, será calculada no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do serviço em mora, por dia de atraso até o limite de 30 (trinta) dias;

12.1.2 Multa de 1 % (um por cento) com acréscimo de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, sobre o valor do serviço em mora, nas hipóteses de atraso por período superior ao previsto no item acima, limitado em até 60 (sessenta) dias;

12.1.3 As multas acima não impedem que a Administração Pública Federal rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

12.2 O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o CREDENCIADO, na forma do disposto no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, às seguintes penalidades:

12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor correspondente ao(s) serviço(s), caracterizada a inexecução parcial.

12.2.3 Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da cobrança de multa moratória nos termos previstos nos itens 12.1.1 e

12.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente; Comando da Aeronáutica por prazo não superior a 2 (dois) anos; e,

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.3. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

12.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento; e

12.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

12.5. A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

12.6. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.4 e 12.2.5 poderão ser aplicadas juntamente com a dos subitens 12.2.2 e 12.2.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

12.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva.

13. DA RESCISÃO:

13.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

13.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

13.1.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados;

13.1.1.2. Interrupção dos trabalhos por parte do CREDENCIADO, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

13.1.1.3. Atraso injustificado no início dos serviços;

13.1.1.4. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CREDENCIADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Edital e no contrato;

13.1.1.5. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;

13.1.1.6. Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;

13.1.1.7. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CREDENCIADO;

13.1.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

13.1.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CREDENCIANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.1.10. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; e

13.1.1.11. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSEx/SAMMED/PASS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CREDENCIADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

13.1.3. Por rescisão judicial promovida por parte do CREDENCIADO, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

13.1.3.1. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao credenciado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e

13.1.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao credenciado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

13.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

13.3. O Comando da 12ª Região Militar, bem como o Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no Subitem 13.1.3.1.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos subitens 13.1.1.9, 13.1.1.10 e 13.1.1.11, sem que haja culpa do CREDENCIADO, será este ressarcido dos prejuízos comprovados, tendo direito a:

13.4.1. Devolução de garantia;

13.4.1. Pagamento devidos pela execução do contrato até a data de rescisão;

13.4.2. Pagamento do custo da desmobilização.

13.5. A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato;

13.5.1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

13.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 44
RUB

Administração.

13.6. É permitido à Administração, no caso de recuperação judicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de execução essenciais.

13.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CREDENCIANTE.

13.8 A rescisão não eximirá o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

14. DOS RECURSOS.

14.1. Dos atos da Administração referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/1993:

14.1.1. O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.

14.2. Os recursos deverão ser protocolados na Seção de Auditoria e Lisita de Contas Médicas do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco, situada à Rua Colômbia, s/nº, Bosque, Rio Branco – AC, CEP 69900-667.

15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES.

15.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital até 05 (cinco) dias úteis após a data da publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Oficial da União, Jornal de Circulação Regional do Estado do Acre ou Jornal de Circulação Local.

15.2. Os pedidos de impugnação deverão ser protocolados na Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva.

15.3. Caberá à Comissão Permanente de Licitação julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

15.4. Os pedidos de informações poderão ser encaminhados à Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva.

16. DA REVOGAÇÃO

16.1. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

16.1.1. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

17.1. A qualquer tempo o CREDENCIANTE, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações dos CREDENCIADOS para verificação das condições de atendimento, higiene, equipamentos e capacidade técnica operativa.

17.2. No caso de instituições hospitalares, o CREDENCIADO obriga-se a permitir a auditoria técnica no local, nos seguintes termos:

17.2.1. Identificação do usuário junto ao setor de admissão do CREDENCIADO onde estiver sendo assistido;

17.2.2. Análise do Prontuário Médico e demais registros clínicos;

17.2.3. Visita ao paciente com observação crítica do seu estado, correlacionando-o com o Prontuário Médico e com os demais registros clínicos;

17.2.4. Discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário para o

satisfatório desempenho das funções de auditoria;

17.2.5. Preenchimento do Relatório de Auditoria Hospitalar; e

17.2.6. Auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando Prontuário Médico e Relatório de Auditoria Hospitalar.

17.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.4. É facultada à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.6. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva.

17.7. Em caso de revogação do Edital, extinção, resolução ou rescisão do Contrato, havendo internação, o contrato continuará vigente até que: o paciente tenha alta médica; ou seja possível a transferência para outra OCS.

17.7.1 Havendo contrato com outra OCS, ligado a novo edital de credenciamento, que pratique o mesmo objeto, o paciente deverá ser transferido, desde que tecnicamente possível.

17.7.2 Se a OCS, na qual o paciente está internado, firmar novo contrato conectado a novo credenciamento, este passará regular a internação.

17.8. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 8.666/1993 e nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

17.9. O Presente credenciamento não será utilizado para a contratação de OCS e PSA para prestação de serviços dentro das instalações médicas da Guarnição, ou seja, a terceirização de médicos e ou profissionais de saúde para prestarem serviço em hospitais do Exército é expressamente vedada por lei, sendo considerado ofensa à regra do concurso público.

17.10. Os serviços não previamente discriminados no edital não podem ser acrescentados posteriormente no Termo de Credenciamento, bem como é vedada qualquer restrição temporal ao credenciamento.

17. DO FORO.

17.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal em Rio Branco-AC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

RIO BRANCO, AC, 17 DE DEZEMBRO DE 2018

WELLINGTON VALONE BARBOSA – Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS

CMDO FRON AC/4º BIS
Folha Nr.

ANEXO A – TERMO DE CONTRATO PARA HOSPITAIS E MATERNIDADES

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL/MINISTÉRIO DA DEFESA / EXÉRCITO BRASILEIRO/COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

CONTRATADO: [redacted].

OBJETO: [redacted].

NATUREZA: ostensiva.

[redacted]

VALOR ESTIMADO: [redacted].

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por preço unitário.

PROCESSO Nr: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CONTRATO Nº xxxxx; originado do PCS/INEx xxx/xx/2018 SAMMED/FUSEx do Edital XXX/2018-CEL/FuSEx

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Rua Colômbia S/Nº, bairro Bosque em Rio Branco-AC, CEP 69909-700, inscrita no CNPJ sob o nº 09.655.599/0001-76, representada neste ato pelo seu Ordenador de Despesas xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, expedida pelo xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Organização Civil de Saúde _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à Rua _____, Bairro _____, neste ato representado pelo Senhor xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Sócio Administrador, portador da cédula de identidade nº _____ expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Acre, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, nos termos da seguinte legislação infraconstitucional: constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

--,

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto.

1. A finalidade deste Contrato é garantir aos militares da ativa, da reserva ou reformados, ex-combatente, pensionistas e seus dependentes e Servidores Civis do Exército Brasileiro (ativos e inativos) e seus dependentes diretos e indiretos, nas condições especificadas neste instrumento e no Edital, por intermédio de Hospitais Geral, assistência Médico-Hospitalar, ambulatorial, atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias.

1.1. O objeto contratual abrange os seguintes procedimentos:

1.1.1. [Especificar os procedimentos cobertos por este contrato].

1.2. Compõem, também, o objeto as seguintes especialidades:

1.2.1. [Especificar as especialidades cobertas por este contrato], devidamente reconhecidas pelo respectivo órgão federal da profissão e regulamentada por lei

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital:

2. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, de _____de _____ de 2018, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do fundamento legal

3. A presente contratação fundamenta-se no Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993 = inexigibilidade de licitação.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.

4. As condições gerais de execução dos serviços constam do edital de credenciamento, observadas as regras especiais abaixo registradas.

5. Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.

6. A remoção do paciente será de responsabilidade do CONTRATADO, com uso utilização de ambulância, conforme valores cobrados na Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco para contratos de credenciamento = Conforme lista referencial, anexo.

7. Nos casos de atendimento nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia e nutrição o encaminhamento deverá ser efetuado, prioritariamente, por médico militar, depois de verificado o parecer do médico especialista e quando esgotados todos os recursos existentes na OMS.

8. O CONTRATADO, credenciado no seu Corpo Clínico, prestará assistência médico-hospitalar conforme a seguinte discriminação: cuidados rotineiros de enfermagem, material e seu conjunto em serviços cirúrgicos e em curativos, recursos complementares de diagnóstico e terapia, salas de cirurgia e instalações equipadas com material e instrumental necessários à execução de atos médicos, medicação, alojamento, serviço de lavanderia, demais serventias e alimentação, inclusive dietas especiais e outros produtos nutricionais quando prescritos por parte do médico assistente.

9. Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria Organização Civil de Saúde, entendendo-se como:

9.1. O membro do Corpo Clínico do CONTRATADO;
9.2. O que tenha vínculo de emprego com o CONTRATADO;
9.3. O autônomo que preste serviço ao CONTRATADO.

10. Equipara-se ao subitem 9.3, o profissional de saúde integrante de pessoa jurídica que exerça atividades na área de saúde, em caráter regular, nas instalações do CONTRATADO.

11. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes, assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

12. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos médico-legais, justificativas para exames, lista de pacientes internados e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.

13. A solicitação de exame ou procedimento coberto pelo FUSEX/SAMMED/PASS, decorrente de atendimento realizado em OCS ou por PSA, será, obrigatoriamente, precedida de análise por médico militar ou serviço de auditoria das UAt, que decidirá pela sua autorização ou negação.

14. É vedada à prescrição de exames em bloco ou daqueles que partam da iniciativa do próprio usuário, conforme estabelece o art 10 da Portaria nº DGP-48/2008.

15. Os beneficiários do FUSEX/SAMMED/PASS tem direito a cobertura ou financiamento de órteses e próteses não odontológicas, nos termos das Portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-38) e Portaria nº DGP-I 17/2008 (IR 30-57), indenizáveis de acordo com o Anexo A das respectivas portarias, após a indispensável indicação de médico especialista, devidamente justificada por meio di relatório e exames especializados, e aprovada por médico militar.

15.1. A cobertura acima indicada inclui órteses e próteses nacionais, registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incidentes e ligadas diretamente ao ato cirúrgico eletivo, submetido ao parecer da Comissão de Ética;

15.2. Ao beneficiário do FUSEX/SAMMED será permitido a utilização de órteses e próteses não

odontológicas por importação, quando não houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento e estará condicionada à autorização prévia do DGP, ouvida a Diretoria de Saúde (DSau), conforme art. 21 da portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-38).

16. Os tratamentos não cobertos pelo sistema FuSEx/SAMMED/PASS, conforme o Anexo "R" do edital, não se incluem na presente contratação.

16.1 Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, procedimento, material e afins.

17. No caso de óbito ocorrido com paciente internado, o CONTRATADO notificará, de imediato, a família do paciente e a Seção SAMMED/FUSEX do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, através do Tel Nr (68) 3223-5909 ou pelo e-mail chfusex@cfronac4bis.eb.mil.br, a quem caberá tomar as providências subsequentes.

18. Nos casos de internação, o CONTRATADO deverá solicitar autorização prévia da Seção de Auditoria do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, conforme o modelo do Anexo II deste contrato.

19. O abandono do tratamento realizado, pelo beneficiário, implicará no término da autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.

20. As faturas referentes às internações de longa permanência (com mais de quinze dias) deverão ser subtotalizadas e entregues dentro do mês de internação do paciente com a apresentação das despesas, pelo CONTRATADO.

20.1. O CONTRATADO deverá remeter semanalmente, a Seção SAMMED/FUSEX do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, às segundas-feiras, via correio eletrônico chfusex@cfronac4bis.eb.mil.br e confirmar o recebimento por meio de contato telefônico através do Tel nº (68) 32235909, a lista de pacientes internados.

21. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

22. O Serviço de Auditoria do Posto Médico de Guarnição Rio Branco possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como faturas médico hospitalares.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.

23. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o item 8 "DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO" constante do edital de credenciamento.

24. Registram-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato:

25. O CONTRATADO poderá acolher, como preço, pacotes de prestação de serviços - anexo a este Edital - que conjuguem avaliação, prescrição e acompanhamento com acomodações (hotelaria), taxas hospitalares, instrumental cirúrgico, gasometria, hemoglicoteste, equipamentos e outros serviços especiais para a efetivação do tratamento proposto.

25.1. **A qualquer momento, desde que acordado pelas partes, poderão ser estabelecidos novos pacotes de prestação de serviços ou os pacotes constantes no Anexo X do Edital poderão ser alterados para atender novas demandas de tecnologias na prestação de serviços, contanto os valores individuais dos itens inclusos em cada pacote tenham como limite máximo, os valores estabelecidos nas tabelas, índices e valores constantes no Edital e seus anexos. Os novos pacotes deverão ser pactuados diretamente com a UG - FuSEx do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco.**

26. Deverá constar na nota fiscal, referente a medicamentos de preço livre ou materiais não constantes de tabela referenciada, averbação com referência ao nome do paciente, nome do médico responsável e a data.

27. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tiver sido encaminhando por parte da UAt da Guarnição de Rio Branco, acompanhado da Guia de Encaminhamento, com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

27.1 No caso de comprovada urgência e/ou emergência o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento.

28. Procedimentos não especificados na(s) Guia(s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

29. Após a alta da mãe, as despesas referentes ao atendimento neonatal a filho(a) de beneficiária dependente (exceto cônjuge) ou de pensionista (exceto o previsto no § 1º do art. 7º das IG 30-32) contribuinte do FuSEx/SAMMED serão implantadas em 100% do seu valor, no código ZM1, desde que vinculadas ao evento do nascimento ou sejam referentes a procedimentos de urgência ou emergência, até a alta do recém-nascido,



conforme estabelece o art. 12 da Portaria nº DGP-482/2008, bem como seu Anexo A.

30. O atendimento neonatal a filho de beneficiária dependente (exceto cônjuge) ou de pensionista (exceto quando se tratar de filho natural do SC falecido) contribuinte da PASS será coberto pela PASS enquanto durar a internação vinculada ao evento do nascimento, conforme o art. 23 da Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57).

30.1 Após a alta da beneficiária dependente ou da pensionista contribuinte, as despesas referentes ao filho recém-nascido que permanecer hospitalizado serão implantadas em 100% (cem por cento) de seu valor.

31. As diárias de acompanhantes, para pacientes menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 60 (sessenta) anos de idade, serão cobertas por parte do FuSEx/SAMMED/PASS, implantadas no código ZM21 para o FuSEx/SAMMED e descontadas do beneficiário titular em 20% (vinte por cento) para o PASS, conforme estabelecem o art. 64 da Portaria nº DGP-482/2008 e art. 68 da Portaria nº DGP-117, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57).

32. Diária Hospitalar será contada do dia imediato da internação, excluído o dia da alta hospitalar, se a mesma ocorrer até às 12 horas.

32.1 Os acompanhantes para pacientes maiores de 18 (dezoito) anos e menores de 60 (sessenta) anos de idade não terão as diárias cobertas pelo FuSEx/SAMMED/PASS;

32.3 Os casos excepcionais, fora da faixa etária permitida, só serão cobertos por parte do FuSEx/SAMMED quando autorizados pela RM, após comprovação do médico perito da UG FuSEx da necessidade de acompanhante para o paciente; e,

32.4 Os casos excepcionais, fora da faixa etária permitida, só serão cobertos por parte do PASS quando autorizados pela DAP mediante solicitação da RM, após comprovação do médico perito da UG PASS da necessidade de acompanhante para o paciente.

33. O CONTRATADO se obriga a apresentar à CONTRATANTE, até os dias 5 (cinco) do mês subsequente ao mês do atendimento, na Seção de Lisura de Contas Médicas do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, a fatura, em 02 (duas) vias de igual teor, em nome do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, Unidade Gestora do Fundo de Saúde do Exército, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Encaminhamento do SAMMED/FUSEx/PASS com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, a relação de materiais e medicamentos gastos, em sala de cirurgia ou fora dela, relativos aos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da Guia de Encaminhamento, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, número de matrícula no cadastro de beneficiários do SAMMED/FUSEx (número de cartão SAMMED/FUSEx, composto pelo Código de Pessoal = PREC/CP = mais sequência familiar), se militar contribuinte do SAMMED/FUSEx, código das Tabelas acordadas nos credenciamentos, pacote adotado, valor em R$ (reais) e relatório de conferência (espelho) e uma ficha de controle de procedimentos.

33.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução;

33.2. O CONTRATADO deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do SAMMED/FUSEx, de Servidores Civis, de usuários de Fator de Custos e dos pacientes que evoluíram ao óbito;

33.3. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, organizados por despesas com consultas, exames, setor de ambulatório, internações e emergência/urgência;

33.4. O CONTRATANTE restituirá a documentação citada acima, se a mesma apresentar rasuras, incorreções ou outros vícios de forma em até 15 (quinze) dias do respectivo protocolo;

33.5. Aceita a documentação, dentro do prazo acima fixado, a mesma será recebida por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes.

34. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o Edital.

34.1.O Setor de Auditoria de Contas Médicas do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco possuirá o prazo de 30 (trinta) dias após a data do protocolo das faturas no setor para apresentar relatório de glosa.

34.2 O CONTRATADO poderá interpor representação, nos termos do art. 109, II, da Lei nº 8.666/1993, contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, conforme Lista Referencial de Glosa do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, Anexo M do Edital, dentro do prazo de 30 (trinta) dias:

34.2.1 Caso o Setor de Lisura reconsidere sua decisão, o procedimento de pagamento prosseguirá seu curso;

34.2.2 Caso o Setor de Lisura não reconsidere sua decisão, a representação deverá ser encaminhada, como recurso, ao Chefe da Seção Administrativa do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, observado o procedimento posto nos Art. 56 à 65 da Lei nº 9.784/1999.

CLÁUSULA SEXTA – Do reajuste.

35. Os valores praticados nos termo de credenciamento decorrente deste edital poderão ser reajustáveis

mediante atualização, pontual ou total, via apostilamento do referencial de custos anexo a este edital, respeitando período mínimo de 12 meses de sua publicação, não incidindo efeitos financeiros retroativos. O reajuste deverá ser autorizado pelo escalão superior, Departamento Geral do Pessoal (DGP), mediante apresentação de estudos mercadológicos que reflitam a realidade regional.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência.

36. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por prazo igual e sucessivos de 12 (doze) meses, limitando-se ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o previsto no Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

37. O CONTRATADO dará início aos serviços na data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária.

38. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato constam do Orçamento Geral da União, Para OCS: Orçamento Geral da União, Recursos de Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270017 – 0250270013 – 0100000000, Programa de Trabalho Resumido 089046 – 089047 – 088960 – 088962 – 088953, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno DSSACIWOCSA – DSSAFUSOCSA – DSSAFCTOCSA – DSSAECBOCSA – DSSACIVEMPO.

38.1 A despesa foi empenhada à conta do crédito acima consignado, por meio da Nota de Empenho [redacted]

CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil.

39. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

40. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

41. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções.

42. As sanções aplicáveis restam previstas no item 12 – "DAS SANÇÕES" - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.

43. As sanções aplicáveis restam previstas no item 12 – "DAS SANÇÕES" - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante.

44. As obrigações constam do item 10 – "OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE" - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.

45. As obrigações constam do item 11 – "OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS" - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das acomodações para internação.

46. Os padrões de acomodações hospitalares para os beneficiários do SAMMED/FUSEx e seus dependentes serão, de acordo com a disponibilidade, os seguintes:

46.1. Para oficiais e seus dependentes:

46.1.1. Quartos privativos; e

46.1.2. Quartos semiprivativos;

46.2. Para subtenentes e sargentos e seus dependentes:

46.2.1. Quartos privativos; e

46.2.2. Quartos semiprivativos.

46.2.3. Enfermaria de até seis leitos

46.3. Para cabos, taifeiros e soldados:

46.3.1. Enfermarias de até três leitos; e

46.3.2. Enfermarias gerais.

46.4. Os dependentes de cabos, soldados e taifeiros terão direito a

46.4.1. Quartos semiprivativos; e

46.4.2. Enfermaria de até seis leitos.

46.5. O padrão das acomodações para hospitalização a que os beneficiários da PASS fazem jus é definido pela correlação estabelecida na Portaria nº 396, de 16 de junho de 2008.

47. No caso de indisponibilidade de acomodação compatível com os padrões a que tem direito o beneficiário do FUSEx/SAMMED/PASS, a OCS obrigar-se-á a instalá-lo em uma acomodação de padrão superior, sem ônus para o beneficiário ou para o FUSEx/SAMMED/PASS.

48. É reservado aos beneficiários do FUSEx/SAMMED/PASS o direito de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes. Neste caso, as diferenças de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção serão pagas integral e diretamente pelo beneficiário ao CONTRATADO:

48.1. No caso de haver a opção pela melhoria do padrão de acomodação hospitalar, deverá ser assinado, entre o beneficiário, ou servidor civil, e o CONTRATADO, um Termo de Ajuste Prévio, conforme Anexo I deste contrato;

48.2. A opção feita pelo beneficiário, ou servidor civil, da melhoria do padrão de acomodação, por meio do Termo de Ajuste Prévio, deverá constar da fatura apresentada pelo CONTRATADO;

48.3. O cálculo da diferença de valor do padrão de acomodação hospitalar, livremente escolhida pelo beneficiário ou seu responsável, ou pelo servidor civil, terá como base os valores constantes da Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco para contratos de credenciamento, anexa ao edital, previamente ajustados neste credenciamento, considerada a dedução do valor da diária coberta pelo CONTRATANTE;

48.4. A complementação de honorários profissionais do médico assistente será cobrada diretamente do beneficiário, ou do Servidor Civil, pelo CONTRATADO, conforme os valores da Tabela CBHPM Edição 2012.

49. Será também reconhecido como modalidade de acomodação para as internações dos pacientes o serviço de "Hospital-Dia", sendo coberto para todos os beneficiários deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da proibição de remuneração a militares.

50. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da subcontratação.

51. É permitida a entidade credenciada subcontratar parte dos serviços objeto deste Contrato, conforme previsto no item 2.3 do Edital;

52. O subcontratado deverá preencher os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, postos no Edital.

53. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto subcontratado.

53.1. O subcontratado deverá preencher os requisitos de habilitação, pertinentes à sua empresa, postos neste Edital;

53.2. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto subcontratado;

53.3. O CONTRATANTE, observado o disposto no subitem 51.1, deverá autorizar de forma prévia e expressa a subcontratação no caso concreto; e

53.4. O CONTRATADO deverá indicar os eventuais subcontratados no momento de assinatura do contrato principal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do valor do contrato.

54. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato, abrangendo sua vigência mais as prorrogações máximas caso permitido, terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos 12 (doze) meses pelo Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, para Organizações Civis de Saúde:

54.1. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da

CMDO FRON ACRE 4º BIS Fl. 162 E.M.C

despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;

54.2. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período, em consonância com o regime de empreitada por preço unitário;

54.3. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei nº 8666/1993, observado que inexistirá expectativa de direito quanto o valor estimado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do foro.

55. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do município de Rio Branco/AC (Justiça Federal), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

56. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Rio Branco/AC, [redacted] de [redacted] de 20[redacted]

Pela **CONTRATANTE**:

[redacted] - Coronel
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron-AC/4º BIS

Pela **CONTRATADO**:

[redacted]
Sócio Administrador

Pelas **TESTEMUNHAS**:

[redacted] - 1º Sargento
CPF [redacted]
Idt [redacted]

[redacted] - 3º Sgt
CPF [redacted]
Idt [redacted]

(Minutade termo de contrato para hospitais e maternidades .....FL--J Folha Nº

ANEXO I AO TERMO DE CONTRATO PARA HOSPITAIS GERAIS E MATERNIDADES

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

TERMO DE AJUSTE PRÉVIO

Nome do Hospital: _____
Av/Rua: _____ Nr: _____
Cidade: _____ UF: _____
Nome do beneficiário: _____
Nome do responsável: _____
Nome do médico assistente: _____
CRM: _____ CPF: _____

O beneficiário ou seu dependente, o hospital e o médico assistente, acima referidos, ajustam entre si as seguintes condições:

1. Sobre-preço das instalações hospitalares especiais, livremente escolhidas pelo beneficiário ou seu responsável, limitado à tabela de preços para a clientela particular, considerada a dedução do valor da diária paga pelo PMGuRBo/UG-FUSEx ao Hospital:

R$_____;

2. Complementação de honorários profissionais do médico assistente, conforme constará do credenciamento (ou convênio) firmado, e de até 100% (cem por cento) dos valores constantes da tabela da AMB, adotada pela Previdência Social:

R$ _____
Local e data _____
Assinatura do beneficiário _____
Assinatura do médico assistente _____ CRM _____

3. As despesas acima serão de responsabilidade integral do beneficiário signatário.

Rio Branco-AC, ___ de ___ de 20__.

_____
Assinatura do beneficiário

_____
Responsável pela OCS

-CRM
_____
Assinatura e CRM do médico assistente

_____
Chefe do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco

Observações:

a) Para cada médico ou odontólogo, que assistir ao paciente, deverá ser firmado um Termo de Ajuste Prévio;
b) O PMGuRBo/UG-FUSEx não se responsabilizará pelos valores que excederem aos previstos nos credenciamentos ou convênios estabelecidos;
c) Este ajuste não autoriza a cobrança de taxas não previstas em Termo de Credenciamento assinado entre a OCS e o Exército Brasileiro, de quaisquer naturezas; e
d) O presente documento deverá ser emitido em quatro vias, com a seguinte destinação: 1ª via - beneficiário ou responsável; 2ª via – PMGuRBo/UG-FUSEx; 3ª via - hospital; 4ª via - médico assistente.

(Minuta de termo de contrato para hospitais e maternidades .....FF|__J) Folha Nº

ANEXO U AO TERMO DE CONTRATO PARA HOSPITAIS GERAIS E MATERNIDADES

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

PEDIDO DE INTERNAÇÃO

Solicito ao Fundo de Saúde do Exército (FUSEx) autorização para tratamento do (a) paciente: _____

Nr do PREC CP ou matrícula do SIAPE _____, no (a) ( ) Hospital ou ( ) Clínica:
Nome da Instituição _____.
Com Diagnóstico de: _____
CID: _____
Cujos principais sinais e sintomas são:
_____
_____

Justificativa para internação:
_____
_____

Caráter da internação: ( ) Eletiva ( ) Urgência/Emergência

Tipo de tratamento: ( ) Clínico ( ) Cirúrgico

Descrição dos Procedimentos (tratamento)	Quantidade	Código CBHPM

Data da internação: / /
Data da cirurgia: _____ (se o tratamento for cirúrgico)
Previsão do tempo de hospitalização: _____
Materiais especiais?
( ) Não
( ) Sim, descrição:
_____
_____

Rio Branco-AC, [redacted] de [redacted] de 20[redacted].

_____
(assinatura e carimbo do médico)

OGFN/ACRE 4º BIS 155 SALG

ANEXO III AO TERMO DE CONTRATO PARA HOSPITAIS GERAIS E MATERNIDADES LISTA - ÍNDICE DE GLOSA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

TABELA DE GLOSA DO FuSEx

1	Atendimento não caracterizando urgência	41	Material incluso no procedimento
2	Acomodação acima da autorizada	42	Material não coberto (ver relação anexa)
3	Atendimento por médico militar	43	Material não justificado para o caso
4	Cobrança de mais de30% em dia e hora normais	44	Material não utilizado
5	Cobrança de 30 % não caracterizado urgência ou emergência	45	Material reutilizável = pagamento parcial
6	Consulta inclusa no procedimento cirúrgico	46	Medicação não considerada de urgência
7	Curativo incluso no procedimento cirúrgico	47	Medicação em desacordo com a prescrição
8	Data de atendimento fora da sequencia na planilha	48	Medicação em excesso
9	Data de atendimento fora de competência	49	Medicação não justificada para o caso
10	Diagnóstico ilegível	50	Medicação não prescrita
11	Diárias em excesso	51	Medicação não utilizada
12	Diárias fora da tabela acordada	52	Medicamento acima do preço de mercado
13	Documento sem assinatura/ carimbo do médico assistente	53	Medicamento não coberto
14	EPI de responsabilidade do prestador	54	Medicamento suspenso
15	Especialidade não autorizada	55	Paciente não é beneficiário FuSEx/PASS
16	Evento incluso no pacote acordado	56	Prescrição médica em rasura ou ilegível
17	Evento que não comporta cobrança	57	Prestador descredenciado
18	Exame não prevê cobrança contrastê	58	Procedimento/exames em excesso
19	Exame sem laudo	59	Procedimento/exame incompatível com o diagnóstico
20	Exames/procedimentos não requisitados	60	Procedimento/exame em duplicidade
21	Falta de discriminação dos serviços executados	61	Procedimento/exame não coberto
22	Falta do registro de evolução médica e/ou de enfermagem	62	Procedimento/exame não realizado
23	Fatura sem separar (FuSEx = PASS = Fator de Custo)	63	Prontuário/ficha/boletim ilegível
24	Filme - cobrança em desacordo com CBR	64	Prontuário/ficha/boletim rasurados
25	Guia/Ofício de encaminhamento ilegível	65	Retorno de consulta
26	Guia/Ofício de encaminhamento sem assinatura do paciente ou responsável	66	SADT/exames fora da tabela acordada

27	Guia autorizada para outro prestador	67	Sem autorização para procedimento ou exame
28	Guia de encaminhamento fora da validade	68	Sem diagnóstico
29	Guia não autorizada pelo FuSEx	69	Sem guia/ofício de encaminhamento
30	Guia autorizada para outro beneficiário	70	Solicitação médica com data rasurada
31	Guia autorizada para outro procedimento	71	Solicitação com data posterior ao exame
32	Guia sem carimbo de autorização	72	Solicitação médica com data vencida
33	Guia/Ofício de encaminhamento carbonados ou fotocopiados	73	Solicitação médica sem data
34	Honorários médicos fora da tabela ou em excesso	74	Soma errada - cálculo
35	Justificar cobrança	75	Taxas fora da tabela acordada
36	Material ou medicamento adquirido por familiar à seu critério	76	Taxas indevidas ou em excesso
37	Material acima do preço de mercado	77	Visita hospitalar em duplicidade
38	Material de alto custo sem nota fical	78	Visitas inclusas no procedimento cirúrgico
39	Material em excesso	79	Visita de especialista sem autorização prévia
40	Material fixo	80	Outros

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

FL. 152

DECLARAÇÃO DE EDITAL ANALISADO

Declaro que o edital de credenciamento nº 01/2018 – contratação de OCS/PSA foi analisado e retificado conforme orientações emanadas pelo parecer jurídico nº 244/2018/AGU/AGU, de 06 novembro de 2018, expedido pelo Senhor Leonardo Toscano de Brito, Consultora Jurídica da União e pelo Senhor Felipe de Andrade Sá, Advogado da União.

Rio Branco, AC, 13 de março de 2022.

DANIEL RODRIGUES BERNARDES – 1º Ten
Chefe da SALC do Cmdo Fron AC/4º BIS

FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE

PARECER nº : 244/2018/FAS/CJU-AC/CGU/AGU
PROCESSO nº : 80536.011766/2018-48
ÓRGÃO ASSESSORADO : 4º Batalhão de Infantaria e Selva - 4º BIS
ASSUNTO : Credenciamento de Profissional de Saúde Autônomo - PSA e Organização Civil de Saúde - OCS

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIGIBILIDADE. CREDENCIAMENTO.
I. Art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.
II. Credenciamento. Organização Civil de Saúde (OCS) e Profissional de Saúde Autônomo (PSA).
III. Análise do feito. Aprovação condicionada ao cumprimento de recomendações.

RELATÓRIO

1. Submete-se a esta Consultoria Jurídica, para prévio exame e parecer, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, de 21 de julho de 1993, o processo administrativo em epígrafe, encaminhado pelo 4º Batalhão de Infantaria de Selva, tendo por objeto Edital de Credenciamento de Organização Civil de Saúde (OCS) e Profissional de Saúde Autônomo (PSA) **para prestação de serviços assistência médico-hospitalar, ambulatorial, laboratorial, de imagem, de reabilitação e serviços odontológicos.**

2. Os presentes autos contêm 180 folhas autuadas e digitalizadas no Sistema Sapiens.

3. O referido processo foi encaminhado à esta Consultoria Jurídica através do ofício nº 03 - SALC/CFRON/AC - 4ºBIS (fl. 180).

4. É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO.

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas dos editais e seus anexos.

6. A função desta Unidade consultiva é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade

assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Importante salientar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

8. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

9. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do feito.

10. Finalmente, é dever desta CJU/AC assinalar que as recomendações e observações constantes deste parecer são em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

11. No que pertine especificamente à licitação, bem como aos contratos/convênios e outros ajustes, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 2/2009, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, contendo, na medida do possível, no máximo, 200 folhas, em conformidade com o que estabelece o art. 35 da Portaria Normativa nº 1243/2006, do Ministério da Defesa, o qual dispõe sobre os procedimentos gerais referentes à gestão de processos no que tange aos órgãos militares.

12. Os autos do processo encontram-se devidamente formalizados. Portanto, regular neste aspecto.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E CONGÊNERES. CONSIDERAÇÕES E REGIME JURÍDICO DO FUSEX.

13. A Lei nº 6.880/1980 – Estatuto dos Militares –, em seu art. 50, inciso IV[1], alínea "e", assegura, aos militares, assistência médico-hospitalar, extensiva aos dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos.

14. De acordo com a Portaria nº 878[2], de 28 de novembro de 2006, do Comando do Exército, em seus artigos 35 e 36, foi estabelecida a realização de convênios ou contrôtos com entidades públicas e/ou privadas visando complementar ou ampliar os serviços já existentes nas Organizações Militares de Saúde, para prestação de assistência médico-hospitalar:

> *Art. 35. O Exército, visando complementar ou ampliar os serviços já existentes nas OMS, para prestação de assistência médico-hospitalar, poderá celebrar convênios ou contratos com entidades públicas e privadas, OCS e PSA, sob a forma de prestação de serviços, especialmente, para:*
>
> *I - prestar assistência médico-hospitalar aos seus beneficiários nas localidades onde não existam OMS do Exército;*
>
> *II - complementar os serviços especializados de suas OMS; e*
>
> *III - outros fins, a critério do Comandante do Exército.*
>
> *Parágrafo único. Excepcionalmente as OMS, mediante convênios ou contratos, poderão prestar assistência médico-hospitalar ao público estranho ao Exército, quando inexistir organização civil congênere na localidade, desde que não prejudique a assistência prestada aos beneficiários do SAMMED.*
>
> *Art. 36. Os convênios e os contratos deverão obedecer às prescrições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, além do disposto nas normas instruções gerais e reguladoras emanadas pelo Exército.*

15. E é sobre isso que se trata o presente processo: a prestação de assistência médico-hospitalar, ambulatorial, laboratorial, de imagem, de reabilitação e serviços odontológicos aos seus beneficiários por entidades públicas, pessoas de direito privado ou particulares.

16. Cumpre observar, entretanto, que o art. 50 da lei nº 6.880/80 refere-se especificamente a "*assistência médica-hospitalar*", o que poderia fazer parecer que os serviços de fonoaudiologia, odontologia, terapia ocupacional e psicológica não estariam abrangidos no rol de direitos relativos à saúde dos militares.

17. Por esta razão, buscando estancar qualquer dúvida sobre o assunto, o art. 11, da Portaria nº 653, de 30 de agosto de 2005, do Comandante do Exército (IG 30-32), dispõem que os atendimentos nas áreas de **odontologia, psicologia, psicomotricidade, fonoaudiologia, equoterapia, psicopedagogia, terapia ocupacional, terapias especiais, fisiologia, fisioterapia e nutrição, estão incluídos na assistência médico-hospitalar.**

---

[1] Art. 50. São direitos dos militares: (...) IV - nas condições ou nas limitações impostas na legislação e regulamentação específicas: (...) e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem como o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários;(...).

[2] Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército, Pensionistas Militares e seus Dependentes – SAMMED (IG 30-16) e dá outras providências.

FACULDADE - ABEU
Fls. 164

Art. 11. São benefícios concedidos aos beneficiários do FUSEX:
§ 1º Os atendimentos nas áreas de odontologia, psicologia, psicomotricidade, fonoaudiologia, equoterapia, psicopedagogia, terapia ocupacional, terapias especiais, fisioterapia, fisioterapia e nutrição, estão incluídos na assistência médico-hospitalar.

18. **Com isso, havendo expressa previsão normativa sobre a inclusão de tais serviços como direito dos militares do FUSEX, julgamos como regular o presente procedimento, quanto a este ponto.**

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

19. Preliminarmente, conforme bem obtempera o Parecer nº 3396/2013/CEG/CJU-RJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica da União do Rio de Janeiro, não é da atribuição das CJU's analisar a documentação de habilitação, salvo se o órgão assessorado formular algum questionamento de cunho jurídico referente à documentação apresentada.

20. **Por esta razão, alertamos que cabe ao órgão consulente verificar a regularidade dos documentos apresentados pela OCS/PSA em cotejo com o rol de documentos exigidos no edital de credenciamento.**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

21. O presente processo encontra amparo na Lei nº 8.666/93, art. 25, *caput*, que assim dispõe:

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...)*

22. De sorte que, no tocante à possibilidade de se contratar serviços especializados de assistência à saúde por meio de credenciamento de entidades e profissionais da área, o Tribunal de Contas da União, conforme Decisão nº 656/1995, já se manifestou no sentido de que o credenciamento, ainda que não previsto expressamente na Lei de Licitações, atende a diversos princípios norteadores da licitação, tais como o da legalidade (art. 25 da Lei de Licitações), impessoalidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo. Com efeito, sobre o tema, destacamos parte do voto condutor aprovado pelo Plenário do TCU na Decisão nº 656/1995 (extraído do site www.tcu.gov.br):

> *Especificamente sobre a questão da inexigibilidade de licitação, conclui-se com base nos pronunciamentos doutrinários a respeito desse tema, que o credenciamento de serviços de assistência médico-hospitalar pode ser incluído entre os que atendem às condições legais ensejadoras da exceção à regra de observância, prévia procedimento licitatório, considerando-se, ainda, as particularidades de que se reveste o procedimento, como a contratação imediata de todos os prestadores de serviço médico, pessoas físicas ou jurídicas, que preencham as condições exigidas; a fixação de forma antecipada, do preço dos serviços; e a escolha, pelos próprios beneficiários, entre os credenciados, de profissional ou instituição de sua preferência.*

23. Em mesmo sentido, existem outras decisões da Corte de Contas. Vejamos:

> *10. Finalizando, constatamos ter ficado devidamente esclarecido no processo TC 008.797/93-5 que o sistema de credenciamento, quando*

realizado com a devida cautela, assegurado tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e negociando-se as condições de atendimento, obtém-se uma melhor qualidade dos serviços além do menor preço, podendo ser adotado sem licitação amparado no art. 25 da Lei 8.666/93. (TCU, Decisão 104/1995 - Plenário)

10.4.1. No credenciamento, o Poder Público contrata todos que forem qualificados e se mostrarem interessados pela prestação do serviço. Nesse caso há inviabilidade de competição, dada a impossibilidade prática de estabelecer-se confronto, entre os licitantes, no mesmo nível de igualdade.

10.4.2. O Tribunal já firmou entendimento em relação ao credenciamento para contratação de serviços de saúde para atendimento aos servidores públicos, admitindo a inexigibilidade da licitação por haver inviabilidade de competição, conforme o caput do art. 25 da Lei 8.666/93, desde que os princípios da Administração Pública sejam observados (a respeito ver Decisão nº 656/95-TCU - Plenário, TC 016.522/95-8, Ata nº 58/95; Decisão nº 104/95 - Plenário, Ata 10/95; Decisão nº 112/97 - Plenário, Ata 10/97; Decisão 214/97 - Plenário - Ata 15/97).

10.4.3. Ressaltamos que o credenciamento não deixa de ser um procedimento licitatório, pois deve respeitar os princípios da licitação e a Lei 8.666/93, devendo-se dar publicidade mediante edital e ser devidamente fundamentada e justificada de acordo com os arts. 25 e 26 da Lei de Licitações.

10.4.4. Na hipótese de a SES/DF estar se utilizando da figura do credenciamento com base no art. 25 da Lei 8.666/93, entendemos ser tal atitude legal, já que é similar ao procedimento analisado no item 10.4.1 retro, com a diferença de que os serviços estarão sendo contratados para atendimento da sociedade, atendendo ao interesse público, e não de seus servidores. (TCU, Decisão 324/2000, 1ª Câmara)

24. **Ressalta-se que, para regularidade do credenciamento, deve ser publicado na Imprensa Aviso de Credenciamento, devendo o órgão certificar-se acerca dessa publicação para chamamento dos interessados.**

25. **Reitera-se que não deve haver direcionamento para determinada empresa/profissional. O credenciamento deve ser aberto a quaisquer interessados que preencham as condições estabelecidas no Edital.**

26. Assim, a realização da contratação ora pretendida por inexigibilidade de licitação, por credenciamento, é justificada em razão da inviabilidade de competição devido à ausência de excludência entre os possíveis interessados. Isto é, todos os particulares que atenderem ao chamado de credenciamento e preencherem os requisitos serão aproveitados pela Administração, consoante justificativa para contratação de fls. 30/33.

27. **Ante o exposto, recomenda-se ao órgão assessorado certificar-se de que todas OCS e PSA que cumprirem os requisitos e aceitarem cobrar o preço tabelado pela Administração sejam credenciados no presente procedimento.**

REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

28. As regras pertinentes ao direito financeiro vedam a realização de despesa sem que tenha sido contemplada nas respectivas leis orçamentárias. Isso



significa dizer que para a Administração realizar despesas é imprescindível a existência de previsão orçamentária suficiente para cobri-la.

29. Isso se mostra de grande relevância em face das disposições do art. 15 da LC nº 101/2000, que determina que se presumem "*não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendem ao disposto nos arts. 16 e 17*".

30. Consta nos autos, às fls. 28/29, declaração de disponibilidade e adequação orçamentária firmada pelo senhor Ordenador de Despesas. Declarou-se, ainda, que essa contratação não trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa.

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

31. À fl. 06 consta termo de abertura do processo de inexigibilidade assinado pela autoridade competente.

SOLICITAÇÃO DO OBJETO E AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO

32. No caso, à fls. 07 e 14/20, consta a solicitação do objeto.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

33. Quanto à justificativa da contratação, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais.

34. O papel do órgão jurídico é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou à necessidade da contratação[1], ou dos quantitativos estimados, contemplando os requisitos mínimos estabelecidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, especialmente em seu art. 15, inc. I, que arrola os principais elementos que deverão ser previstos na justificativa apresentada no caso de contratações de serviços.

35. No caso concreto, a justificativa quanto à necessidade de contratação foi apresentada às fls. 26 e 30/33, bem como no item 3 do Projeto Básico.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

36. Com relação à motivação do preço, o órgão declara à fl. 27 (Termo de justificativa para cotação) o seguinte:

> *Declaro que os valores cotados para o Credenciamento foram realizados mediante as seguintes tabelas: para as consultas médicas e de outras especialidades os valores foram autorizados pelo Escalão Superior (DGP); os procedimentos médicos, cirúrgicos, terapias em geral, serão*

[1] De acordo com o art. 2º da Lei nº 9.784/99, "A Administração obedecerá, dentre outro, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência".
Ademais, o inc. VII do parágrafo único do referido dispositivo legal prevê que nos processos administrativos, deverão ser indicados os pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

FAZ AGRE 4º BIS FL. 164 9ª C.

remunerados conforme a tabela CBHPM de 2012 e exames laboratoriais serão remunerados conforme a tabela CBHPM de 2011; os procedimentos realizados pelas clínica (s) oncológica(s) e cirurgiões dentistas serão conforme a Tabela de Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos VRPO 2010, com redutor de 10% (dez por cento), elaborada pela Comissão Estadual de Convênio e Credenciamento (CECC); e as diárias e outras taxas são as autorizados pelo Escalão Superior. Os valores descritos estão de acordo com os valores praticados na cidade de Rio Branco, Acre.

37. Para tanto, a utilização de tabelas, em procedimentos de inexigibilidade, já foi alvo de decisão do TCU. Vejamos:

> **"Pelo sistema de credenciamento**, os profissionais e instituições médico-hospitalares firmam contratos com as entidades da administração pública e são indenizados pelos serviços efetivamente prestados. **Os preços desses serviços são os constantes das tabelas da Associação Médica Brasileira (AMB), o que assegura ao empregador preços iguais por serviços idênticos mesmo que prestados por profissionais ou instituições diferentes**. Nessas condições a competição é considerada inviável e, em consequência, tem-se como inexigível a licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93." (TCU, Decisão nº 342/98 - Plenário, grifo nosso)

38. Todavia, para a sua utilização, alguns cuidados devem ser analisados pelo órgão assessorado. Não é qualquer tabela que servirá como base para justificar os preços do presente procedimento.

39. Logo, no caso sob exame, o assessorado deve cuidar e certificar para que as tabelas utilizadas sejam: a) consagradas pelo setor; b) de fácil acesso pela Administração; c) não contenha influência, em sua elaboração, atualização ou alteração, pela Administração e nem pelas contratadas; e, d) sirvam como instrumento de regulação ou informação do mercado.

40. Cumprindo o disposto na Portaria nº 48 - DGP, de 2008, no seu art. 72, os valores adotados são aprovados pelo Escalão Superior (DGP).

41. Ademais, por se tratar de inexigibilidade de licitação, tendo a administração, com fulcro na Orientação Normativa nº 17, de 2009, o dever de certificar a razoabilidade do valor das contratações, sugerimos ao órgão consulente, ainda, oficiar outros órgãos militares para atestar que tais tabelas são também fonte de parâmetro de preços em outras unidades das Forças Armadas.

42. **Por fim, chamamos atenção para os cuidados e recomendações acima, vez que a adoção indiscriminada de qualquer tabela ou método para pagamento da presente contratação gera, em especial, dois riscos graves: a) o de contratação com preços superiores ao de mercado, ou seja, com preços superfaturados; b) o de nulidade do ato administrativo que erigiu genericamente o critério de remuneração por serviço, posto que todo ato administrativo exige uma fundamentação prévia.**

PROJETO BÁSICO

43. O projeto básico, devidamente aprovado pela autoridade competente, constitui documento inaugural da contratação, na medida em que se presta à

COMOC FINANCEIRA 4º BIS
FL. 165
SALO

orientação do futuro contratado, com relação àquilo que deverá fornecer, assim como da própria Administração, que com ele define exatamente as necessidades a serem atendidas mediante a celebração do ajuste.

44. Em sua elaboração, o órgão deve atentar para os requisitos descritos no art. 6º, inc. IX, e art. 12 da Lei nº 8.666/93, bem como para os elementos elencados na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, o que é aplicável também em casos de dispensa e inexigibilidade do procedimento licitatório, de acordo com o § 9º, do art. 7º, da Lei 8.666/93.

45. No caso dos autos, o Projeto Básico consta às fls. 21/25 e foi analisado e aprovado pelo Ordenador de Despesas à fl. 26. Trata-se de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido. Contudo, pelas peculiaridades, serão feitos alguns comentários adiante em tópico próprio.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO DAS AUTORIDADES ENVOLVIDAS NO FEITO.

46. Constam às fls. 134 e 135 os atos de nomeação da Comissão Permanente de Licitação e da Comissão Especial de Credenciamento.

DA FORMALIZAÇÃO PROCESSUAL

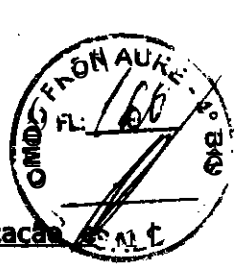
47. Quanto à formalização do procedimento, determina o art. 26, da Lei nº 8.666/93, *in extenso*:

> Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art. 24, as situações de inexigibilidade referidos no art. 25, necessariamente justificadas e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º deverão ser comunicados dentro de três dias à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos.
>
> Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:
>
> I - caracterização da situação de emergência ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
>
> II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
>
> III - justificativa do preço;
>
> IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

48. Assim, o órgão assessorado fica, desde já, ciente da referida formalidade, devendo obediência ao ditame legal.

REGULARIDADE FISCAL E DE HABILITAÇÃO

49. Cumpre esclarecer que a regularidade de habilitação jurídica e fiscal faz parte das condições mínimas exigidas no edital de convocação e será analisada quanto a cada credenciado, quando da análise de sua documentação. Como já pautado, esta análise caberá ao órgão assessorado.



RATIFICAÇÃO E PUBLICIDADE

50. Cabe ao órgão consulente, ainda, cuidar dos atos de ratificação e publicidade, consoante caput do art. 26, da Lei 8.666/93.

ANÁLISE DO PROJETO BÁSICO E APROVAÇÃO

51. No caso em epígrafe, o Projeto Básico consta às fls. 21/25. Verifica-se que o referido documento possui os elementos mínimos exigidos no art. 6º, XI, da Lei 8.666/93 e pela IN SLTI/MPOG Nº 05/2017.

52. No entanto, recomendamos que o órgão declare de forma expressa a natureza do serviço a ser contratado, se continuada ou não.

53. Por demais, cumpre ressaltar que o projeto básico foi devidamente aprovado e motivado pela autoridade competente à fl. 26, conforme exigência expressa do art. 7º, §2º, inciso I, da Lei 8.666/93.

DA ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

54. Restou constatado que foi adotada a minuta de edital de credenciamento elaborada pela Consultoria Jurídica do Estado de Minas Gerais, através de Comissão temática, criada pela Ordem de Serviço CJU/MG/CGU/AGU nº 02/2011.

55. A minuta do edital de credenciamento foi juntada às fls. 35/59. À luz do seu teor, trazemos as seguintes recomendações e observações:

a) No item 3 – DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO –, no subitem 3.3.5 (fl. 40) acrescente o número 9 na lei citada, de forma que passe a contar "... da Lei nº 9.605/1998".

b) No item 4 – corrija a redação, pois em inúmeros trechos é citado "alvará de localização de funcionamento", quando o correto seria "alvará de localização e funcionamento";

c) Após o subitem 4.6.2.5.4, corrija o subitem subsequente de forma que passe a ser "4.6.2.5.4.1";

d) Nos subitens 8.2, 8.7, 8.8, 8.9 e 8.10, indique quais são os anexos a que se referem as redações;

e) O item 8.1.7 (fl. 49) apresenta redação confusa, pois não segue o padrão da minuta, e também não esclarece a que se referem os códigos apostos na tabela. O órgão assessorado deve prezar pela clareza e transparência do edital, motivo pelo qual deve ser adequada a redação ao previsto na minuta padronizada, e caso seja mantida a tabela com códigos, deverá ser acrescentado legenda explicativa dos mesmos.

f) Preencher item 1.1.

g) Tendo em vista o Enunciado 04 CPLC/DECOR/CGU/AGU, o qual permite que o edital de credenciamento possa vigorar por prazo indeterminado, recomendamos que o item 3.1.1 tenha a seguinte redação:



3.1.1. O presente Edital vigerá por prazo indeterminado.

h) **Em razão da alínea acima, sugerimos a exclusão do item 3.1.1.**

i) **Alterar a redação do item 4.1. para a seguinte:**

4.1. A Comissão Especial de Licitação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 68 e 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, respeitada a documentação complementar prevista no item 4.6 desta Seção.

j) **Alterar a redação do item 4.4.1.7 para a seguinte:**

4.4.1.7. Em caso de cooperativas, conforme o item 10.5, letra 'g', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.4.1.7.1. Ata de fundação;

4.4.1.7.2. Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;

4.4.1.7.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou;

4.4.1.7.4. Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais extraordinárias; e,

4.4.1.7.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão do Contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

4.4.1.7.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.4.1.7.7. O registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

k) **Recomendamos que os itens 12.1, 12.2 e seus subitens tenham as seguintes redações, de acordo com a minuta padrão, devendo ser preenchidas as lacunas vazias:**

12.1. Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CREDENCIADO estará sujeito às seguintes multas:

12.1.1 Multa moratória, prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/93, será calculada no percentual de __% (__ por cento) sobre o valor do serviço em mora, por dia de atraso até o limite de 30 (trinta) dias;

12.1.2 Multa de __ % (__ por cento) com acréscimo de __ % (__ por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, sobre o valor do serviço em mora, nas hipóteses de atraso

por período superior ao previsto no item acima, limitado em até 60 (sessenta) dias;

12.1.3 As multas acima não impedem que a Administração Pública Federal rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o CREDENCIADO, na forma do disposto no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, às seguintes penalidades:

12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de __0% (__ por cento) sobre o valor correspondente ao(s) serviço(s), caracterizada a inexecução parcial.

12.2.3 Multa de __0% (__ por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da cobrança de multa moratória nos termos previstos nos itens 12.1.1 e 12.1.2.

12.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, Comando da Aeronáutica por prazo não superior a 2 (dois) anos; e,

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

56. **Por fim, cumpre ressaltar que o presente credenciamento não deve ser utilizado para a contratação de OCS e PSA para a prestação de serviços dentro das instalações médicas da Guarnição, ou seja, a terceirização de médicos e ou profissionais de saúde para prestarem serviço em hospitais do Exército é expressamente vedada por lei, sendo considerado ofensa à regra do concurso público, conforme as razões expostas na Nota nº 303/2012/CJU-MG/CGU/AGU de lavra do Advogado da União lotado na CJU/MG, Dr. Marcelo Augusto Carmo de Vasconcellos. Tal recomendação foi incorporada, inclusive, nos itens 17.9 (fl. 59) do edital.**

DA MINUTA DOS CONTRATOS

PRELIMINAR. PRORROGAÇÃO E REAJUSTES. TEMA EM DISCUSSÃO NO DECOR/CGU

57. Informamos, por outro lado, que os têmas relacionados à possibilidade de prorrogação e reajuste de tais contratos - credenciamento de organizações civis de saúde - se encontra com ampla divergência no âmbito das Consultorias Jurídicas da

União nos Estados. Por esta razão, submetemos ao DECOR, em 05.12.2014, o pedido de uniformização do tema, através do Memorando nº 04/2014/CGERAL/CJU-AC/CGU/AGU (NUP 00671.000641/2014-75).

58. Referido pedido, contudo, até a presente data, ainda não foi apreciado definitivamente. Desse modo, enquanto não houver ulterior posicionamento da Consultoria Geral da União, a CJU do Acre, acompanhada de outras consultorias, continuará opinando pela viabilidade, em tese, das prorrogações e reajustes contratuais envolvendo o credenciamento de OCS e PSA.

59. **Seguimos, no caso, a orientação normativa proposta pela Consultora Jurídica da União no Estado de Minas Gerais, Dra. Vanessa Canêdo Pinto Boaventura, a seguir transcrita:**

> ***Orientação Normativa CNU/CGU/AGU nº 001/2017, de 18 de janeiro de 2016.***
>
> *A opção pela previsão de cláusula de prorrogação contratual por até 60 meses nos Editais de credenciamento para serviços de saúde pode ser adotada de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade do gestor, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.*
>
> *Inexistindo índice setorial para o reajustamento de preços, poderá ser adotado índice geral, mas, no momento da prorrogação, deverá haver pesquisa de mercado que comprove a manutenção da vantajosidade após a aplicação do reajuste.*
>
> *Os valores da Tabela de Honorários da Associação Médica Brasileira AMB são meramente indicativos e unilaterais, não possuindo relação direta com a compensação pelas perdas inflacionárias, razão pela qual não devem ser qualificados como índices setoriais.*
>
> *Referências: Art. 25 e 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93; art. 7º e 20 do Decreto nº 92.512/86; IN SLTI/MP nº 2/08, com as alterações da IN SLTI/MP nº 6/13; Acórdão nº 114/2013-TCU-Plenário, Acórdão nº 435/2016-TCU-Plenário, Acórdão 2.611/2007, Acórdão 12.503/2016, Orientação Normativa nº 27/2009 da CJU/MG*

60. Passa-se agora para a análise do caso concreto propriamente dito:

ANÁLISE DAS MINUTAS DOS CONTRATOS

61. O órgão assessorado juntou aos autos as minutas contratuais, além dos demais anexos, às fls. 60/128.

62. Constatamos que foram adotadas as minutas de contrato elaboradas pela Consultoria Jurídica do Estado de Minas Gerais, atitude louvável, por prestar importante colaboração na uniformização dos procedimentos com vistas ao aperfeiçoamento, eficiência, e celeridade nos processos licitatórios.

63. **Entretanto, inicialmente, recomendamos ao órgão que se certifique de que as minutas utilizadas estão atualizadas, uma vez que os modelos foram atualizados em agosto de 2017, o site para verificação é o seguinte:**

http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/158492.

64. Ademais, observamos que os seguintes itens não estão contemplados em nenhuma das minutas, motivo pelo qual recomendamos, desde já, a sua inclusão neles:

> *8. O CONTRATADO obriga-se a apresentar, ao CONTRATANTE, a relação dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe, cadastrados e autorizados, por parte do CONTRATADO, para atender aos beneficiários deste contrato nas respectivas profissões e especialidades.*
>
> > *8.1. O CONTRATADO obriga-se a manter junto ao CONTRATANTE uma relação atualizada dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe;*
> >
> > *8.2. Quando o corpo clínico do CONTRATADO for constituído, em parte ou no seu todo, por meio de cooperativa vinculada, esta deverá apresentar a relação acima descrita, cumpridas as formalidades postas, diretamente para o CONTRATANTE, nos termos do Anexo J deste Edital.*

65. **Todavia, dado o seu caráter genérico, e considerando-se as possíveis peculiaridades de cada objeto, faremos observações pontuais em cada uma.**

CONTRATO DE HOSPITAIS E MATERNIDADES

66. Analisando-se a minuta em tela (fls. 60/70), **seguem as seguintes observações:**

a) Verifique a cobertura estendida aos ex-combatentes, no item 1, tendo em vista sua não previsão na minuta padronizada;

b) Ainda na Cláusula Quinta, item 34., verifica-se o uso de duas denominações para designar, aparentemente, o mesmo setor, a saber, "setor de lisura" e "setor de auditoria de contas médicas do posto médico da Guarnição de Rio Branco". Unifique a nomenclatura ou, caso sejam setores distintos, adeque a redação para que fique claro a competência de cada qual;

CONTRATO DE CLÍNICAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS

67. Analisando-se a minuta em tela (fls. 71/81), **seguem as seguintes observações:**

a) Na Cláusula Quarta – DO REGIME DE EXECUÇÃO -, item 16 substitua o trecho da redação onde consta "...conforme subitem 7.8 do Edital" por "conforme o Anexo R do Edital";

b) Ainda na cláusula quarta, no subitem 20.1 e 26, modifique a redação de forma que sejam informados os dados referentes ao órgão consulente e não ao da minuta padrão;

c) Na cláusula quinta – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO-, no item 25, adapte a redação do item, descrevendo as informações necessárias nos campos de preenchimento.

d) Ainda na Cláusula Quinta, item 31, verifica-se o uso de duas denominações para designar, aparentemente, o mesmo setor, a saber, "setor de lisura" e "setor de auditoria de contas médicas do posto médico da Guarnição de Rio Branco". Unifique a nomenclatura ou, caso sejam setores distintos, adeque a redação para que fique claro a competência de cada qual;

CONTRATO DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS

58. Analisando-se a minuta em tela (fls. 82/91), seguem as seguintes observações:

a) Na cláusula décima quinta – DA SUBCONTRATAÇÃO -, adapte os subitens 39.1 e 39.2. Isso também deve ser feito nas outras minutas, caso estejam incompletas.

b) Reflita sobre o termo de ajuste prévio, tendo em vista que o mesmo não foi previsto na minuta padronizada;

c) Acrescente, em forma de anexo, a tabela de implantodontia.

CONTRATO DE CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO

59. Analisando-se a minuta em tela (fls. 92/102), seguem as seguintes observações:

a) Na cláusula quinta – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO -, item 33, verificou-se o uso de duas denominações para designar, aparentemente, o mesmo setor, a saber, "setor de lisura" e "setor de auditoria de contas médicas do posto médico da Guarnição de Rio Branco". Unifique a nomenclatura ou, caso sejam setores distintos, adeque a redação para que fique claro a competência de cada qual;

CONTRATO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS E CITOPATOLOGIA

60. Analisando-se a minuta em tela (fls. 103/111), seguem as seguintes observações:

a) Na cláusula quinta – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO -, item 17, verificou-se o uso de duas denominações para designar, aparentemente, o mesmo setor, a saber, "setor de lisura" e "setor de auditoria de contas médicas do posto médico da Guarnição de Rio Branco". Unifique a nomenclatura ou, caso sejam setores distintos, adeque a redação para que fique claro a competência de cada qual;

CONTRATO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS

61. Analisando-se a minuta em tela (fls. 112/120), seguem as seguintes observações:

a) Na cláusula quinta – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO -, item 26), verificou-se o uso de duas denominações para designar, aparentemente, o mesmo setor, a saber, "setor de lisura" e "setor de auditoria de contas médicas do posto médico da Guarnição de

COMANDO FRONTEIRA ACRE FL. 172 SIS SAI-Cj

Rio Branco". Unifique a nomenclatura ou, caso sejam setores distintos, adeque a redação para que fique claro a competência de cada qual.

CONTRATO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS CIRURGIÃO-DENTISTA

72. Analisando-se a minuta em tela (fls. 121/128), seguem as seguintes observações:

a) Na cláusula quinta – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO –, item 25, verificou-se o uso de duas denominações para designar, aparentemente, o mesmo setor, a saber, "setor de lisura" e "setor de auditoria de contas médicas do posto médico da Guarnição de Rio Branco". Unifique a nomenclatura ou, caso sejam setores distintos, adeque a redação para que fique claro a competência de cada qual.

DEMAIS MINUTAS

73. Foram analisadas também os demais anexos, verificando-se que, em sua maioria, replicam o texto das minutas padronizadas, havendo poucos acréscimos feito pelo órgão assessorado, nos quais não se verificou aparentes irregularidades, devendo, porém, o órgão refletir sobre os mesmos, tendo em vista que dispõe do conhecimento técnico acerca do atendimento que se pretende com o presente credenciamento.

RECOMENDAÇÕES FINAIS

74. Por fim, devem ser regularizados os seguintes apontamentos:

a) Os documentos de fls. 30/33, 26, 28/29 e 173 não estão datados.

b) O documento de fl. 27 não está datado nem assinado.

CONCLUSÃO

75. Em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos de cálculos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela possibilidade jurídica, em tese, do prosseguimento do feito, desde que cumpridas as recomendações constantes deste parecer, especialmente aquelas elencadas nos parágrafos sublinhados e negritados.

76. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo, e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem nova manifestação da CJU/AC[4] 5.

---

[4] ORIENTAÇÃO NORMATIVA NAJ-MG Nº 07, DE 17 DE MARÇO DE 2009: 1 - Face à sua autonomia técnica, o advogado responsável pela aprovação de procedimento licitatório, dispensas e inexigibilidades de licitação e demais hipóteses de contratos, convênios e ajustes celebrados pela Administração Pública Federal, pode determinar a regular instrução do feito previamente à sua aprovação, ou optar pela aprovação condicionada ao cumprimento de recomendações constantes de seu parecer. 2 - Caso o parecerista opte pela aprovação condicionada, a autoridade consulente responde de forma pessoal e exclusiva pela omissão decorrente de eventual realização do procedimento sem a devida observância das recomendações, cujo cumprimento era requisito do ato de aprovação. Fonte: PARECER Nº AGU/CGU/NAJ/MG-874/2008-MACV.

77. Ressalta-se, ademais, que a presente manifestação se limita à análise jurídica da fase interna do processo licitatório, recomendando-se, em sua fase externa, o atendimento integral ao Edital e às Leis que regem a matéria.

78. Por fim, tem-se como tempestivo este parecer.

É o parecer. À consideração superior.

Rio Branco/AC, 06 de novembro de 2018.

FELIPE DE ANDRADE SÁ
Advogado da União

FELIPE DE ANDRADE SA:08957476423

Assinado de forma digital por FELIPE DE ANDRADE SA[redacted]
Dados: 2018.11.13 09:55:21 -05'00'

[5] Enunciado nº 05 – BPC. Não é necessário que o Órgão Consultivo, após expressar seu juízo conclusivo de aprovação acerca das minutas de editais e contratos, em cada caso concreto, pronuncie-se, posteriormente, para fiscalizar o cumprimento das recomendações ofertadas em anterior manifestação jurídica, desde que suas orientações explicitem, se for o caso, os termos das cláusulas que o Advogado Público entenda adequadas.

COMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 074
SELO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE
COORDENAÇÃO GERAL
RUA RUI BARBOSA, 142, CENTRO, RIO BRANCO-AC CEP: 69920-084 TEL: (68) 3212-8300

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00066/2018/CJU-AC/CGU/AGU

NUP: 80536.011766/2018-48
INTERESSADOS: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/ 4º BATALHÃO DE INFANTARIA E SELVA - 4º BIS
ASSUNTOS: CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Aprovo o parecer 244/2018/FAS/CJU-AC/CGU/AGU da lavra do Dr. Felipe de Andrade Sá, complementando-o:

> - Importa diferenciar, como feito no parecer, que a indeterminação ocorre em relação ao edital, conforme Enunciado 04 CPLC/DECOR/CGU/AGU, e não em relação ao contrato, que terá vigência de 12 meses, prorrogável até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

Por fim, observo que os autos de credenciamento acabam por retornar à CJU/AC, para nova análise, após a escolha da pessoa física ou jurídica credenciada.

Na espécie, esse procedimento, de dupla análise, s.m.j. não encontra embasamento legal, motivo pelo qual, o retorno para assessoria deve ocorrer acaso haja dúvida jurídica, ou no caso de normativos internos do EB mencionarem tal obrigatoriedade.

Restituam-se os autos ao órgão de origem, com URGÊNCIA.

Rio Branco, 13 de novembro de 2018.

Leonardo Toscano de Brito
Consultor Jurídico da União no Estado do Acre

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 80536011766201848 e da chave de acesso 56362861

Documento assinado eletronicamente por LEONARDO TOSCANO DE BRITO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 195220093E no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a):

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(REGIÃO MENDONÇA FURTADO)

DIEx nº 287-AAAJurd/Cmdo - CIRCULAR
EB: 64321.000718/2020-16

URGENTE

Manaus, AM, 6 de maio de 2020.

Do Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar
Ao Sr Comandante do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, Comandante do Comando de Fronteira Juruá/61º Batalhão de Infantaria de Selva, Diretor do Hospital Militar de Área de Manaus, Diretor do Hospital de Guarnição de Porto Velho, Diretor do Hospital de Guarnição de Tabatinga, Diretora do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira
Assunto: Desnecessidade de Ratificação de credenciamentos de OCS
Anexos: 1) Parecer_050-2019-MAK-CJU-AC-CGU-AGU(2)(4); e

2) termo_de_reunião_AGU.

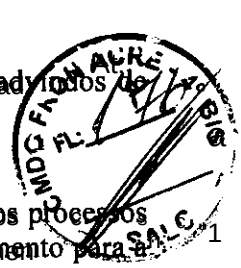
1. Informo que o Comando da 12ª RM vem recebendo todos os processos administrativos de credenciamento de OCS e PSA, das diversas Guarnições que integram o CMA, com a finalidade de serem ratificados pela autoridade superior, nos termos do Art. 26 da lei 8.666/93.

2. Ocorre que o Edital de Credenciamento, que é o processo "tronco", remetido anteriormente para este Grande Comando Territorial, já sofreu ratificação pela autoridade superior, que no caso é o Comandante da 12ª Região Militar, bem como obteve a aprovação da CJU, após a realização das devidas correções propostas pela mesma.

3. Informo, também, que no momento da ratificação do Edital de Credenciamento de 2019, do Cmdo Fron AC/4º BIS, no Parecer Nr 050/2019/MAK/CJU-AC/CGU/AGU, de 18 de abril de 2019 (Proc Nr 80536.011766/2018-48), a Consultoria Jurídica da União no Estado do ACRE (CJU) adotou o entendimento no sentido de ser desnecessária a ratificação de cada novo pedido de credenciamento, o mesmo entendimento sido manifestado de forma expressa pela AGU AMAZONAS, no TERMO DE REUNIÃO n. 00029/2019/CJU-AM/CGU/AGU, conforme documentos referendados.

4. Desta forma, este Grande Comando Territorial passará a compartilhar do entendimento uniformizado advindo das Consultorias Jurídicas da União do AMAZONAS e ACRE, para que os processos de inexigibilidade de licitação, decorrentes de Credenciamentos de

OCS e PSA, não mais estejam sujeitos à ratificação do Cmt 12ª RM, desde que advindos de Editais cuja ratificação já foi realizada.



5. Assim, passa a ser padronizado esse procedimento para o fim de que os processos referidos sejam ratificados pelos próprios Cmt/Dir OM, portanto, sem o encaminhamento para a 12ª RM para ratificação pelo Cmt 12ª RM.

6. Informo, ainda, que, a título de controle administrativo e de gestão, deverá ser mantida a obrigatoriedade de envio dos autos individualizados apenas à Inspetoria de Saúde Regional, para o fim de emissão de juízo de valor quanto aos aspectos da conveniência, oportunidade, bem como à razoabilidade financeira das contratações, nos termos do Art. 192 do Regimento Interno da 12ª RM (ADITAMENTO Nr 01 = Cmdo ao Bol R Nr 196, de 25 de outubro de 2018).

Por ordem do Comandante da 12ª Região Militar.

LUÍS MOISÉS DE OLIVEIRA BRAGA OTERO - Cel
Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar

"INTENDÊNCIA: SOLDADO DO ACANTO, UM SÉCULO DE EXCELÊNCIA NA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE"

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 147
SALC

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Declaro, nos termos do caput do art. 25 da Lei Nr 8.666/93, a inexigibilidade de licitação para a contratação específica de serviços na área médica de assistência médica, hospitalar e ambulatorial, pela empresa que se segue, conforme processo de Inexigibilidade nº 3 /2022, no período 12 (doze) meses.

ORGANIZAÇÃO CIVIL DE SAÚDE (OCS):
= : **HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA.**
= CNPJ nº **24.884.762/0001-66**

À Ratificação do Sr Comandante do C From Acre/4º BIS:

Rio Branco, AC, 28 de Junho de 2022.

FELIPE JOSÉ FERREIRA DE GÓES - Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo From AC/4º BIS

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico, de acordo com o art. 26 da Lei 8.666/93 a inexigibilidade de licitação declarada pelo Ordenador de Despesas do Cmdo From AC/4º BIS. (UG: 160002), conforme padronizado pelo **DIEx nº 287/1-AAAJurd/Cmdo** – CIRCULAR, de 6 de maio de 2020, do Chefe do Estado-Maior da 12ª RM.

Rio Branco, AC, 28 de Junho de 2022.

GUILHERME NAVES PINHEIRO – Cel
Comandante do Cmdo From AC/4º BIS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

OMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 11
SALC

DIEx Nº 286-AAAJurd/Cmdo
EB: 64321.013508/2022-41

URGENTÍSSIMO

Manaus, 3 de junho de 2022.

Do Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar
Ao Sr Comandante do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva
Assunto: Termos de Credenciamento
Anexo: - Autos do Processo da OCS OBESOCLIN;
- Autos do Processo da OCS LEON FÁBIO C DOS SANTOS;
- Autos do Processo da OCS HOSPITAL DO RIM;
- Autos do Processo da OCS HOSPITAL SÃO PEDRO;
- Autos do Processo da OCS ORTOTRAUMA;
- Autos do Processo da OCS MEDLAB;
- Autos do Processo da OCS INSTITUTO DE OLHOS; e
- Autos do Processo da OCS LABATE E ROCHA (físico)

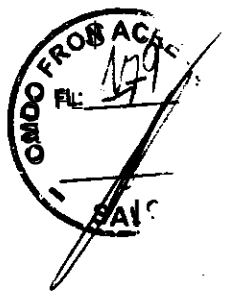
1. Remeto os Autos anexados para as providências cabíveis.

2. Informo que a Inspetoria de Saúde da 12ª RM emitiu parecer favorável ao prosseguimento dos processos, todavia recomendou que deve tornar sem efeito o item "Procedimentos Cirúrgicos de Ortopedia em lista anexo" mencionado na página 22, do processo da OCS LABATE E ROCHA SOCIEDADE SIMPLES LTDA.

3. Outrossim, a contratação em si prescinde de ratificação, porquanto o Edital "tronco" já foi submetido ao referido ato. Destarte, o acatamento das orientações da CJU e o cumprimento das cláusulas contratuais é responsabilidade dessa OM.

4. Para tratar do assunto vigente, disponibilizo o contato do Maj HENRIQUE ou o Cap LUCIANO, ambos da Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos do Cmdo 12ª RM, por meio do contato telefônico (92) 3659-1234 ou do e-mail (aaajurd@12rm.eb.mil.br).

Por ordem do Comandante da 12ª Região Militar.



JOSÉ FERNANDES FILGUEIRAS FILHO - Cel
Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
SOBERANIA E LIBERDADE"

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Data e hora da consulta: 06/07/2022 10:36
Usuário: ***.788.***-**
Impressão: Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160002	COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS	REAL - (R$)
CNPJ	**Endereço**	**CEP**
09.655.599/0002-57	RUA COLOMBIA, S/N - BAIRRO BOSQUE	69909-700
Município	**UF**	**Telefone**
RIO BRANCO	AC	(068) 32162900

Ano	Tipo	Número
2022	NE	558

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	171500	0170270013	339039	167505	DSSAFUSOCSA

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
29/06/2022	Estimativo	65323011635202217	0,0000	1,00

Favorecido

Código	Nome	
24.884.762/0001-66	HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA	
Endereço		**CEP**
NACOES UNIDAS 1080 BOSQUE		69900-478
Município	**UF**	**Telefone**
RIO BRANCO	AC	68 3227 4165

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação			
96	INEXIGIBILIDADE			
Ato Normativo	**Artigo**	**Parágrafo**	**Inciso**	**Alínea**
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição
339039.50 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, HOSPITALAR , AMBULATORIAL E LABORATORIAL - REF: 2022NC400197 DGP, DE 11 JAN 22 - DOU Nº 121, DE 29 JUN 22 - TC 2/2022

Local da Entrega
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS, RUA COLOMBIA S/N, BAIRRO BOSQUE.

Informação Complementar
160002070000322022 - UASG Minuta: 160002

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	30/06/2022 16:49:39	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	1,00

Subelemento 50 - SERV MEDICO-HOSPITAL, ODONTOL E LABORATORIAIS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Assistência Médica - Hospitalar / Domiciliar complementar de Saúde / Convênio	1,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
29/06/2022	Inclusão	0,000002	50.000,0000	1,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa	Responsável pela Nota de Empenho
FELIPE JOSE FERREIRA GOES	DANIEL RODRIGUES BERNARDES
***.788.044-**	***.981.226-**
30/06/2022 16:49:38	30/06/2022 11:02:26

Versão	Data/Hora	Operação
002	30/06/2022 16:49:39	Alteração

LEITE FRADE. Ordenadora de Despesas. Ratificação em 09/06/2022. CLOER VESCIA ALVES. Diretor de Saúde de Aeronáutica. Valor Global: R$ 60.000,00. CNPJ CONTRATADA : 10.857.717/0001-10 LABORATORIO LABIN-MED LTDA

(SIDEC - 28/06/2022) 120625-00001-2021NE100001

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2022 - UASG 120625

Nº Processo: 67440003517202266 . Objeto: Assistência Complementar do Sistema de Saúde de Aeronáutica. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993., Justificativa: Atender necessidades do Hospital de Força Aérea de Brasília. Declaração de inexigibilidade em 13/06/2022. JACQUELINE LEITE FRADE. Ordenadora de Despesas, Ratificação em 13/06/2022. CLOER VESCIA ALVES. Diretor de Saúde de Aeronáutica. Valor Global: R$ 50.000,00. CNPJ CONTRATADA : 08.983.730/0001-61 SPAZIO VITA FISIOTERAPIA ESPECIALIZADA LTDA.

(SIDEC - 28/06/2022) 120625-00001-2021NE100001

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2022 - UASG 120625

Nº Processo: 67440001975202261 . Objeto: Assistência Complementar do Sistema de Saúde de Aeronáutica. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993., Justificativa: Atender necessidades do Hospital de Força Aérea de Brasília. Declaração de Inexigibilidade em 09/06/2022. JACQUELINE LEITE FRADE. Ordenadora de Despesas, Ratificação em 09/06/2022. CLOER VESCIA ALVES. Diretor de Saúde de Aeronáutica. Valor Global: R$ 360.000,00. CNPJ CONTRATADA : 00.549.756/0001-66 HOSPITAL OFTALMOLOGICOS DO BRASIL LTDA.

(SIDEC - 28/06/2022) 120625-00001-2021NE100001

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 29/2022 - UASG 120625

Nº Processo: 67440003533202259 . Objeto: Assistência Complementar do Sistema de Saúde de Aeronáutica. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993., Justificativa: Atender necessidades do Hospital de Força Aérea de Brasília. Declaração de Inexigibilidade em 06/05/2022. JACQUELINE LEITE FRADE. Ordenadora de Despesas, Ratificação em 06/05/2022. CLOER VESCIA ALVES. Diretor de Saúde de Aeronáutica. Valor Global: R$ 12.000,00. CNPJ CONTRATADA : 00.382.069/0001-27 HOSPITAL LAGO SUL S/A.

(SIDEC - 28/06/2022) 120625-00001-2021NE100001

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2022 - UASG 120625

Nº Processo: 67440003668202259 . Objeto: Assistência Complementar do Sistema de Saúde de Aeronáutica. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993., Justificativa: Atender necessidades do Hospital de Força Aérea de Brasília. Declaração de Inexigibilidade em 13/06/2022. JACQUELINE LEITE FRADE. Ordenadora de Despesas, Ratificação em 13/06/2022. CLOER VESCIA ALVES. Diretor de Saúde de Aeronáutica. Valor Global: R$ 600.000,00. CNPJ CONTRATADA : 03.648.894/0002-08 EXCELENCIA LAB LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATOLOGICAS LTDA.

(SIDEC - 28/06/2022) 120625-00001-2021NE100001

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2022 - UASG 120625

Nº Processo: 67440001976202213 . Objeto: Assistência Complementar do Sistema de Saúde de Aeronáutica. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993., Justificativa: Atender necessidades do Hospital de Força Aérea de Brasília. Declaração de Inexigibilidade em 13/06/2022. JACQUELINE LEITE FRADE. Ordenadora de Despesas, Ratificação em 13/06/2022. CLOER VESCIA ALVES. Diretor de Saúde de Aeronáutica. Valor Global: R$ 600.000,00. CNPJ CONTRATADA : 03.241.690/0001-60 MEDIGEST CENTRO DE MEDICINA DIGESTIVA LTDA

(SIDEC - 28/06/2022) 120625-00001-2021NE100001

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2022 - UASG 120625

Nº Processo: 67440003516202211 . Objeto: Assistência Complementar do Sistema de Saúde de Aeronáutica. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993., Justificativa: Atender necessidades do Hospital de Força Aérea de Brasília. Declaração de Inexigibilidade em 13/06/2022. JACQUELINE LEITE FRADE. Ordenadora de Despesas, Ratificação em 13/06/2022. CLOER VESCIA ALVES. Diretor de Saúde de Aeronáutica. Valor Global: R$ 50.000,00. CNPJ CONTRATADA : 09.386.963/0001-88 CLINICA DE FISIOTERAPIA SANTA ISABEL LTDA.

(SIDEC - 28/06/2022) 120625-00001-2021NE100001

EXTRATO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 40/2022

O Ordenador de Despesas do Grupamento de Apoio do Distrito Federal comunica aos interessados a adjudicação por parte do Pregoeiro e a homologação do Pregão Eletrônico nº 40/GAP-DF/2022, Objeto: Manutenção de Extintores, Empresas vencedoras: MIGERO EXTINTORES LTDA, CNPJ 00.687.495/0001-79, Itens 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41 VALOR R$ 57.972,75; PRIME COMERCIO E SERVIÇOS DE EXTINTORES EIRELI, CNPJ 09.098.197/0001-88, ITENS 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 16, 17, 18, 19, 20 E 21 VALOR R$ 34.183,00; RICARDO ALVES RAMOS DE BRITO EXTINTORES, CNPJ 19.897.713/0001-26, ITENS 3, 7, 12, 13 E 15 VALOR R$ 42.639,89; ARTENS SOLUÇÕES PREVENTIVAS CONTRA INCÊNDIO LTDA, CNPJ 40.298.958/0001-25, ITENS 9, 11 E 14 VALOR R$ 142.941,64.

CEL INT MARCELO FERREIRA PEDRO
Ordenador de Despesas GAP-DF

(SIDEC - 28/06/2022) 120629-00001-2022NE000262

GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2022 - UASG 120629 - GAP RJ

Nº Processo: 67246.004534/2021-15.
Pregão Nº. 39/2021. Contratante: GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO.
Contratado: 07.018.158/0002-19 - RENOVAR CONDICIONADO LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e das instalações prediais hidrossanitárias e serviços de manutenção em ofurôs, civil do tipo, por 12 meses, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva..
Fundamento Legal: Lei 10.520 / 2002 - Artigo: Vigência: 12/05/20222 a 12/05/2023. Valor Total: R$ 1.159000,00. Data de Assinatura: 12/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 28/06/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2022 - UASG 120629 - GAP RJ

Número do Contrato: 11/2019.
Nº Processo: 67246.014053/2019-14.
Inexigibilidade. Nº 7/2019 Contratante: GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO.
Contratado: 09.168.706/0001-62 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC. Objeto: Contratação da prestação de serviços de publicação de matérias em caráter jornalístico em jornais de grande circulação, em atendimento ao Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro. Vigência: 01/07/2022 a 31/05/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 47.[illegible] Data de Assinatura: 15/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 15/06/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2022 - UASG 120629 - GAP RJ

Número do Contrato: 4/2020.
Nº Processo: 67246.021097/2019-09.
Objeto: Nº 4/2019. Contratante: GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO.
Contratado: 03.774.688/0001-55 - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.
Objeto: Contratação de serviço de concessão de cursos profissionais distâncias, elaborados pelo DEDEA, para a modalidade EAD, sendo cursos constantes no programa de atividades de ensino e atualização técnica (PAEAT). Vigência: 01/07/2022 a 30/09/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 0,00. Data de Assinatura: 28/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 28/06/2022).

COMANDO DO EXÉRCITO
GABINETE DO COMANDANTE
DIVISÃO ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2022 - UASG 160088 - CMA CMT EX

Nº Processo: 64198002124202266.
Inexigibilidade Nº 9/2022. Contratante: GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO.
Contratado: 00.391.001/0004-02 - UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CATÓLICA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de 1 (um) curso de capacitação (mestrado) para 1 (um) militar do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), a ser realizado em Brasília-DF, no período de fevereiro/2022 a fevereiro/2024, prestado nas condições estabelecidas no Edital Aberto, anexo ao Termo de Contrato.
Fundamento Legal: Lei 8.666 / 1993 , Artigo 25 , Inciso: II. Vigência: 23/06/2022 a 29/02/2024. Valor Total: R$ 53.738,16. Data de Assinatura: 23/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 28/06/2022).

COMANDO LOGÍSTICO
BASE DE APOIO LOGÍSTICO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2022 - UASG 160238 - BA AP LOG II

Nº Processo: 64320.002530/2022-76.
Pregão Nº 5/2022 - UG 160140. Contratante: BASE DE APOIO LOGISTICO DO EXERCITO.
Contratado: 06.955.770/0001-74 - R MENAES AGENCIA DE TURISMO EIRELI. Objeto: Contratação de serviço de agenciamento de viagem, compreendendo emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas.
Fundamento Legal: Lei 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 23/06/2022 a 23/06/2023. Valor Total: R$ 50.000,00. Data de Assinatura: 23/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 27/06/2022).

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
COMANDO DE FRONTEIRA DO ACRE / 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2022 - UASG 160402

Nº Processo: 64320011636202111 . Objeto: contratação de serviços médicos, hospitalares e ambulatoriais na especialidade de Ortopedia, Clínica Médica, Cardiologia, Oncologia, Fisioterapia e Nutrição. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993., Justificativa: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 28/06/2022. FELIPE JOSE FERREIRA DE GOES Ordenador de Despesas. Ratificação em 28/06/2022. GUILHERME NAVES BARREIRO. Comandante do Cmdo Fron Ac/4º BIS Valor Global: R$ 60.000,00 CNPJ CONTRATADA : 24.884.767/0001-66 HOSPITALDO RIM - ACRE LTDA.

(SIDEC - 28/06/2022) 160002-00001-2022NE000001

54º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2022 - UASG 160405

Nº Processo: 64122000648202204. Objeto: Aquisição de materiais [illegible]. Total de Itens Licitados: 14. Edital: 29/06/2022 das 09h30 às 12h00 e das 13h30 às 16h30. [illegible]. Endereço: [illegible]. [illegible] - [illegible].
https://www.gov.br/compras/edital/160005-5-00001-2022. Entrega das propostas: a partir de 29/06/2022 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 12/07/2022 às 10h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais:

RAFAEL AUGUSTO DE BRITO
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 23/06/2022) 160005-00001-2022NE000001

COMANDO MILITAR DO LESTE
BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2022 - UASG 160296 - BA ADM DA INF PQDT

Nº Processo: 65468.002843/2022-17.
Inexigibilidade Nº 3/2022. Contratante: BASE ADM DA BRIGADA DE INFANTARIA PQDT.
Contratado: 86.111.755/0001-00 - VERTICAL DO PONTO INDUSTRIA E COM DE PARA QUEDAS LTDA. Objeto: Contratação de modificação do paraquedas t 10 as ...
Fundamento Legal: Lei 14.133/2021 - Artigo: 74 - Inciso: I - Vigência: 24/06/2022 a 24/10/2022 Valor Total: R$ 36.800,00. Data de Assinatura: 24/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 28/06/2022).

SIAFI2022 - CONSULTA DE ORDEM BANCARIA (CONSULTA DIRETO CAIXA)

12/03/22 10:59 USUARIO: VITOR

DATA EMISSAO : 11/03/22 VALORIZACAO : 11/03/22 NUMERO : 2022NC000197
UG EMITENTE : 167505 - DEPARTAMENTO GERAL DE ESTADO - GESTOR
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA : 167002 / 00001 - CBMO FRON ACRE/AC
OBSERVACAO
ATENDE DESPESA COM PAGAMENTO DE GTS.

O RECIBO DEVERÁ SER APLICADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

NUMA. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	VALOR
300063	2	171500	0170270011	339018		167505		198.769,98

LANÇADO POR : 02569749184 - DINIS UG : 167505 11/03/22 11:52

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

CBMO FRON ACRE - 2º SGT QBG FLS 183 SALC

COMDO FRON ACRE
FL: 11
6º BIS
SALC

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 24.884.702/0001-66 DUNS®: 944582812
Razão Social: HOSPITAL DO RIM - ÂCRE LTDA
Nome Fantasia: HOSPITAL DO RIM - ÂCRE
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 19/12/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento
II - Habilitação Jurídica
III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	08/09/2022
FGTS	Validade:	24/07/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	24/12/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	08/07/2022
Receita Municipal	Validade:	26/08/2022

V - Qualificação Técnica
VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	31/12/2022

CPF: [redacted] Nome: MARCELANGELA [redacted] GOMES
Ass: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 186
SALC

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 29/06/2022 14:06:44

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA**
CNPJ: **24.884.762/0001-66**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

1º CMDO FRON ACRE 4º BIS FL: 186 SALC

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	24.884.762/0001-46	DUNS®:	944582812
Razão Social:	HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA		
Nome Fantasia:	HOSPITAL DO RIM - ACRE		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	19/12/2022
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
MEI:	Não		
Porte da Empresa:	Demais		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	08/09/2022
FGTS	Validade:	24/07/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	24/12/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	08/07/2022
Receita Municipal	Validade:	26/08/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/12/2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL /MINISTÉRIO DA DEFESA / EXÉRCITO BRASILEIRO/COMANDO DE FRONTEIRA-ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

CONTRATADO: HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA, CNPJ: 24.884.762/0001-66

VIGÊNCIA: 6 de julho de 2022 a 6 de julho de 2023.
PROCESSO Nr: 65323.011635/2022-78.

CONTRATO Nr 02/2022 originado do PCS/INEx 01/2022 SAMMED/FUSEx do Edital nº1/2018.

A União Federal, por intermédio do **COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA**, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Rua Colômbia s/nº, bairro Bosque em Rio Branco-AC, CEP 69.909-700, inscrita no CNPJ nº **09.655.599/0001-76**, representada neste ato pelo seu Ordenador de Despesas **FELIPE JOSÉ FERREIRA DE GÓES** – Major, Ordenador de Despesas, inscrito no CPF nº **011.789.044-82**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Organização Civil de Saúde: **HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA**, inscrita no CNPJ nº **24.884.762/0001-66**, estabelecida na Avenida Nações Unidas nº 1080, Rio Branco - AC, neste ato representado pelo Senhor **ALESSANDRO MENDONÇA NASSARELA**, Diretor Administrativo, portador da cédula de identidade nº 265035 SSP/AC, inscrito no CPF nº **598.114.552-87**, doravante denominado **CONTRATADO**, têm entre si justo e contratado, nos termos da seguinte legislação infraconstitucional: constante do Edital de Credenciamento nº 01/2018, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto.

1. A finalidade deste Contrato é garantir aos militares da ativa, da reserva ou reformados, **ex-combatentes, pensionistas e seus dependentes** e Servidores Civis do Exército Brasileiro (ativos e inativos) e seus dependentes diretos e indiretos, nas condições especificadas neste instrumento e no Edital, por intermédio de Hospitais Geral, assistência Médico-Hospitalar, ambulatorial, atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias.

1.2. Compõem, também, o objeto as seguintes especialidades:

1.2.1. **Nefrologia, Clínica Médica, Infectologia, Psicologia, Fisioterapia e Nutrição,** devidamente reconhecidas pelo respectivo órgão federal da profissão e regulamentada por lei.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.

2. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 01/2018 do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, de dezembro de 2018, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do fundamento legal.

3. A presente contratação fundamenta-se no Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993 – inexigibilidade de licitação.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.

4. As condições gerais de execução dos serviços constam do edital de credenciamento, observadas as regras especiais abaixo registradas.

5. Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.

6. A remoção do paciente será de responsabilidade do CONTRATADO, com uso utilização de ambulância, conforme valores constantes na Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco para contratos de credenciamento – Conforme lista referencial, anexa.

7. Nos casos de atendimento nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia e nutrição o encaminhamento deverá ser efetuado, prioritariamente, por médico militar, depois de verificado o parecer do médico especialista e quando esgotados todos os recursos existentes na OMS.

8. O CONTRATADO, presentado no seu Corpo Clínico, prestará assistência médico-hospitalar conforme a seguinte discriminação: cuidados rotineiros de enfermagem, material a ser consumido em serviços cirúrgicos e em curativos; recursos complementares de diagnóstico e terapia, salas de cirurgia e instalações equipadas com material e instrumental necessários à execução de atos médicos, medicação, alojamento, serviço de lavanderia, demais serventias e alimentação, inclusive dietas especiais e outros produtos nutricionais quando prescritos por parte do médico assistente.

9. Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria Organização Civil de Saúde, entendendo-se como:

9.1. O membro do Corpo Clínico do CONTRATADO;
9.2. O que tenha vínculo de emprego com o CONTRATADO;
9.3. O autônomo que presta serviço ao CONTRATADO.

10. Equipara-se ao subitem 9.3, o profissional de saúde integrante de pessoa jurídica que exerça atividades na área de saúde, em caráter regular, nas instalações do CONTRATADO.

11. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

12. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE,

documentos médico-legais, justificativas para exames, lista de pacientes internados e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.

13. A solicitação de exame ou procedimento coberto pelo FUSEx/SAMMED/PASS, decorrente de atendimento realizado em OCS ou por PSA, será, obrigatoriamente, precedida de análise por médico militar ou serviço de auditoria das UAt, que decidirá pela sua autorização ou negação.

14. É vedada a prescrição de exames em bloco ou daqueles que partam da iniciativa do próprio usuário, conforme estabelece o art. 10 da Portaria nº DGP-48/2008.

15. Os beneficiários do FUSEx/SAMMED/PASS tem direito a cobertura ou financiamento de órteses e próteses não odontológicas, nos termos das Portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-38) e Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57), indenizáveis de acordo com o Anexo A das respectivas portarias, após a indispensável indicação de médico especialista, devidamente justificada por meio de relatório e exames especializados, e aprovada por médico militar:

15.1. A cobertura acima indicada inclui órteses e próteses nacionais, registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inerentes e ligadas diretamente ao ato cirúrgico eletivo, submetido ao parecer da Comissão de Ética;

15.2. Ao beneficiário do FUSEx/SAMMED será permitida a utilização de órteses e próteses não odontológicas por importação, quando não houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento e estará condicionada à autorização prévia do DGP, ouvida a Diretoria de Saúde (DSau), conforme art. 28 da portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-38).

16. Os tratamentos não cobertos pelo sistema FuSEx/SAMMED/PASS, conforme o Anexo "R" do edital, não se incluem na presente contratação.

16.1 Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, procedimento, material e afins.

17. No caso de óbito ocorrido com paciente internado, o CONTRATADO notificará, de imediato, a família do paciente e a Seção SAMMED/FUSEX do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, através do Tel Nr (68) 3223-5909 ou pelo e-mail chfusex@cfronac4bis.eb.mil.br, a quem caberá tomar as providências subsequentes.

18. Nos casos de internação, o CONTRATADO deverá solicitar autorização prévia da Seção de Auditoria do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, conforme o modelo do Anexo II deste contrato.

19. O abandono do tratamento realizado, pelo beneficiário, implicará no término da autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.

20. As faturas referentes à internações de longa permanência (com mais de quinze dias) deverão ser subtotalizadas e entregues dentro do mês de internação do paciente com a apresentação das despesas, pelo CONTRATADO:

20.1. O CONTRATADO deverá remeter semanalmente, a Seção SAMMED/FUSEX do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, às segundas-feiras, via correio eletrônico chfusex@cfronac4bis.eb.mil.br e confirmar o recebimento por meio de contato telefônico através do Tel nº (68) 3223-5909, a lista de pacientes internados.

21. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

22. O Serviço de Auditoria do Posto Médico de Guarnição Rio Branco possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como faturas médico hospitalares.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.

23. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o item 8 "DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO" constante do edital de credenciamento.
24. Registrem-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato:

25. O CONTRATADO poderá acolher, como preço, pacotes de prestação de serviços - anexo a este Edital - que conjuguem avaliação, prescrição e acompanhamento com acomodações (hotelaria), taxas hospitalares, instrumental cirúrgico, gasometria, hemoglucoteste, equipamentos e outros serviços especiais para a efetivação do tratamento proposto:

25.1. **A qualquer momento, desde que acordado pelas partes, poderão ser estabelecidos novos pacotes de prestação de serviços ou os pacotes constantes no Anexo X do Edital poderão ser alterados para atender novas demandas de tecnologias na prestação de serviços, conquanto os valores individuais dos itens inclusos em cada pacote tenham como limite máximo, os valores estabelecidos nas tabelas, índices e valores constantes no Edital e seus anexos. Os novos pacotes deverão ser pactuados diretamente com a UG - FuSEx do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco.**

26. Deverá constar na nota fiscal, referente a medicamentos de preço livre ou materiais não constantes de tabela referenciada, averbação com referência ao nome do paciente, nome do médico responsável e a data.

27. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tiver sido encaminhado por parte da UAt da Guarnição de Rio Branco, acompanhado da Guia de Encaminhamento, com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

27.1 No caso de comprovada urgência e/ou emergência o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento.

28. Procedimentos não especificados na(s) Guia(s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

29. Após a alta da mãe, as despesas referentes ao atendimento neonatal a filho(a) de beneficiária dependente (exceto cônjuge) ou de pensionista (exceto o previsto no § 1º do art. 7º das IG 30-32) contribuinte do FuSEx/SAMMED serão implantadas em 100% do seu valor, no código ZM1, desde que vinculadas ao evento do nascimento ou sejam referentes a procedimentos de urgência ou emergência, até a alta do recém-nascido, conforme estabelece o art. 12 da Portaria nº DGP-48/2008, bem como seu Anexo A.
30. O atendimento neonatal a filho de beneficiária dependente (exceto cônjuge) ou de pensionista (exceto quando se tratar de filho natural do SC falecido) contribuinte da PASS será coberto pela PASS enquanto durar a internação vinculada ao evento do nascimento, conforme o art. 23 da Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57).

30.1 Após a alta da beneficiária dependente ou da pensionista contribuinte, as despesas referentes ao filho recém-nascido que permanecer hospitalizado serão implantadas em 100% (cem por cento) de seu valor.
31. As diárias de acompanhantes, para pacientes menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 60 (sessenta) anos de idade, serão cobertas por parte do FuSEx/SAMMED/PASS, implantadas no código ZM2 para o FuSEx/SAMMED e descontadas do beneficiário titular em 20% (vinte por cento) para o PASS, conforme estabelecem o art. 64 da Portaria nº DGP-48/2008 e art. 68 da Portaria nº DGP-117, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57).
32. Diária Hospitalar será contada do dia imediato da internação, excluído o dia da alta hospitalar, se a mesma ocorrer até às 12 horas.

32.1 Os acompanhantes para pacientes maiores de 18 (dezoito) anos e menores de 60 (sessenta) anos de idade não terão as diárias cobertas pelo FuSEx/SAMMED/PASS;

32.3 Os casos excepcionais, fora da faixa etária permitida, só serão cobertos por parte do

FuSEx/SAMMED quando autorizados pela RM, após comprovação do médico perito da UG FuSEx da necessidade de acompanhante para o paciente; e,

32.4 Os casos excepcionais, fora da faixa etária permitida, só serão cobertos por parte da PASS quando autorizados pela DAP mediante solicitação da RM, após comprovação do médico perito da UG PASS da necessidade de acompanhante para o paciente.

33. O CONTRATADO se obriga a apresentar à CONTRATANTE, até os dias 5 (cinco)) do mês subsequente ao mês de atendimento, na Seção de Lisura de Contas Médicas do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, a fatura, em 02 (duas) vias de igual teor, em nome do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, Unidade Gestora do Fundo de Saúde do Exército, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Encaminhamento do SAMMED/FUSEx/PASS com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, a relação de materiais e medicamentos gastos, em sala de cirurgia ou fora dela, relativos aos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da Guia de Encaminhamento, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, número de matrícula no cadastro de beneficiários do SAMMED/FUSEx (número de cartão SAMMED/FUSEx, composto pelo Código de Pessoal - PREC/CP - mais sequência familiar)), se militar contribuinte do SAMMED/FUSEx, código das Tabelas acordadas nos credenciamentos, pacote adotado, valor em R$ (reais) e relatório de conferência (espelho) e uma ficha de controle de procedimentos.

33.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução;

33.2. O CONTRATADO deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do SAMMED/FUSEx, de Servidores Civis, de usuários de Fator de Custos e dos pacientes que evoluíram ao óbito;

33.3. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, organizados por despesas com consultas, exames, setor de ambulatório, internações e emergência/urgência;

33.4. O CONTRATANTE restituirá a documentação citada acima, se a mesma apresentar rasuras, incorreções ou outros vícios de forma em até 15 (quinze) dias do respectivo protocolo;

33.5. Aceita a documentação, dentro do prazo acima fixado, a mesma será recebida por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes.

34. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o Edital.

34.1.O Setor de Auditoria de Contas Médicas do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco possuirá o prazo de 30 (trinta) dias após a data do protocolo das faturas no setor para apresentar relatório de glosa.

34.2 O CONTRATADO poderá interpor representação, nos termos do art. 109, II, da Lei nº 8.666/1993, contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, conforme Lista Referencial de Glosa do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, Anexo M do Edital, dentro do prazo de 30 (trinta) dias:

34.2.1 Caso o Setor de Lisura reconsidere sua decisão, o procedimento de pagamento prosseguirá seu curso;

34.2.2 Caso o Setor de Lisura não reconsidere sua decisão, a representação deverá ser encaminhada, como recurso, ao Chefe da Seção Administrativa do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, observado o procedimento posto nos Art. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999.

CLÁUSULA SEXTA – Do reajuste.

35. Os valores praticados nos termo de credenciamento decorrente deste edital poderão ser reajustáveis mediante atualização, pontual ou total, via apostilamento do referencial de custos anexo a este edital, respeitando período mínimo de 12 meses de sua publicação, não incidindo efeitos financeiros retroativos. O reajuste deverá ser autorizado pelo escalão superior, Departamento Geral do Pessoal (DGP), mediante apresentação de estudos mercadológicos que refletem a realidade regional.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência.

36. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, **a partir 6 de julho de 2022, podendo ser prorrogado por prazos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, limitando-se ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o previsto no Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.**

37. O CONTRATADO dará início aos serviços em 6 de julho de 2022.

CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária.

38. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato constam do Orçamento Geral da União, Para OCS: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037 – 0250270013 = 0100000000, Programa de Trabalho Resumido 089046 – 089047 – 088960 – 088962 – 088953, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SACIVOCSA – D8SAFUSOCSA – D8SAFCTOCSA – D8SAECBOCSA – D5SACIVEMPO.

38.1 A despesa foi empenhada à conta do crédito acima consignado, por meio da Nota de Empenho Nr 2022NE558.

CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil

39. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

40. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

41. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções.

42. As sanções aplicáveis restam previstas no item 12 – "DAS SANÇÕES" - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.

43. As sanções aplicáveis restam previstas no item 12 – "DAS SANÇÕES" - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante.

44. As obrigações constam do item 10 – "OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE" – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.

45. As obrigações constam do item 11 – "OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS" – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das acomodações para internação.

46. Os padrões de acomodações hospitalares para os beneficiários do SAMMED/FUSEx e seus dependentes serão, de acordo com a disponibilidade, os seguintes:

46.1. Para oficiais e seus dependentes:

46.1.1. Quartos privativos; e

46.1.2. Quartos semiprivativos;

46.2. Para subtenentes e sargentos e seus dependentes:

46.2.1. Quartos privativos; e

46.2.2. Quartos semiprivativos.

46.2.3. Enfermaria de até seis leitos

46.3. Para cabos, taifeiros e soldados:

46.3.1. Enfermarias de até três leitos; e

46.3.2. Enfermarias gerais.

46.4. Os dependentes de cabos, soldados e taifeiros terão direito a:

46.4.1. Quartos semiprivativos; e

46.4.2. Enfermaria de até seis leitos.

46.5. O padrão das acomodações para hospitalização a que os beneficiários da PASS fazem jus é definido pela correlação estabelecida na Portaria nº 396, de 16 de junho de 2008.

47. No caso de indisponibilidade de acomodação compatível com os padrões a que tem direito o beneficiário do FUSEx/SAMMED/PASS, a OCS obrigar-se-á a instalá-lo em uma acomodação de padrão superior, sem ônus para o beneficiário ou para o FUSEx/SAMMED/PASS.

48. É reservado aos beneficiários do FUSEx/SAMMED/PASS o direito de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes. Neste caso, as diferenças de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção serão pagas integral e diretamente pelo beneficiário ao CONTRATADO:

48.1. No caso de haver a opção pela melhoria do padrão de acomodação hospitalar, deverá ser assinado, entre o beneficiário, ou servidor civil, e o CONTRATADO, um Termo de Ajuste Prévio, conforme Anexo I deste contrato;

48.2. A opção feita pelo beneficiário, ou servidor civil, da melhoria do padrão de acomodação, por meio do Termo de Ajuste Prévio, deverá constar da fatura apresentada pelo CONTRATADO;

48.3. O cálculo da diferença de valor do padrão de acomodação hospitalar, livremente escolhida pelo beneficiário ou seu responsável, ou pelo servidor civil, terá como base os valores

constantes da Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco para contratos de credenciamento, anexa ao edital, previamente ajustados neste credenciamento, considerada a dedução do valor da diária coberta pelo CONTRATANTE;

48.4. A complementação de honorários profissionais do médico assistente será cobrada diretamente do beneficiário, ou do Servidor Civil, pelo CONTRATADO, conforme os valores da Tabela CBHPM Edição 2012.

49. Será também reconhecido como modalidade de acomodação para as internações dos pacientes o serviço de "Hospital-Dia", sendo coberto para todos os beneficiários deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da negação de remuneração a militares.

50. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da subcontratação.

51. É permitida a entidade credenciada subcontratar parte dos serviços objeto deste Contrato, conforme previsto no item 2.3 do Edital:

52. O subcontratado deverá preencher os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, postos no Edital.

53. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto subcontratado.

53.1. O subcontratado deverá preencher os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, postos neste Edital;

53.2. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto subcontratado;

53.3. O CONTRATANTE, observado a aferição do subitem 51.1, deverá autorizar de forma prévia e expressa a subcontratação no caso concreto; e

53.4. O CONTRATADO deverá indicar os eventuais subcontratados no momento de assinatura do contrato principal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do valor do contrato.

54. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato é de 60.000,00 (sessenta mil reais), tendo como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos 12 (doze) meses pelo Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, para Organizações Civis de Saúde:

54.1. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;

54.2. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período, em consonância com o regime de empreitada por preço unitário;

54.3. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato à monta

realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei nº 8666/1993, observado que inexistirá expectativa de direto quanto o valor estimado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do foro.

55. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do município de Rio Branco/AC (Justiça Federal), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

56. E, por estarem justos e contratados, prepaíam o presente Termo de Contrato, em 04 (quatío) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produzâ seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Rio Branco, AC, 4 de julho de 2022.

Pela **CONTRATANTE**:

FELIPE JOSÉ FERREIRA DE GÓES - Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS

ALESSANDRO MENDONÇA NASSARELA
Diretor Administrativo
CPF: [redacted]

Pelas **TESTEMUNHAS**:

KEILY DA SILVA MELO SABELLI – 2º Ten
CPF: [redacted]
Idt: 21412359

MARIA JARLANE SOARES MONTEIRO – 2º Ten
CPF [redacted]
Idt: 1072881

ANEXO I AO TERMO DE CONTRATO PARA HOSPITAIS GERAIS E MATERNIDADES

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

TERMO DE AJUSTE PRÉVIO

Nome do Hospital:
_____
Av/Rua: _____ Nr: _____
Cidade: _____ UF: _____

Nome do beneficiário:
_____
Nome do responsável: _____
Nome do médico assistente:
_____
CRM: _____ CPF: _____

O beneficiário ou seu dependente, o hospital e o médico assistente, acima referidos, ajustam entre si as seguintes condições:

1. Sobre-preço das instalações hospitalares especiais, livremente escolhidas pelo beneficiário ou seu responsável, limitado à tabela de preços para a clientela particular, considerada a dedução do valor da diária paga pelo PMGuRBo/UG-FUSEx ao Hospital:

R$ _____;

2. Complementação de honorários profissionais do médico assistente, conforme constar do credenciamento (ou convênio) firmado, e de até 100% (cem por cento) dos valores constantes da tabela da AMB, adotada pela Previdência Social:

R$
_____
Local e data

_____
Assinatura do beneficiário

_____
Assinatura do médico assistente _____ CRM

3. As despesas acima serão de responsabilidade integral do beneficiário signatário.

Rio Branco-AC, [redacted] de [redacted] de 20[redacted].

_____
Assinatura do beneficiário

Responsável pela OCS

Assinatura e CRM do médico assistente

Chefe do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco

Observações:

a) Para cada médico ou odontólogo, que assistir ao paciente, deverá ser firmado um Termo de Ajuste Prévio;
b) O PMGuRBoAJG-FUSEx não se responsabilizará pelos valores que excederem aos previstos nos credenciamentos ou convênios estabelecidos;
c) Este ajuste não autoriza a cobrança de taxas não previstas em Termo de Credenciamento assinado entre a OCS e o Exército Brasileiro, de quaisquer naturezas; e
d) O presente documento deverá ser emitido em quatro vias, com a seguinte destinação: 1ª via - beneficiário ou responsável; 2ª via - PMGuRBoAJG-FUSEx; 3ª via - hospital; 4ª via - médico assistente.

ANEXO II AO TERMO DE CONTRATO PARA HOSPITAIS GERAIS E MATERNIDADES

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

PEDIDO DE INTERNAÇÃO

Solicito ao Fundo de Saúde do Exército (FUSEx) autorização para tratamento do (a) paciente: _____

Nr do PREC CP ou matrícula do SIAPE _____, no (a) ( ) Hospital ou ( ) Clínica:
Nome da Instituição
_____.
Com Diagnóstico de: _____
CID: _____
Cujos principais sinais e sintomas são:
_____
_____

Justificativa para internação:
_____
_____

Caráter da Internação: ( ) Eletiva ( ) Urgência/Emergência

Tipo de tratamento: ( ) Clínico ( ) Cirúrgico

Descrição dos Procedimentos (tratamento)	Quantidade	Código CBHPM

Data da internação: __/__/____
Data da cirurgia: __/__/____ (se o tratamento for cirúrgico)
Previsão do tempo de hospitalização: _____
Materiais especiais?
( ) Não
( ) Sim, descrição:

_____

Rio Branco-AC, [redacted] de [redacted] de 20[redacted].

_____

(assinatura e carimbo do médico)

ANEXO III AO TERMO DE CONTRATO PARA HOSPITAIS GERAIS E MATERNIDADES LISTA - ÍNDICE DE GLOSA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

TABELA DE GLOSA DO FuSEx

1	Atendimento não caracteizando urgência	41	Material incluso no procedimento
2	Acomodação acima da autorizada	42	Material não coberto (ver relação anexa)
3	Atendimento por médico militar	43	Material não justificado para o caso
4	Cobrança de mais de30% em dia e hora normais	44	Material não utilizado
5	Cobrança de 30 % não caracterizado urgência ou emergência	45	Material reutilizável = pagamento parcial
6	Consulta inclusa no procedimento cirúrgico	46	Medicação não considerada de urgência
7	Curativo incluso no procedimento cirúrgico	47	Medicação em desacordo com a prescrição
8	Data de atendimento fora da sequencia na planilha	48	Medicação em excesso
9	Data de atendimento fora da competência	49	Medicação não justificada para o caso
10	Diagnóstico ilegível	50	Medicação não prescrita
11	Diárias em excesso	51	Medicação não utilizada
12	Diárias fora da tabela acordada	52	Medicamento acima do preço de mercado
13	Documento sem assinatura/ carimbo do médico assistente	53	Medicamento não coberto
14	EPI de responsabilidade do prestador	54	Medicamento suspenso
15	Especialidade não autorizada	55	Paciente não é beneficiário FuSEx/PASS
16	Evento incluso no pacote acordado	56	Prescrição médica cm rasura ou ilegível
17	Evento que não comporta cobrança	57	Prestador descredenciado
18	Exame não prevê cobrança contraste	58	Procedimento/exames em excesso
19	Exame sem laudo	59	Procedimento/exame incompatível com o diagnóstico

20	Exames/procedimentos não requisitados	60	Procedimento/exame em duplicidade
21	Falta de discriminação dos serviços executados	61	Procedimento/exame não coberto
22	Falta do registro de evolução médica e/ou de enfermagem	62	Procedimento/exame não realizado
23	Fatura sem separar (FuSEx = PASS = Fator de Custo)	63	Prontuário/ficha/boletim ilegível
24	Filme –cobrança em desacordo com CBR	64	Prontuário/ficha/boletim rasurados
25	Guia/Ofício de encaminhamento ilegível	65	Retorno de consulta
26	Guia/Ofício de encaminhamento sem assinatura do paciente ou responsável	66	SADT/exames fora da tabela acordada
27	Guia autorizada para outro prestador	67	Sem autorização para procedimento ou exame
28	Guia de encaminhamento fora da validade	68	Sem diagnóstico
29	Guia não autorizada pelo FuSEx	69	Sem guia/ofício de encaminhamento
30	Guia autorizada para outro beneficiário	70	Solicitação médica com data rasurada
31	Guia autorizada para outro procedimento	71	Solicitação com data posterior ao exame
32	Guia sem carimbo de autorização	72	Solicitação médica com data vencida
33	Guia/Ofício de encaminhamento carbonados ou fotocopiados	73	Solicitação médica sem data
34	Honorários médicos fora da tabela ou em excesso	74	Soma errada – cálculo
35	Justificar cobrança	75	Taxas fora da tabela acordada
36	Material ou medicamento adquirido por familiar a seu critério	76	Taxas indevidas ou em excesso
37	Material acima do preço de mercado	77	Visita hospitalar em duplicidade
38	Material de alto custo sem nota fical	78	Visitas inclusas no procedimento cirúrgico
39	Material em excesso	79	Visita de especialista sem autorização prévia
40	Material fixo	80	Outros

HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA

CNPJ nº 24.884.762/0001-66

ANEXO A – Ao Termo de Contrato 02/2022

RELAÇÃO DE SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

a) Consulta

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VALOR(R$)
1.01.01.01-2	Clínica Médica	95,00
1.01.01.03-9	Consulta em pronto socorro -Clinica Médica	95,00
1.01.01.01-2	Infectologia	150,00
1.01.01.01-2	Gastroenterologia	150,00
1.01.01.01-2	Nefrologia	190,00
	Consulta Médica Especializada em Hospital (paciente internado) e em Pronto Socorro (Avaliação/Parecer Especializado)	250,00
1.01.02.01-9	Visita Hospitalar - Enfermaria	113,19
1.01.02.01-9	Visita Hospitalar - Apartamento	226,38

b) Procedimentos

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VALOR(R$)	
		Sem Anestesia	Com Anestesia
3.09.09.03-1	Hemodiálise crônica (por sessão)	350,50	350,50
3.10.08.11-9	Diálise peritoneal automática por mês (agudo ou crônico)	1.570,39	1.570,39
3.09.13.01-2	Implante de cateter venoso central por punção, para NPR, QT, Hemodepuração ou para infusão de soros/drogas	271,87	508,13
3.09.13.12-8	Retirada cirúrgica de cateter de longa permanência para NPR, QT ou para Hemodepuração	271,87	271,87
3.09.13.14-4	Confecção de fístula AV para hemodiálise	330,64	491,16
3.09.13.15-2	Retirada/desativação de fístula AV para hemodiálise	330,64	491,16
3.10.08.07-0	Instalação de cateter Tenckhoff	209,13	369,65
3.10.08.09-7	Retirada de cateter Tenckhoff	209,13	369,65

* Valores conforme Edital de Credenciamento nº 01/2018 - CFAC/4º BIS
- Tabela CBHPM 2012
- UCO R$ 13,57
- FILME R$ 21,70
- Medicamentos: Brasíndice
- Material: Simpro

Rio Branco-AC, 27 de junho de 2022

ALESSANDRO MENDONÇA NASSERALA
Diretor Administrador = Hospital do Rim

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 19/2022

O Ordenador de Despesas do Centro de Instrução de Guerra na Selva torna pública a Homologação do Pregão Eletrônico Nº 019/2022, que tem por objeto a aquisição de materiais permanentes e de consumo para sala de imersão. Empresas vencedoras: SALTEC COMERCIO DE INSTRUMENTOS DE MEDICO LTDA, CNPJ 01.662.745/0001-40, itens: 3, 5,10 e 11, valor da ata R$ 18.424,00; NP DA AMAZONIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ 10.993.300/0001-91, item: 14, valor da ata R$ 2.880,00; DANIEL TAVARES DE GOES, CNPJ 13 .680.603/0001-23, item: 1, valor da ata R$ 4.099,99; QUALITY ATACADO EIRELI, CNPJ 15.724.019/0001-58, itens: 19 e 24, valor da ata R$ 1.102,00; LUTECH TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ 14.626.132/0001-00, item 1, valor da ata R$ 102.400,00; ICE COMERCIO ELETRONICO EIRELI, CNPJ 27.669.022/0001-03, item 7, valor da ata R$ 11.150,00; AMAQ BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 28.849.946/0001-46, item 2, valor da ata R$ 3.330,71; FIBER POINT SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MULTIMÍDIA LTDA, CNPJ 27.071.635/0001-90, itens 4, 6, 8, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 27 e 28, valor da ata R$ 41.185,03; NEW CONTINENTE DE VARIEDADES LTDA, CNPJ 39.236.657/0001-35, item 21, valor da ata R$ 934,00. Valor global da ata R$ 194.653,73.

FÁBIO PINHEIRO LUCIOSA - CEL
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 30/08/2022)

1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2022 - UASG 160482

Nº Processo: 64124.000180/2020-83.
Pregão Nº 12/2020. Contratante: COMANDO/1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 17.172.711/0001-97 - SUPER SERVIÇOS E COMERCIO A VAREJO DE PECAS E A. Objeto: Serviço de manutenção de viatura e trocas de peças..
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 20/05/2022 a 19/05/2023. Valor Total: R$ 231.351,00. Data de Assinatura: 20/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/08/2022).

COMANDO DE FRONTEIRA RORAIMA / 7º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 6/2022 - UASG 160357

Nº Processo: 64869005012022000 . Objeto: Pregão Eletrônico - Futura e eventual contratação de empresa especializada em manutenção predial para atender as necessidades do 7º BIS Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 31/08/2022 de 08h30 às 11h45 e de 13h15 às 16h00. Endereço: Av Gen Sampaio, S/N, Centro, Boa Vista - RR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/160357-05-6-2022. Entrega das Propostas: a partir de 31/08/2022 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/09/2022 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br.

CARLOS JEFFERSON DUARTE BEZERRA
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 30/08/2022) 160357-00001-2022NE000001

17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
COMANDO DE FRONTEIRA DO ACRE / 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65323.007657/2022-14.
Inexigibilidade Nº 13/2022. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 007.697.932-00 - MARIA DO SOCORRO AVELINO GONCALVES. Objeto: Contratação de serviços médicos, hospitalares e ambulatoriais da especialidade de de patologia, clínica médica, infectologia, psicologia, fisioterapia e nutrição..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Vigência: 13/07/2022 a 13/07/2023. Valor Total: R$ 70.000,00. Data de Assinatura: 12/07/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 29/08/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65323.006495/2022-61.
Inexigibilidade Nº 11/2022. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 48.578.716/0001-43 - CLINICA FORTALECER ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA LTDA.. Objeto: Contratação de serviços médicos hospitalar e ambulatorial da especialidade de psicologia, psicanálise e fisioterapia..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Vigência: 20/07/2022 a 20/07/2023. Valor Total: R$ 80.000,00. Data de Assinatura: 18/07/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 29/08/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65323.016096/2021-63.
Inexigibilidade Nº 8/2022. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 08.702.695/0001-65 - LABATE & ROCHA SOCIEDADE SIMPLES LTDA. Objeto: Contratação de serviços médicos,hospitalares e ambulatoriais da especialidades de ortopedia e traumatologia..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Vigência: 18/08/2022 a 18/08/2023. Valor Total: R$ 50.000,00. Data de Assinatura: 18/08/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 29/08/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65323.000567/2021-50.
Inexigibilidade Nº 6/2022. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS.
Contratado: 28.342.552/0001-05 - OBSTECLIN LTDA. Objeto: Contratação de serviços médicos,hospitalares e ambulatoriais na especialidade de cirurgia geral, cirurgia bariatrica, psicologia e nutrição..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Vigência: 28/07/2022 a 28/07/2023. Valor Total: R$ 100.000,00. Data de Assinatura: 25/07/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 29/08/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65323.016416/2021-85.
Inexigibilidade Nº 14/2022. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 21.510.563/0001-00 - MEDIAR DO BRASIL LTDA. Objeto: Contratação de serviços médicos na especialidade de cirurgico, anatpc e pesquisas clinicas laboratoriais..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Vigência: 28/07/2022 a 28/07/2023. Valor Total: R$ 300.000,00. Data de Assinatura: 25/07/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/08/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65323.017901/2021-76.
Inexigibilidade Nº 9/2022. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 12.956.892/0001-00 - INSTITUTO DE OLHOS DO ACRE SOCIEDADE SIMPLES. Objeto: Contratação de serviços médicos, hospitalares e ambulatoriais na especialidade de oftalmologista..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Vigência: 08/08/2022 a 08/08/2023. Valor Total: R$ 80.000,00. Data de Assinatura: 02/08/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/08/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65323.007317/2022-93.
Inexigibilidade Nº 10/2022. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 12.879.248/0001-01 - CONSULTORIO NOGUEIRA E VASCONCELOS S/S. Objeto: Contratação de serviços clinicos e ambulatoriais nas especialidades de pediatria e clínica médica..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Vigência: 20/07/2022 a 20/07/2023. Valor Total: R$ 130.000,00. Data de Assinatura: 18/07/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 29/08/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65323.000617/2021-79.
Inexigibilidade Nº 7/2022. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 84.321.858/0001-19 - LTDA FABIO C DOS SANTOS. Objeto: Contratação de serviços médicos, hospitalares e ambulatoriais na especialidade de diagnóstico por imagem e pesquisas clínicas laboratoriais..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Vigência: 08/08/2022 a 08/08/2023. Valor Total: R$ 260.000,00. Data de Assinatura: 04/08/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 29/08/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65323.011635/2021-78.
Inexigibilidade Nº 17/2022. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 28.884.062/0001-66 - HOSPITAL DO RIM - ACRE LTDA. Objeto: Contratação de serviços médicos, hospitalares e ambulatoriais na especialidade de de nefrologia, clínica médica, infectologia, psicologia, fisioterapia e nutrição..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Vigência: 06/07/2022 a 06/07/2023. Valor Total: R$ 60.000,00. Data de Assinatura: 04/07/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 29/08/2022).

4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 3/2022 - UASG 160007

Nº Processo: 64020004645202200. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 31/08/2022 de 08h30 às 12h45 e de 14h00 às 17h15. Endereço: Avenida Presidente Kennedy, S/N, Vila Buriti - MANAUS - AM ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/160007-05-2-2022. Entrega das Propostas: a partir de 31/08/2022 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/09/2022 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Havendo divergências entre o sistema e o Termo de Referência, prevalecerá o que está previsto no Termo de Referência.

ANDRE LUIZ GRENTESKI
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 30/08/2022) 160007-00001-2022NE000001

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO ONLINE Nº 1/2022 - UASG: 160022

O Ordenador de Despesas da 21ª Companhia de Engenharia de Construção - 21ª Cia E Cnstr no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que se encontra instaurado processo licitatório na modalidade LEILÃO, tipo Maior Lance por lote, eletronicamente ON LINE. Leilão Online nº 01/2022 UASG: 160022. Objeto: alienação de bens móveis inservíveis do acervo da 21ª Cia E Cnst. Locais de retirada dos Lotes 1 a 27: Sede da 21ª Cia E Cnst, situada na Área Cap. Nobuo Oba, Bairro: Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira - AM e Locais de retirada dos Lotes 28 a 30: Sede do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, situado na Avenida Coronel Teixeira, nº 6800, Ponta Negra, Manaus-AM. Início do registro das propostas e oferta de lances: a partir do dia 01/09/22, às 8:00 hs (horário de Manaus-AM) eletronicamente (on-line) no site do leiloeiro. Abertura da Sessão Pública: 19/09/22 às 10:00h (horário de Manaus-AM). Local de realização: através do site www.norteleiloes.com.br. Informações e Edital nos sites: www.21cnaconstrucao.eb.mil.br e www.norteleiloes.com.br. e pelo e-mail contato@norteleiloes.com.br e 21cnaconstrucao@21cnaconstrucao.eb.mil.br.

RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO - Tenente Coronel

5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 35/2022 - UASG 160348

Nº Processo: 64043004385202284 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de insumos asfálticos. Total de Itens Licitados: 00020. Edital: 31/08/2022 de 08h30 às 11h30 e de 14h00 às 16h00. Endereço: Av. Rogerio Weber 01 - Bairro Militar PORTO VELHO - RO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/160348-05-35-2022. Entrega das Propostas: a partir de 31/08/2022 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/09/2022 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

RENATO COARY DE IRACEMA GOMES
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 30/08/2022) 160348-00001-2022NE000001